

ADRI

asduerj

ASSOCIAÇÃO DE
DOCENTES DA UERJ

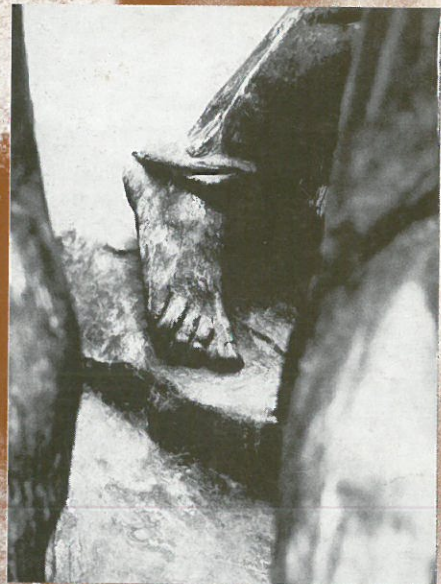
10

OUTUBRO DE 1997

ASDUERJ

18 ANOS
1997

DE LUTA PELA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA, GRATUITA
E DE QUALIDADE !



Terra

Expediente

ADVIR

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASDUERJ
NÚMERO 10 • SETEMBRO DE 1997.

SEDE

RUA SÃO FRANCISCO XAVIER, 524,
1º ANDAR • BLOCO D, SALA 1026
MARACANÁ, RIO DE JANEIRO / RJ.
CEP 20550-013
TEL: 2649314 / 5877579 • FAX: 2844350.

DIRETORIA BIÊNIO 95/97

PRESIDENTE: ROBERTO LOPES DE ABREU
I VICE-PRESIDENTE: CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA
II VICE-PRESIDENTE: ANÍBAL MOURA
I SECRETÁRIA: ÂNGELA PIRACIABA
II SECRETÁRIO: NILSON RAMIREZ
I TESOUREIRA: SUSANA PADRÃO
II TESOUREIRO: ADEMIR FIGUEIREDO

CONSELHO EDITORIAL

ANÍBAL MOURA
CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA
DEISE MANCEBO
GUSTAVO BAYER
HINDENBURCO PIRES

EDITORA RESPONSÁVEL

CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA

CONSELHO CONSULTIVO

ANTONIO CARLOS DA SILVA (BIOLOGIA)
ANTONIO CELSO PEREIRA (DIREITO)
CARLOS ALBERTO MANDARIM (BIOLOGIA)
CLÁUDIO ULPIANO (FILOSOFIA)
DÉCIO ORLANDO (CAP)
EILSABETH SILVEIRA (EDUCAÇÃO)
EURICO ZIMBRES (GEOLOGIA)
GUSTAVO BERNARDO KRAUSE (LETRAS)
HELIANA CONDE (PSICOLOGIA)
JADER BENUZZI MARTINS (FÍSICA)
JOSÉ AUGUSTO QUADRA (MEDICINA)
JUNITO BRANDÃO (LETRAS / IN MEMORIAM)
LENÁ MEDEIROS (IFCH)
LILIAN NABUCO (JORNALISMO)
LUIZ SEBASTIÃO COSTA (ENGENHARIA)
MARIA BEATRIZ DE ALBUQUERQUE DAVID (ECONOMIA)
PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA (ESDI)
ROSE MARY SERRA (SERVIÇO SOCIAL)
SÉRGIO FRANCISCO (MÚSICA)

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO VISUAL: LEILA BRAILE
PRODUÇÃO EDITORIAL: SÉRGIO FRANKLIN
ILUSTRAÇÕES: OTTO GALVÃO
ILUSTRAÇÃO DA CAPA: DETALHE FOTOGRAFICO DE "OS BURGUESES DE CALAIS" (RODIN)
FOTOS: MAXMILIANO NOGUEIRA (PONTO DE VISTA) • BERG SILVA (OPINIÃO)
EXECUÇÃO GRÁFICA: DANKE STUDIO GRÁFICO • 2603710
TIRAGEM: 2.500 EXEMPLARES

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AOS FILIADOS DA ASDUERJ; ASSOCIAÇÕES DOCENTES FILIADAS À ANDES-SN;
INSTITUTOS DE PESQUISA E ENSINO SUPERIOR; BIBLIOTECAS PÚBLICAS;
CÂMARA DE VEREADORES; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
EXECUTADA PELA SECRETARIA DA ASDUERJ:
ARLETE CÂNDIDO, MAXMILIANO NOGUEIRA E MARCELLO SILVA.

Capa

**DETALHE FOTOGRÁFICO de
"Os Burgueses de Calais"
(Rodin), publicado na Revista
O Mundo dos Museus, 1967,
com Reportagem Fotográfica
de Mario Carrieri.**



Orientação aos Colaboradores

REVISTA ADVIR

É UMA REVISTA SEMESTRAL E PUBLICARÁ, PREFERENCIALMENTE, ARTIGOS DE PROFESSORES DA UERJ, QUE ABORDEM TEMAS RELACIONADOS À UNIVERSIDADE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS: POLÍTICO, ADMINISTRATIVO, ACADÊMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL.

POR SER UMA PUBLICAÇÃO QUE SE PROPÕE A ATINGIR UM PÚBLICO ABRANGENTE, ADVIR NÃO PUBLICARÁ ARTIGOS CIENTÍFICOS ESPECIALIZADOS. SERÃO ACEITOS, CONTUDO, ARTIGOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, QUE DEVERÃO SER ESCRITOS DE FORMA A PERMITIR O ENTENDIMENTO POR LEITORES DE OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO.

ENTREVISTA

OS CONSELHOS EDITORIAL E CONSULTIVO DEFINIRÃO O TEMA DESTA SEÇÃO E INDICARÃO NOMES DE POSSÍVEIS ENTREVISTADOS, ACEITANDO-SE SUGESTÕES DE TEMAS E NOMES.

PONTO DE VISTA

SERÃO PUBLICADOS ARTIGOS ASSINADOS, COM OPINIÕES DIFERENCIADAS ACERCA DO TEMA CENTRAL, PREVIAMENTE DEFINIDO E DIVULGADO.

ACADEMIA

PUBLICARÁ ARTIGOS NÃO-ESPECIALIZADOS A RESPEITO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PROFESSORES DA UERJ. A CADA NÚMERO, ADVIR PROCURARÁ CONTEMPLAR AS DIFERENTES ÁREAS DE CONHECIMENTO. AS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA SEÇÃO NÃO NECESSITAM ESTAR RELACIONADAS AO TEMA CENTRAL.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

PUBLICARÁ MATÉRIAS QUE ANALISEM E DIVULGUEM PROJETOS E EXPERIÊNCIAS DE INTERESSE NESTES CAMPOS.

ARTE & CULTURA

PUBLICARÁ TEXTOS SOB AS FORMAS DE RESENHA, CRÍTICA OU ARTIGO SOBRE TEMAS RELACIONADOS AOS CAMPOS DA ARTE E CULTURA.

OPINIÃO

PUBLICARÁ TEXTOS QUE EXPRESSEM A OPINIÃO PESSOAL SOBRE TEMA DE LIVRE ESCOLHA DO AUTOR.

CÁ ENTRE NÓS

PUBLICARÁ CARTAS RECEBIDAS, NO TODO OU EM PARTE, A CRITÉRIO DO CONSELHO EDITORIAL.

DOCUMENTO

PUBLICARÁ MATERIAL DE CARÁTER HISTÓRICO E DOCUMENTAL, NO TODO OU EM PARTE, PREFERENCIALMENTE RELACIONADO AO TEMA CENTRAL DA REVISTA.

CRITÉRIOS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. ARTIGOS DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DEVEM **NECESSARIAMENTE** SER ENVIADOS JUNTO A UM PARECER POR ESCRITO DE UM PROFESSOR DA ÁREA.

2. NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DEVERÃO SER COLOCADAS AO FINAL DO TEXTO, CONFORME PADRÃO DA ABNT.

3. TODA MATÉRIA RECEBIDA SERÁ SUBMETIDA AO CONSELHO CONSULTIVO, QUE DECIDIRÁ EM CARÁTER DEFINITIVO DA SUA PUBLICAÇÃO OU NÃO.

4. FOTOS E ILUSTRAÇÕES SERÃO ACEITAS EM CARÁTER DE CONTRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA, MESMO QUE NÃO SE FAÇAM ACOMPANHAR DE ARTIGOS. AS FOTOS E ILUSTRAÇÕES QUE VIEREM A SER UTILIZADAS TRARÃO OS CRÉDITOS DO AUTOR. ADVIR NÃO SE RESPONSABILIZA PELA DEVOLUÇÃO DO MATERIAL RECEBIDO.

5. OS ARTIGOS DEVERÃO **NECESSARIAMENTE** SER ENVIADOS JÁ DIGITADOS EM PROGRAMAS COMPATÍVEIS COM O AMBIENTE WINDOWS.

6. A DIMENSÃO TOTAL DOS TEXTOS NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR O LIMITE DE 8 LAUDAS, CONTENDO CADA UMA DELAS 30 LINHAS, FONTE TIMES NEW ROMAN, TAMANHO 12, (INCLUINDO-SE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, NOTAS, GRÁFICOS, ETC.)

7. O TEXTO DEVERÁ VIR **NECESSARIAMENTE** ACOMPANHADO DO NOME COMPLETO DO AUTOR, INSTITUIÇÃO E SETOR ONDE TRABALHA, ÚLTIMA TITULAÇÃO, TELEFONE E ENDEREÇO COMPLETO.

8. OS ARTIGOS QUE PRETENDAM PUBLICAÇÃO NA EDIÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE CADA ANO DEVERÃO SER ENTREGUES À SECRETARIA DA ASDUERJ ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DO ANO ANTERIOR.

9. OS ARTIGOS QUE PRETENDAM PUBLICAÇÃO NA EDIÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE CADA ANO DEVERÃO SER ENTREGUES À SECRETARIA DA ASDUERJ ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DO MESMO ANO.

10. INDEPENDENTEMENTE DESTES PRAZOS, OS ARTIGOS SERÃO RECEBIDOS EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO E, SE APROVADOS PELO CONSELHO CONSULTIVO, PASSAM A FAZER PARTE DO BANCO DE ARTIGOS DA REVISTA, AGUARDANDO PUBLICAÇÃO.

Editorial

É com um misto de entusiasmo
e tristeza que escrevemos este editorial.

Entusiasmo e satisfação por estarmos lançando Advir 10,
pois já se vão cinco anos desde o tempo em que a revista
era apenas um sonho, um desejo de construir um instrumento
de diálogo que, antes de tudo, possibilitasse o debate
democrático de idéias e posições teóricas próprias da
convivência intelectual e universitária.

Estamos certos de que a história da Advir consolida
o êxito desta ousadia editorial.

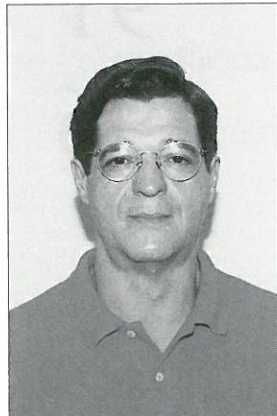
Tristeza porque a terra, tema deste número, continua sendo
palco do enredo de violência, promovido pelos donos do poder e
suas estratégias civilizatórias, que, desde Canudos, não
titubeiam em lançar mão da arrogância de um projeto de
desenvolvimento sem povo e, portanto, sem justiça social.

Índice

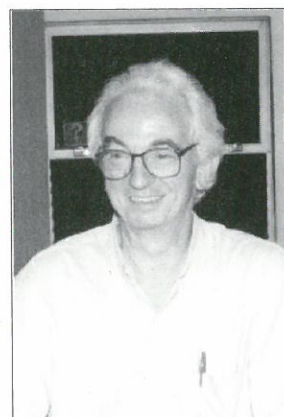
PONTO DE VISTA	6
ACADEMIA	35
PONTO CRÍTICO	60
ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO	91
OPINIÃO	96



DEISE MANCEBO
É PROFESSORA DO INSTITUTO
DE PSICOLOGIA DA UERJ.



ANÍBAL MOURA
É PROFESSOR DO INSTITUTO
DE BIOLOGIA DA UERJ.



GUSTAVO BAYER
É PROFESSOR DA FACULDADE
DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DA UERJ.

REFAZER

NA UERJ AS POLÍTICAS DE
EDUCAÇÃO NACIONAIS:
CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA.

INTRODUÇÃO

O PRIMEIRO SEMESTRE deste ano foi aberto na UERJ com uma greve. Em síntese, o movimento reivindicava o pagamento de dívidas trabalhistas diversas e apontava, em suas análises, as intenções do Governo do Estado do Rio de Janeiro em aplicar, no seu âmbito, as políticas formuladas para a educação superior em nível nacional. Mal começava o semestre e a reitoria propunha uma reformulação do ensino da Universidade, através de documento intitulado "Refazer o Ensino de Graduação da UERJ". Na realidade, uma proposta que atinge todas as demais funções da Universidade, apesar de se apresentar somente como reforma da graduação.

Este artigo propõe-se à análise deste documento, partindo da seguinte compreensão: estes dois fatos não são isolados. A política, alvo de contestação pelo movimento grevista, é a mesma que embala a construção do documento, referindo-se, em última instância, às reformas da educação superior brasileira, postuladas para o sistema federal de ensino e com ampla aplicação em diversos Estados. Em outros termos, a reitoria tenta construir, na UERJ, o que imagina ser "a função estratégica da Universidade no Brasil de hoje", conforme os princípios postulados por seus interlocutores nacionais.

Deste modo, iniciaremos este artigo com uma breve apresentação das novas diretrizes nacionais postuladas para a educação superior, a partir do que, passaremos à análise da política formulada pela reitoria da UERJ, destacando os princípios e ações concretas nela propostos.

I - A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A análise dos principais documentos¹ referentes à reforma administrativa do Estado brasileiro, de seus desdobramentos

para a Universidade, e da legislação recente sobre o tema², aponta para alguns princípios mais gerais, importantes para nossa análise. Dentre estes, enxugar a máquina estatal e retirar-lhe o pesado ônus de financiar as instituições de ensino superior é, com certeza, o mais importante.

A intenção de racionalizar recursos estatais e as alternativas apresentadas comportam complexas repercussões para a educação superior brasileira. Além das propostas em trânsito sobre o ensino pago, essas transformações implicam outras mudanças substanciais: primeiro, quanto à natureza do financiamento da educação superior, deslocada do setor público para o privado, em especial para o produtivo. O que, conseqüentemente, repercute no próprio processo acadêmico-científico, conduzindo o ensino e a pesquisa para uma subordinação à lógica privada. Fato que, se efetivado, conduzirá a uma perda da capacidade crítica e reflexiva própria deste trabalho.

Outra tendência bastante clara nas propostas governamentais é a seguinte: os novos administradores têm trabalhado com um conceito de gestão educativa baseado nos princípios da qualidade. Esta última vem sendo entendida de dois modos, configurando exigências distintas para redes da educação superior diferentes. Por um lado, a ênfase na qualidade é tomada, de pronto, como equivalente à competência e à excelência. Estes dois conceitos são traduzidos como produtividade, tratados como se fossem valores com conteúdo universal e têm por destino concentrar a formação de ponta em algumas poucas instituições, definidas como "centros de excelência". Por outro lado, a qualidade projetada para a maioria das instituições refere-se à exigência de expansão do ensino superior é apresentada como uma "necessidade imprescindível para a modernização da economia e o desenvolvimento social" (MEC, 1996)³ e vem aparecendo, paradoxalmente, relacionada à crítica às "Universidades de pesquisa".

A avaliação externa é o ponto de corte para a definição apropriada do espaço que cabe a uma determinada instituição - "centro de excelência" ou "instituição de ensino" - e a autonomia, a premiação concedida, na dependência desta alocação.

De todo modo, para as duas vias citadas, a noção de qualidade das propostas oficiais apresenta uma marca nitidamente mercadológica, identificando-se com produ-

tividade: trata-se de qualificar uma instituição a partir do quanto ela produz, em quanto tempo e a que custo, à revelia da importância acadêmica, científica, tecnológica, sóciopolítica ou econômica da produção universitária. Neste contexto, a docência fica reduzida, muitas vezes, "(...) à agitação estéril da listagem de títulos, ao cômputo de pesquisas e créditos, ao afã de multiplicar publicações sem que tenham tempo de amadurecer, ao empenho num didatismo simplificador e imediatista que rouba dos estudantes a possibilidade de uma relação concreta com o saber e a cultura. Ficam desvalorizados a atividade didática criativa e o estabelecimento de um trabalho de extensão que não seja imediatamente ligado à captação de recursos." (Miraglia Neto, 1994)⁴.

Para alcançar a ampliação do ensino superior, ao menor custo possível, as atuais propostas governamentais apontam para a necessidade de flexibilizar o sistema de educação superior brasileira. A flexibilização é aplicável em diversos âmbitos, indo desde a já referida diversificação das fontes de financiamento, com a decorrente privatização do sistema superior de ensino, até às diversas propostas de diversificação dos tipos de instituições. Não se trata, aqui, apenas da coexistência de estabelecimentos particulares, públicos, federais, estaduais e mesmo municipais. A proposta é mais ambiciosa e tem a expectativa de definir novos tipos de estabelecimentos de ensino, aceitando a convivência entre instituições de diferentes portes, mais ou menos especializadas e organizadas em torno de objetivos diferentes, ficando para algumas (ou muitas) o propósito exclusivo de preparação de profissionais (o ensino), e para outras a meta de produção de novos conhecimentos (a pesquisa), aliada à formação de profissionais. Para tal, o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também precisa ser flexibilizado. Visando a tal meta, as atividades de pesquisa são as que vêm recebendo, atualmente, as maiores críticas por parte dos representantes governamentais.

Em documento apresentado ao Seminário Nacional sobre Ensino Superior, em dezembro de 1996, há um questionamento explícito às "Universidades de pesquisa", apresentadas como "altamente seletivas", só privilegiando uma minoria da população já com vocação acadêmica, além de apresentarem um "custo extremamente elevado". Este documento imputa ao setor público a

responsabilidade pela ausência de equidade no acesso à educação superior e destaca que "no Brasil, o empenho em implantar o ideal da indissociabilidade entre ensino e pesquisa parece ter impedido que o setor público incorporasse todas as outras transformações que eram também necessárias para ampliar o acesso ao ensino gratuito e atender ao aluno com menor vocação acadêmica" (MEC, 1996)⁵.

Ora, considerando que o eixo central de todas estas reformas relevavam uma menor participação do Estado no financiamento da educação, cabe a reflexão: o preço da ampliação de vagas para o ensino superior será pago com o "enxugamento" das atividades de pesquisa e das "Universidades de pesquisa".

Por fim, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, a LDB recentemente aprovada e o Decreto 2707/97 determinam que somente as Universidades deverão gozar de autonomia, para o que deverão preservar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Considerando o ataque a este último princípio, pode-se deduzir que a intenção governamental é reduzir ao máximo o número de instituições consideradas autônomas, o que pode ser alcançado legalmente através das avaliações externas.

II - A ESTRUTURA E A CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO

Afinada com os princípios expostos anteriormente, a formulação central do documento "Refazer o Ensino de Graduação", apresentado pela reitoria desta Universidade, é que a UERJ "responda ao que hoje se coloca para o ensino superior e para as instituições universitárias públicas no Brasil" (p.3), através da reforma da sua graduação.

O
texto
deve,
portanto,
ser lido
em seu
silêncio.

Para justificá-la, serve-se de várias falsas construções, motivo de nossa primeira análise.

Inicialmente, apresenta a Universidade mediante uma exposição histórica, através da qual retira os autores reais e os substitui por atores abstratos. A história das instituições de educação superior brasileiras é substituída pela exposição de modelos de Universidade, o de Bologna e o de Humboldt. Os educadores brasileiros não criaram modelo nenhum e, mesmo sendo campeões mundiais de experiências em modificações curriculares, são apresentados como meros receptores. No mesmo estilo, a UERJ - fundada como um agregado de quatro escolas de ensino superior, desenvolvida com um perfil de baixa densidade acadêmica, onde somente o ensino era considerado - é-nos apresentada, em "Refazer", como tendo resolvido seus

problemas de pesquisa, pós-graduação e extensão, a partir de 1988, mediante as realizações de duas reitorias. A conclusão deste diagnóstico não poderia ser diferente: a esta reitoria cabe a missão histórica de "incorporar à atividade de ensino o que foi conquistado (já?) na pós-graduação e na extensão" (p.4). A apresentação do problema, o seu desenvolvimento e as soluções dadas não passam pelos que os viveram. A lógica que prevalece induz à busca de soluções que transcendem a comunidade e são delegadas a uma autoridade. É essa a marca fundamental da justificativa do texto e da proposta apresentada: não existe história tecida a partir das experiências de atores em confronto, não existiram processos, mas resultados alcançados graças a iniciativas de reitorias.

O texto deve, portanto, ser lido em seu silêncio. Ao retirar de cena a interlocução de agentes concretos - estudantes e professores - que em seu cotidiano exerceram a atividade acadêmica, o burocrata estabelece a sua autoridade. Ao estabelecer o viés histórico da exclusão, afir-

ma a sua meta: afinar-se aos paradigmas deste final de século, adaptando-se às políticas nacionais propostas para a educação superior brasileira.

III - PRINCÍPIOS E AÇÕES CONCRETAS PROPOSTAS

"Refazer" apresenta 8 princípios, seguidos de 8 ações concretas, objetivando a reformulação do ensino de graduação da UERJ. O estilo de redação da primeira parte do documento, referente aos princípios, é pouco preciso, de modo que, sob uma leitura desatenta, pode provocar adesões não conscientes. As ações concretas são redigidas de forma direta e, com facilidade, permitem-nos perceber as reais intenções dos autores, o entendimento das lacunas propositalmente deixadas na primeira parte e têm sido o alvo central das críticas formuladas por ocasião da discussão do material nas unidades. No entanto, como as ações concretas não fazem uma referência direta aos princípios sob os quais se norteiam, possibilitam interpretações do tipo: "o documento é contraditório" ou "há aspectos positivos e negativos". Entendemos de modo diverso, a proposta deve ser compreendida como um todo e, sob a nossa compreensão, deve ser rejeitada integralmente. Em síntese, ela não apresenta brechas para reparos e reformas, na exata medida em que não é contraditória, apesar de confusa na sua apresentação, comportando uma forte filiação às atuais políticas neoliberais propostas para a educação superior do país, sinteticamente expostas na primeira sessão deste artigo.

Consideramos que a motivação do documento não foi a de aproveitar-se de omissões da legislação e criativamente propor soluções inovadoras para a Universidade, dispondo, assim, do preceito da autonomia que ampara as Universidades. Ao contrário, a sua motivação esteve pautada na necessidade de aderir e adequar a Universidade aos parâmetros que vêm sendo ditados para a educação superior do país. O exercício de reorganização lógica dos 16 pontos apresentados, entre princípios e ações concretas, levou-nos a formular o que entendemos ser a real motivação deste documento:

Diante da situação de desinvestimento progressivo com que o Governo do Estado

do Rio de Janeiro vem lidando com o seu sistema de ensino público e a decorrente crise financeira vivida pela UERJ, é preciso aplicar o seguinte receituário: otimizar as ações e recursos existentes e/ou construir novas fontes de financiamento, através da flexibilização organizacional e acadêmica da Universidade e da sua adequação mais orgânica ao mercado de trabalho.

Movidos por esta compreensão, propusemo-nos ao seguinte exercício: a análise dos 16 itens do "Refazer", não exatamente na ordem em que são apresentados no documento, mas conforme uma reorganização que possibilite uma melhor compreensão da "afiliação ideológica" do projeto e das sérias repercussões que poderá trazer para a Universidade, caso seja aprovado. Deste modo, subdividimos os 16 itens apresentados em "Refazer" no que entendemos ser os dois grandes objetivos da reforma proposta.

III. 1- Otimizar as ações e os recursos existentes

Dentro deste objetivo mais geral, localizamos 5 princípios apresentados no texto "Refazer".

1) Redirecionar o sistema de formação de nível superior para uma nova epistemologia adequada aos paradigmas estabelecidos no final do século.

Através deste princípio, o documento defende a diluição dos cortes disciplinares frente ao inevitável processo de globalização, com vistas à construção da transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e/ou da multidisciplinaridade, o que se traduziria, em termos curriculares, numa "...mobilidade, ...transitoriedade e ...contínua e permanente reconstrução curricular" (p. 5).

Propõe, deste modo, "uma nova metodologia, adequada aos paradigmas estabelecidos no final do século...que rompa com o enfoque disciplinar e possibilite ao estudante e ao professor inserirem-se de modo contemporâneo nos desafios que o mundo determina para a ciência e para o ensino" (p.5-6). Na exposição, os tais "desafios" surgem de um "mundo" autônomo e não diretamente derivado da aplicação dos frutos dos diversos campos de saber. Ao contrapor esse "enfoque disciplinar" à imagem de

que "o século XX estabeleceu como problema a transdisciplinaridade, a interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade" (p. 5), o documento ignora ter sido aquele próprio "enfoque disciplinar" e não um mítico "século XX" que, ao aprofundar-se, percebeu seus limites e a necessidade de ampliação de suas referências conceituais, teóricas e analíticas. Ao contrário, compreendemos que a superação dos limites das disciplinas só tem sentido se mantida a consistência do desenvolvimento aprofundado das várias disciplinas. Aliás, isto se refere a um movimento característico de todo o desenvolvimento das diversas áreas do saber, que oscila permanentemente entre o aprofundamento da especialidade e a necessidade de generalização. Não corresponde a uma contradição lógica, mas dialética. A referência à trans, inter ou multidisciplinaridade poderia (e deveria) fazer jus à continuidade deste movimento, como ele é proposto na discussão atual. Só que o documento não expressa esta questão como movimento, mas como dicotomia. Pior ainda, como dicotomia resolúvel pela adoção de um dos seus lados em detrimento do outro. Pertence à lógica deste tipo de raciocínio acreditar na existência de uma força unificadora que tornaria aquela dicotomia resolúvel. Na Universidade idealista "à la Humboldt", acreditava-se que a filosofia preencheria este papel unificador e, no documento apresentado, fica evidente a identificação do mercado como tal força unificadora. Seu argumento a favor da superação do "enfoque disciplinar" desmascara-se, assim, como mero discurso da superficialidade em função da "otimização" de recursos.

- 2) Construir uma linguagem comum que permita a transitoriedade.

Diretamente relacionadas ao apresentado anteriormente, as propostas embutidas neste princípio são de duas ordens: homo-

Na
realidade,
a proposta
concreta é
construir
duas redes de
ensino na
universidade

geneizar os conteúdos das disciplinas e determinar um padrão mais "enxuto" para os currículos da UERJ⁶. Com estes procedimentos aplicados, possibilitar-se-ia uma verdadeira aplicação do regime de créditos, um maior trânsito dos estudantes entre as diversas unidades e, naturalmente, muita economia em termos de quadros docentes. Dentro da mais pura lógica positiva, compreendem, assim, que o conteúdo de uma determinada disciplina deva apresentar uma mesma linguagem, não importando muito as condições de seu exercício e a autonomia didático-científica garantida constitucionalmente. Múltiplas mediações construídas nas diversas áreas de conhecimento, quando em confronto com novos públicos e demandas diferenciadas, seriam excluídas em prol da racionalização de recursos e de uma discutível

transitoriedade (ou "viagens", como cunhou o documento) do aluno no interior da Universidade.

- 3) Definir um modelo em função de vocações individualizadas.

Na realidade, a proposta concreta é construir duas redes de ensino na Universidade: a atualmente existente, com as modificações acima propostas, e uma outra, constituída por cursos menores, de caráter não-universitário, com terminalidades e certificados distintos. Calçados em longa exposição apresentada nesta linha, no já citado documento divulgado pelo MEC, justificam esta iniciativa baseados na seguinte compreensão: os estudantes chegariam à Universidade portando vocações individuais diferentes, cabendo à instituição atendê-las. Em outros termos, não valeria a pena o dispêndio de tempo e recursos excessivos com estudantes não vocacionados a um ensino de qualidade e à pesquisa. Ocultam, deste modo, as múltiplas razões, de ordem econômica, social, cultural e educacional, que levam os es-

tudantes a chegarem à Universidade com demandas distintas, tratando estas diferentes "vocações" como essências naturais a cada indivíduo. Desconsideram as possibilidades geradas no cotidiano universitário: nossos estudantes não chegam "prontos", mas descobrem-se profissionais, cientistas ou consumidores culturais, exatamente na medida em que podem encontrar condições na instituição para tal. Por fim, cristalizam as diferenças sócio-culturais iniciais dos estudantes, "oferecendo-lhes" duas redes de ensino, hierarquicamente distintas, consolidando no interior da Universidade exclusões sociais, sob o velho disfarce ideológico de atendimento das necessidades individuais.

4) Diversificar a ação pedagógica.

A idéia central deste princípio é a de que se faz necessário "*diversificar a ação pedagógica porque as crianças e jovens de hoje são inseridos no mundo por linguagem multimeios (p.9)*". Traduzindo para a terminologia da racionalização de recursos, pode significar, apesar de não explicitada no documento, a possibilidade de substituição da ação docente por novas tecnologias de comunicação e informação. Caso fosse aplicada, estaria estabelecida uma insana confusão entre a fértil possibilidade de uso de novos recursos educacionais (meios) com a própria atividade pedagógica, empobrecendo e desmerecendo-a, novamente em prol da racionalização de recursos.

5) Integrar as outras áreas fins na prática de ensino.

Uma leitura isolada deste título poderia sugerir que no documento há uma adesão ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. No entanto, o expresso é exatamente o contrário. Primeiramente, os autores do "Refazer" formulam a seguinte crítica: "*a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ...enfrenta no interior das instituições universitárias uma carência significativa de definição conceitual e, mais do que isto, de mecanismos concretos e objetivos de interação e integração entre estas áreas fins*" (p.8-9). Deste modo, constroem uma análise: o preceito constitucional da indissociabilidade é problemático em si. Com esta lógica, ocul-

tam todas as dificuldades institucionais historicamente vivenciadas para o desenvolvimento da pesquisa na Universidade brasileira, particularmente na UERJ, ao mesmo tempo em que desconsideram práticas desenvolvidas em algumas unidades da Universidade que já apontam neste sentido. Para a solução do problema mal formulado propõem: "*a atividade de ensino é o potencial integrador na Universidade das outras atividades fins*" (p.9); com o que operam uma dupla redução: restringem a pesquisa e a extensão ao âmbito do desenvolvimento do ensino, situação incabível em diversos campos do saber, e reduzem a própria concepção de Universidade.

A leitura conjunta da Lei 9394/96, do Decreto 2707/97 e das Portarias que regulamentaram este último, deixa clara a existência, num futuro bem próximo, de 5 tipos de instituições de educação superior. Dentre essas, estarão as Universidades, submetidas ao princípio da indissociabilidade e amparadas pelo preceito da autonomia, e os "centros universitários", caracterizados somente pelo desenvolvimento do ensino e que, independentemente de outras atividades, servirão à sociedade com cursos adequados às suas necessidades. A opção conceitual da reitoria da UERJ é clara quanto a uma adesão aos "centros universitários". A operacionalização do conceito poderá ter, no entanto, desdobramentos diferentes. Quem sabe têm a intenção de "refazer" o econômico escolião, com o qual convivemos até há 10 anos atrás? Ou, o que consideramos mais provável, pretendam consolidar e aprofundar a situação atual, possivelmente lançando mão das "vocações naturais" das diversas unidades da UERJ: perpetuar uma instituição híbrida, meio "Universidade", com unidades funcionando ao estilo de "centros de excelência", e meio "centro universitário", com faculdades voltadas exclusivamente para o ensino. Num caso como no outro, há uma opção pela situação mais cômoda e adaptada às atuais políticas imputadas à educação superior no país, em detrimento da ousadia de construir uma grande Universidade na UERJ, que inevitavelmente deveria contemplar o preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preservando, deste modo, a autonomia universitária.

No mínimo, pode-se afirmar que o documento, em momento algum, apresenta uma alternativa de integração entre ensino, pesquisa e extensão, acreditando que é possível rediscutir o

conceito de Universidade a partir de uma única das suas funções ou, quem sabe, esperam que o mercado, que tudo unifica, também nos possa prestar mais este favor e indissociar o ensino, a pesquisa e a extensão na UERJ?

III. 2 - Construção de fontes
Adicionais de Recursos

1 - Redefinir prioridades em função do papel estratégico a ser exercido pela UERJ.

Este preceito é um dos que nos é apresentado de forma bastante ampla e dúbia: "a UERJ deve estar imbricada no desenvolvimento regional do Estado do Rio de Janeiro, afirmação que define uma Universidade voltada para o atendimento de determinadas demandas e necessidades do Estado, tanto em nível conjuntural quanto em nível estrutural" (p.6). Quais as necessidades? Quais as demandas?

Para o alcance desse princípio defende-se que a Universidade estabeleça "o maior número possível de interfaces com setores organizados da vida social e atuando sobre os problemas do Estado, na competência que lhe é imputada" (p.7) Que setores organizados?

As respostas às questões que formulamos não são encontráveis neste ponto do documento, mas nas ações concretas propostas, quando abundam os exemplos que nos levam a observar que a compreensão dos autores, em relação às necessidades do Estado do Rio de Janeiro, reduzem-se às potenciais demandas de um único setor organizado - o empresariado carioca -, fonte capaz de render novos recursos para a Universidade.

Neste ponto, cabe destaque a duas ações concretas propostas: a *ampliação da relação com os setores produtivos* (p.15) e a *criação de cursos de graduação por demanda social* (p.11).

Uma das justificativas para a expansão da relação com os "setores produtivos" é a seguinte: a possibilidade de reunir seis disciplinas sobre um eixo temático, supostamente permitida pela nova LDB⁷, possibilita a "geração de novos postos de emprego para o profissional de nível superior" (p.15). Nesse ponto, o documento compartilha de um "ufanismo pedagógico" totalmente fora de época, segundo o qual a criação de novos postos de trabalho não passaria por uma reordenação política radical que possi-

bilidade o aquecimento da economia, mas pelo fato da Universidade poder fornecer cursos menores e adaptados à realidade de mercado.

No entanto, a maior expectativa acalorada nessa relação ampliada com o empresariado carioca é a obtenção de novos recursos. E a fórmula para tal é bastante simples: o empresariado brasileiro gasta "R\$ 2 bilhões e meio com a formação e reciclagem de seus quadros profissionais" (p.15), nós já formamos profissionais, bastando, portanto, alguns ajustes de nossos conteúdos, métodos e ambições profissionais para que parte deste dinheiro venha parar nos cofres da

**A meta é
adequar-se
aos novos
patamares de
organização da
sociabilidade
capitalista**

UERJ. A operação pode ser mais facilitada se aplicarmos um outro princípio norteador da proposta: a construção de modelos acadêmicos flexíveis para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O terreno está preparado para a apresentação da ação concreta central contida no documento: a criação de cursos de graduação por demanda social. Inicialmente, é preciso esclarecer o que se entende, no documento, por "demanda social": não são as "vocações naturais" dos estudantes, nem as "vocações" das unidades e docentes da UERJ ou as necessidades da população carioca. Cursos por demanda social são aqueles que atendem a "uma demanda objetiva de um determinado setor da economia fluminense", devendo ser "inteiramente ade-

quados às necessidades de desenvolvimento do setor da economia pertinente", condição para que "seus custos de implementação e manutenção (sejam) compartilhados com o setor demandante" (p.11-12).

A motivação para tantas mudanças é a seguinte: diante do empobrecimento financeiro da Universidade, só nos resta uma alternativa: render-nos a quem detém os recursos. Para tal, basta diversificar e flexibilizar nossos cursos, criar novas profissões mais adaptadas ao mercado, promover cursos menores, cobrar por eles e, de quebra, passar uma borracha na nossa história, na nossa formação, nas nossas lutas e possibilidades de refletir e criticar.

Deste modo, o verdadeiro paradigma do final do século, ao qual a Universidade deve aderir, recebe a sua verdadeira roupagem: a meta é adequar-se aos novos patamares de organização da sociabilidade capitalista. O modelo proposto constrói obrigações de atendimento às demandas de expansão do ensino superior e de satisfação das necessidades sociais, traduzidas neste discurso como o atendimento às empresas quanto às suas demandas de formação de mão-de-obra. Retirar a educação superior institucionalizada da esfera pública e submetê-la às regras do mercado, tal como exposto, significa, ao contrário do apregoado, menos autonomia e mais regulação, transformando nosso trabalho e nossas práticas num objeto de consumo individual e não de discussão pública e coletiva.

Resta saber se desejamos rever nossas representações sobre a ciência, a tecnologia e o universo simbólico-cultural-acadêmico, aderindo às regras propostas. Consideramos, ao contrário, que no aspecto cultural, envolvido ademais em qualquer mudança, localizam-se grandes possibilidades de resistência e é exatamente onde o governo/reitoria vem encontrando maiores dificuldades para implementar suas propostas. Impõe-se, portanto, trazer às nossas memórias os embates que já travamos em nome da autonomia e da liberdade acadêmica e através dos quais pudemos ampliar o conceito e as práticas referentes à educação superior. Mais do que isto, é preciso construí-la no nosso cotidiano, resgatando a sua qualidade autogestiva e coletiva.

NOTAS

¹ Recomendamos aos leitores a consulta aos seguintes documentos, para que estabeleçam, por si, as comparações: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira. (Conferência proferida no Seminário sobre Reforma Constitucional, patrocinado pela Presidência da República). Brasília, jan. 1995, (mimeo); BRASIL, MARE/ SECRETARIA DA REFORMA DO ESTADO. Etapas para viabilização da aplicação da lei de organizações sociais na recriação de universidade pública a ser administrada por contrato de gestão, jul/95; BRASIL, MEC. Planejamento Político-Estratégico (1995/1998), 1995; BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado, jul. 1995; BRASIL Proposta de Emenda Constitucional 173A/95; MEC. A política nacional para o ensino superior brasileiro. Brasília, nov. 1996 (mimeo); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. Contribuições à definição de uma nova política de ensino superior. Estudos, Brasília, ano 15, n. 18, fev. 1997. MEC/ CAPES. Discussão da pós-graduação brasileira. Brasília, CAPES, set. 1996; MEC/CAPES. Seminário para discussão do IV Plano Nacional de Pós-Graduação, Brasília, dez. 1996 (mimeo).

² Referimo-nos particularmente à Lei 9394 de dezembro de 1996 - a nova LDB - e ao Decreto 2707 de 15/04/1997, que regulamenta o sistema de ensino superior federal, criando 5 tipos de instituições: as universidades, os centros universitários, as faculdades integradas, as faculdades e os institutos superiores.

³ MEC. A política nacional para o ensino superior brasileiro. Brasília, nov. 1996 (mimeo), p.11.

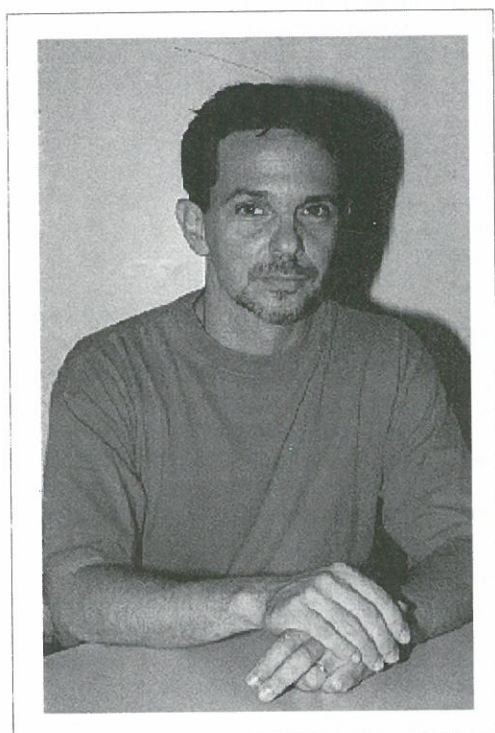
⁴ MIRAGLIA NETO, Francisco. Universidade, saber e interesse. Universidade e sociedade, ano IV, n. 7, p. 72 - 78, jun. 1994, p.75.

⁵ MEC. A política nacional para o ensino superior brasileiro. Brasília, nov. 1996 (mimeo), p.8-9.

⁶ A proposta de otimização curricular é apresentada através da curiosa fórmula: Currículo Mínimo + 10% de disciplinas que considerem inovações tecnológicas + 5% de disciplinas eletivas universais, de formação humanística. O documento faz referência a um anexo que traria maior detalhamento desta proposta curricular, ao qual não tivemos acesso até o momento do fechamento deste artigo.

⁷ O afã de agilizar as relações entre a universidade e o mercado foi de tal ordem que levou os autores a cometer um erro legal. Atribuem à nova LDB, a permissão para configurar uma nova habilitação a partir da reunião de seis disciplinas sobre um eixo temático (p.15)", quando na realidade, isto não consta da Lei, constava sim de um substitutivo que lhe deu origem.

O JORNALISTA VERSUS O PROFESSOR



GUSTAVO BERNARDO
É PROFESSOR DO INSTITUTO
DE LETRAS DA UERJ.

O JORNALISTA MARCOS SÁ CORRÊA publicou, na revista VEJA de 16 de abril de 97, um pequeno artigo que se resume na afirmativa: "não se pode dizer que os professores ganham mal". O artigo, como se vê, reforça o desprestígio crescente dos professores, mas, além de bem escrito,

como sempre, contém argumentação parcialmente correta que, todavia, conduz a conclusão perversa. A importância do veículo, do jornalista em questão e do próprio artigo, nos obrigam a tecer a réplica.

Nas primeiras linhas, aproveitando o episódio de Diadema, formula um "teste rápido de orientação para fugir da PM: onde começam os problemas do sistema educacional brasileiro, no mau ensino dado aos alunos ou no salário ruim pago aos professores?" A opção do artigo será a letra [a], isto é, o mau ensino que ministramos, considerando a opção [b] uma espécie de clichê-desculpa da mentalidade corporativista que teima em não olhar o próprio "rabo".

Comparando-nos com os policiais-bandidos de Diadema, lembra que a PM também se defende com o soldo baixo. Assim como salário baixo não poderia justificar nem explicar a ação de torturadores e assassinos, a remuneração dos professores não pode servir de álibi para o ensino de má qualidade. Por isso, recomenda que os professores aprendam a separar os assuntos da educação e os do magistério, para ensinar a sociedade brasileira a botar PM na cadeia.

Este eixo da argumentação é consistente, mas não inteiramente correto. Há de se concordar que, no julgamento dos policiais-bandidos, o soldo baixo não pode servir de atenuante, sob pena de se autorizar os demais policiais, que não ganham bem, a descarregar sua frustração e sua munição nos cidadãos que deveriam proteger. Também há de se concordar que, no caso dos mestres, é indesculpável aquele tipo de professor que dá a aula correspondente à hora-aula que recebe, a ponto de, na escola pública, mandar os alunos fazerem exercícios do livro didático, exercícios que não serão corrigidos, enquanto ele corrige as provas da escola particular — isso, quando não falta, ou atrasa, sistematicamente.

Entretanto, jornalistas e professores têm uma função pública, que não se resume a condenar ou absolver casos espe-

cíficos. É preciso aproveitar episódios deprimentes como o de Diadema para pensar a sociedade que os permite e provoca. O salário baixo de policiais, professores e médicos, nas instituições públicas, sinaliza claramente algumas hipocrisias públicas. Admite-se, em discursos e leis, o princípio teórico da segurança, saúde e educação públicas, para desobedecê-lo na prática executiva. Desmonta-se a saúde pública (para reforçar a medicina privada e os grandes grupos de seguro-saúde), desmonta-se a educação pública (para reforçar tanto a educação particular quanto a ignorância nacional), e desmonta-se a segurança pública, o que acaba reforçando tanto as firmas de segurança particular quanto as milícias privadas e os esquadrões da morte.

O problema dos policiais-bandidos é gravíssimo e estrutural. Não quero contestar o jornalista apenas dizendo, como algumas autoridades policiais, que este é o tipo de polícia, truculenta, que a sociedade pede; logo, a polícia só vai mudar se a sociedade mudar também. Trata-se, concordo com Marcos Sá Corrêa, de sofisma da melhor qualidade, uma vez que pressupõe os fatos "polícia" e "sociedade" como monolíticos e não plurais. No momento antagonistas na argumentação, não fazemos parte, o professor e o jornalista, da sociedade que "pede" uma polícia truculenta.

Mas certamente divergimos na análise desta sociedade.

Sem querer parecer pedante, recomendaria, ao jornalista da VEJA e ao leitor, a leitura, ou a releitura, de *Vigiar e punir*, de Michel Foucault, e *O direito: um mito*, de João Uchôa Cavalcanti Neto. Estes livros lembram que a lei limita a velocidade do trânsito mas permite a produção em massa de veículos mais velozes do que a lei; que a lei proíbe o uso de armas mas autoriza a fabricação em quantidade tal que acaba por impingir o desacato; que a polícia, no Ocidente, existe menos para dissuadir o crime, antes para organizar e aproveitar a delinqüência em benefício de alguns poderes. Não só se permitem como se estimulam os pequenos crimes que melhor ocupem, diariamente, as manchetes dos jornais e das revistas, para melhor deixar na sombra conveniente os agentes da lei — Governadores, Ministros, Juízes e, lá na pontinha, policiais — que não cumprem as leis.

Tanto quanto a sombra, é conveniente que o salário dos policiais seja baixo. Re-

crutam-se policiais no meio da população mais pobre e, por redundância, de cor, levando-os a tomar conta de si mesmos. Em toda *blitz* policial, vemos, protegidos por nossas pastas de couro, nossa palidez e nosso celular na cintura, policiais negros restando e humilhando cidadãos idem. Que o *Rambo* de Diadema seja branco não desmente o argumento: ele era, principalmente, pobre. Propositalmente lhe colocaram uma arma carregada na mão, propositalmente não o prepararam para usá-la. De repente, morre mais um inocente. Qual a surpresa, jornalista?

Mas o artigo da VEJA puxa as orelhas do magistério não apenas pela comparação ofensiva com os policiais-bandidos. Ele se apóia num relatório do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, de autoria de João Batista Araújo e Oliveira.

Um caminho muito fácil para a minha réplica seria desqualificar a fonte do artigo: o senhor João Batista é uma espécie de consultor oficial do MEC e da Fundação Roberto Marinho. Presumo, porque me contaram, que seja vinculado ao Banco Mundial, cujo projeto de educação para o 3º Mundo já é bastante conhecido, mas posso com certeza afirmar que ele é um dos responsáveis pela mediocridade do Telecurso 2000, no qual eu e minha equipe participamos por 40 aulas televisivas, redigindo o material de Língua Portuguesa, até batermos de frente com o supracitado consultor.

Este caminho de réplica é fácil, mas equivocado. Primeiro, porque, a menos que se expliquem o trabalho que fizemos e as restrições que o João Batista nos fazia, tornome suspeito de interesse pessoal, emitindo julgamentos antes por ressentimento que por responsabilidade acadêmica. Segundo, porque incorreríamos num sofisma do tipo *ad hominem*: independentemente de sua postura política ou de seus vínculos profissionais, o relatório que o senhor João Batista elaborou pode ser bom, ou, como é o caso, pode conter dados importantes e algumas conclusões válidas. Terceiro, porque o lugar que ocupa e as opiniões que emite me obrigam a respeitá-lo. Discordar dele e do seu relatório, no todo ou em parte, fazem parte desse respeito, semelhante àquele que dedico ao jornalista Marcos Sá Corrêa (semelhante, mas não igual: o respeito que Marcos merece é maior, quer porque o seu texto é muito melhor, quer porque é irmão de conhecido, pela excelência e pela combatividade, professor).

Portanto, deixando de lado os elogios fáceis e o caminho idem, falemos do importante relatório. Ele afirma, "não se pode dizer que os professores ganham mal", não porque ganhem bem, mas porque, trocados em salários-hora, seus vencimentos atravessam a sociedade pela linha mediana dos assalariados de escolaridade equivalente. Ou seja: "a população brasileira em geral ganha mal e isso também ocorre com os professores". Os salários miseráveis de professoras primárias, a que os *media* de vez em quando dão pequeno destaque, seriam exceções típicas dos grotões. Nos Estados mais ricos, maior seria o salário relativo dos professores, que, nesses casos, tenderiam a ganhar proporcionalmente mais do que profissionais de qualificação semelhante.

Não posso deixar de reconhecer alguma validade nesses argumentos. Eu mesmo tenho três irmãos engenheiros e ganho melhor do que dois deles (o que talvez deponha não exatamente a favor do salário dos professores, mas contra a recessão em que vive o país).

João Batista observa, ainda, uma diferença marcante entre a carreira dos professores no setor público e no setor privado. No público, os aumentos salariais seriam pura obra do tempo, do famoso "tempo de serviço"; no privado, por mudança de emprego, trocando escolas que pagam mal pelas que pagam bem. Mas, de modo geral, não haveria valorização do desempenho e da produtividade.

É preciso reconhecer validade também nesses argumentos. As escolas, públicas e particulares, têm poucos mecanismos para distinguir os melhores professores daquelas mais fracas, furtando-se, em consequência, a premiar e, portanto, valorizar e esti-

**É
como se o
jornalista
renegasse
os seus
mestres,
se é que
algum dia
os teve,
para
afirmar sua
suficiência**

mular o aperfeiçoamento dos mestres. Acaba se estimulando a mediocridade. Devido à maldição do "dom" pelo magistério, que ainda nos pune com o estigma de um sacerdócio pouco profissional, não nos beneficiamos sequer com as poucas *benesses* do capitalismo. Existem, por exemplo, pouquíssimos professores de algumas disciplinas, como Geografia e Física, mas a lei da oferta e da procura não vale no nosso caso. As escolas fingem que não vêem que contratam profissionais raros, enquanto os professores, quer os de disciplinas em extinção, quer os que se destacam por ter um olho entre cegos, não enxergam mesmo, nem com o olho com que ministram suas boas aulas, que se constituem num produto de pouca oferta e muita procura, logo, um produto que deveria ter um preço — um salário — muito melhor.

O dossiê conclui que, no Brasil, os 27,5 milhões de alunos da rede pública receberiam menos da escola que seus 800.000 professores. O jornalista conclui, por sua vez, que, por mais que o magistério se ofenda, o problema do ensino seria estatisticamente pior que o dos salários. Destaca uma bravata de João Batista: "eu sempre soube disso, mas agora temos como provar".

A bravata, para sermos gentis, é infantil (ou, se o leitor entender a gentileza retórica como excessiva, pode dizer que a bravata é ridícula mesmo). Mas é na conclusão, do dossiê e do jornalista, que a coisa pega. O velho apreço dos burocratas e dos jornalistas por números e por estatísticas, tributário da herança positivista, não salva o final do argumento. Mesmo em termos estatísticos, jornalista e consultor não me apresentam os dados completos, ocultando as diferenças salariais do magistério, em percentual. Ain-

da que os salários das professoras primárias do interior do país, menores do que o salário-mínimo, sejam "típicos dos grotões", o salário do professor primário, que deve ocupar percentagem significativa daquele número de 800.000, é muito baixo, tanto no interior quanto nas cidades grandes.

Eu reconheci que não ganho *relativamente* mal, mas não sou professor primário. A importância do trabalho deste professor, a quantidade de trabalho que este professor leva diariamente para casa, a exigência epistemológica, psicológica e pedagógica que ele sofre, por conta de lidar com crianças, com níveis de percepção e abstração muito diversos dos de um adulto, deveriam torná-lo, sob qualquer ângulo da lógica interna dos nossos fazeres, o mestre mais bem remunerado entre todos. No entanto, ocorre exatamente o contrário, e disso o jornalista não fala. A pirâmide fica de cabeça para baixo, deixando o profissional menos preparado exatamente no lugar em que se deveria encontrar o mais preparado. A consequência, apelidada de "ignorância nacional", é conhecida, fazendo a festa dos estatísticos e dos jornalistas que enxergam, nos seus números, apenas números.

Ao contrapor o número "27.500.000", pelo lado dos alunos, ao número "800.000", pelo lado dos professores, o que se sugere? Que o direito de tantos é mais importante do que o direito de tão poucos, relativamente falando. A falácia é clara. O problema é menos de aritmética simples do que de política: política mais geral e políticas específicas, educacionais, científicas, acadêmicas, econômicas; políticas de organização das classes, políticas de discriminação, de sujeição e de exclusão. O respeito ao direito dos tantos alunos depende, na base, do respeito ao direito dos "tão poucos" mestres.

O artigo, até porque bem escrito e com alguns argumentos pertinentes, reforça o desprestígio crescente dos professores. Semelhante desprestígio, cumpre reconhecer, não se explica apenas pelos salários que, *relativamente*, de fato não seriam "tão ruins". No mundo todo, pelo menos em sua parcela ocidental, ocorre a desvalorização do lugar do professor, produzindo ditados deprimentes como: "quem sabe, faz, quem não sabe, ensina, e quem não sabe nem ensinar, dá aula de educação física". Esta desvalorização demanda uma investigação mais séria, caminhando pelas trilhas da psicanáli-

se, da antropologia e da filosofia, que foge completamente ao escopo desta réplica.

Mas cabe dizer que artigos como o de Marcos Sá Corrêa, talvez inadvertidamente, contêm um substrato perverso que futuca na nossa ferida para deixá-la aberta, sangrando. É como se o jornalista renegasse os seus mestres, se é que algum dia os teve, para afirmar sua suficiência, quase onipotência, de "fazedor" que se "fez" sozinho, e portanto nunca será um mero "ensinador". A despeito disso, podemos aproveitar a qualidade dos seus argumentos para lembrarmos algumas coisas para nós mesmos; podemos desmenti-lo, a ele que nos acusa de corporativistas e de egoístas, criticando-o sem deixar de olhar um pouco para o nosso próprio "rabo".

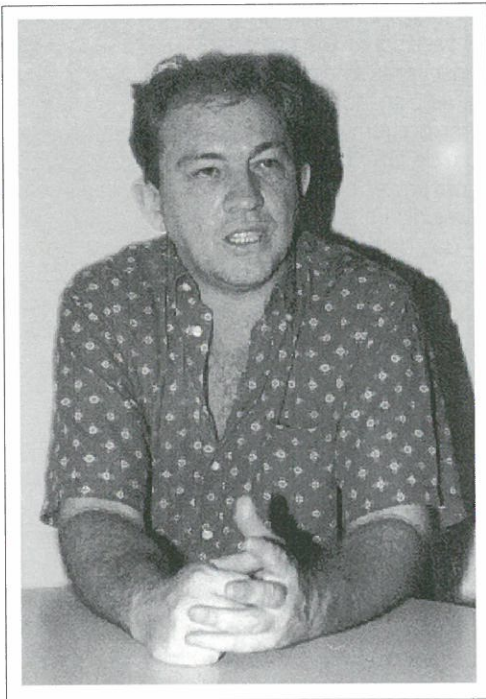
A irritação, que transparece nas suas palavras, com o clichê-desculpa do salário baixo, é absolutamente válida. Desculpar-se é prerrogativa dos moralmente inferiores, já diziam Spinoza e Nietzsche. Desculpar-se apoiando-se nas instâncias alheias à própria vontade, então, é recurso dos moralmente medíocres. Batalhar por remuneração justa não isenta ninguém de fazer bem, com responsabilidade e com prazer, o que escolheu fazer. Ranzinzas prejudicam a si mesmos e "enchem o saco" dos demais.

A menção recorrente aos salários relativos também é importante. Usualmente comparamos os nossos salários com o dos deputados federais e com os executivos das multinacionais, até porque os jornalistas ficam nos lembrando o tempo todo destes valores estratosféricos. Professores e jornalistas temos que guardar a medida do mundo em que estamos, do país em que estamos, da profissão que escolhemos, e, principalmente, a medida da nossa própria honestidade: o mundo não é basicamente o espetáculo dos media, que serve para nos deslumbrar, ou indignar, mas não nos ajuda a pensar ou a pensar-nos. Um pouco de controle de nossos narcisismos feridos é sempre bom, até para não nos tomarmos, além de explorados, burros, sem perceber o que acontece a poucos palmos de nosso nariz.

Logo, quero finalizar agradecendo, sem ironia, ao jornalista Marcos Sá Corrêa, por emprestar a qualidade da sua veve aos problemas do magistério, permitindo-me esta réplica que, espero, tenha permanecido à altura do seu texto.

GOVERNO

ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO TIRA
MAIS DE MEIO BILHÃO DA EDUCAÇÃO



NICHOLAS DAVIES

É PROFESSOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

ORÇAMENTO PREVÊ R\$ 600 MILHÕES A MENOS EM
EDUCAÇÃO DO QUE DEVE LEGALMENTE EM 1997

O ORÇAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL do Rio de Janeiro para a educação em 1997 contém dois conjuntos básicos de irregularidades. O primeiro é que não prevê a aplicação do valor devido (35% da receita de impostos + o salário-educação + receita de convênios + receita de serviços de órgãos educacionais, como UERJ e UENF) na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Um segundo conjunto de irregularidades é composto pelo lançamento de despesas que não podem ser consideradas legalmente como de MDE. Tais ilegalidades têm como consequência R\$ 600 milhões a menos para a educação pública, o que explica o descalabro da rede estadual, com carência de professores, escolas, material pedagógico e desmotivação generalizada.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO, RECEITA DE CONVÊNIOS
E SERVIÇOS SÃO ACRÉSCIMOS AOS 35%

A primeira irregularidade é a que considera como valor mínimo de aplicação apenas os 35% (R\$ 2.096.345.870,00) da receita de impostos (R\$ 5.989.559.629,00), não acrescentando a ele a cota-parte do salário-educação (previsão de R\$ 297.604.863,00), o que, se incluído, elevaria o valor mínimo para R\$ 2.393.950.733,00. O governo equivoca-se quando considera o salário-educação como parte dos 35%, pois, sendo ele contribuição social, constitui um acréscimo aos 35%.

Outra irregularidade consiste em não incluir no valor devido as receitas de convênios entre MEC e Secretaria Estadual de Educação, as quais, por não serem oriundas de parcela

de impostos transferíveis obrigatoriamente pela União ao Estado, constituem, a exemplo do salário-educação, acréscimos ao percentual mínimo. Sob as rubricas de 'transferências correntes' e 'receitas de capital', estão previstas receitas de R\$ 95.475.868,00 e R\$ 3.942.970,00, respectivamente,

que, acrescidas aos 35% da receita de impostos (R\$ 2.096.345.870,00) e aos R\$ 297.604.863,00 do salário-educação, totalizariam R\$ 2.493.369.571,00. A propósito, o governo comete outra ilegalidade ao não estipular o montante destas receitas de convênios com o MEC que destinará aos municípios, conforme exigido pelo parágrafo 5º do Art. 311 da Constituição Estadual, o qual de certa forma antecipa a proposta redistributiva do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério: "Os recursos federais transferidos ao Estado para aplicação no ensino de 1º grau serão distribuídos entre o Estado e os Municípios na exata proporção entre o número de matrículas na rede oficial de 1º grau de cada um e o número total de matrículas na rede pública estadual e municipal e repassados integralmente aos municípios no mês subsequente ao da transferência feita pela União."

Além disso, é preciso incluir as receitas de convênios e serviços de órgãos como a UERJ, a Universidade do Norte Fluminense, e a FAEP (Fundação Apoio à Escola Pública) que, por não serem oriundas de impostos, também constituem acréscimos ao mínimo. Correspondem a R\$ 80.765.291,00 (UERJ), R\$ 3.614.731,00 (UENF) e R\$ 240.000,00 (FAEP), totalizando R\$ 84.620.022,00, que, acrescidos aos R\$ 2.493.369.571,00, resultam em R\$ 2.577.989.593,00, superando, assim, em R\$ 199.768.742,00 o valor que o governo diz destinar contabilmente à educação (R\$ 2.378.221.851,00) e contradizendo a alegação oficial, na p. 55 da proposta orçamentária, de que a aplicação excederia em R\$ 281.875.981,00 o previsto. O valor devido à educação é, pois, de R\$ 2.577.989.593,00, não de R\$ 2.096.345.870,00, como alega o governo.

VALOR MÍNIMO
VINCULADO À EDUCAÇÃO

VALOR MÍNIMO VINCULADO À EDUCAÇÃO
1. R\$ 2.096.345.870,00 (35% da receita de impostos) +
2. R\$ 297.604.863,00 (salário-educação) +
3. R\$ 95.475.868,00 + R\$ 3.942.970,00 (receitas de convênios MEC e SEE) +
4. R\$ 80.765.291,00 + 3.614.731,00 + R\$ 240.000,00 (receitas de convênios e serviços, respectivamente, da UERJ, UENF e FAEP)
5. R\$ 2.577.989.593,00 (R\$ 199.768.742,00 a mais do que o governo alega pretender gastar com educação (2.378.221.851,00))

Vale lembrar que a receita vinculada à educação seria ainda maior se incluísse 35% da receita da dívida ativa tributária (constituída sobretudo de impostos atrasados), prevista em R\$ 11.772.762,00 no orçamento, e a de multas e juros de mora (R\$ 190.465.235,00). Infelizmente, como o governo não identifica a origem das multas e juros de mora, não incluímos este valor no total vinculado à educação por não sabermos se são originárias de impostos. No entanto, se incluíssemos os 35% da dívida ativa tributária, isso representa um adicional de quase R\$ 4 milhões à receita devida em educação.

Além destas ilegalidades, o governo estadual incorre numa incoerência entre o discurso e a prática na distribuição dos recursos. Na sua mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária à Assembléia Legislativa, o governo afirma que os recursos oriundos do Programa Estadual de Desestatização (PED) se destinarão à área social: "O dinheiro obtido com a venda das empresas fluminenses será alocado no Fundo de Mobilização Social, voltado para investimentos nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, saneamento básico e segurança pública" (p. 15). Entretanto, o exame do orçamento estadual da educação e saúde não prevê recursos oriundos da desestatização, que, aparentemente, corresponderiam a cerca de 1,52 bilhões em 1997. Digo aparentemente porque tais recursos não estão explicitados como tais no orçamento e suspeito estarem identificados pela rubrica "alienação de bens". Para onde irá o dinheiro da privatização? Certamente não para os setores sociais, pois o tal Fundo de Mobilização Social só prevê uma verba de R\$ 10.000,00 (p. 63 da proposta orçamentária).

Estes os comentários a respeito das receitas de impostos ou outras vinculadas à educação, não computadas corretamente na proposta orçamentária estadual. Passemos às despesas lançadas ilegalmente como de educação. As despesas são distribuídas em duas partes, uma para a Secretaria Estadual de Educação (SEE) - R\$ 1.726.302.141,00 - outra para 'demais aplicações na função 08' - R\$ 651.919.710,00 - totalizando R\$ 2.378.221.851,00 naquilo que o governo equivocadamente considera manutenção e desenvolvimento do ensino, segundo a p. 55 da proposta orçamentária.

DESPESAS ILEGAIS COM MDE

Uma primeira irregularidade das despesas com educação no orçamento está em confundir aplicação na função 08 (Educação e Cultura) com MDE. Não procede a referência a tal aplicação (totalizando R\$ 651.919.710,00), uma vez que o percentual de impostos da educação é vinculado, não à função Educação e Cultura (classificação prevista na Lei 4.320, de 1964), mas a atividades e projetos que possam ser classificados como de MDE. Caberia, pois, o governo explicitar que aplicações são estas e fundamentar sua inclusão nas despesas com MDE, conforme exigido pela Lei Federal 7.348, de 1985, estranhamente não mencionada nem na página da Secretaria de Educação que diz conter a legislação pertinente, nem na p. 55, onde é apresentada de maneira excessivamente genérica a aplicação supostamente em MDE. Ora, esta Lei 7.348, mais a recente Lei de Diretrizes e Bases, sancionada em dezembro de 1996 - tendo em vista a infinita elasticidade dada pelas autoridades à interpretação dos gastos com educação - procuraram coibir abusos das autoridades como a inclusão, em tais gastos, de asfaltamento de ruas próximo a escolas e treinamento de funcionários de qualquer secretaria ou órgão, pesquisas não relacionadas ao ensino, entre outras irregularidades.

Uma despesa ilegal se refere à prevista em merenda, inativos e pensionistas. A Constituição Federal de 1988 já estipulava, no parágrafo 4º do Art. 212, que "*Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde (...) serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários*", o que

significa que a merenda desde então deveria ser financiada com recursos que não fossem os impostos vinculados à educação. Essa interpretação foi ratificada pela LDB de dezembro de 1996, que, no Art. 71, inciso IV, afirma claramente que "*programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social*" não constituirão despesas de MDE. Em consequência, teríamos que descontar os 18 milhões previstos pela FAEP para a alimentação escolar do total da função 08 mencionada acima (R\$ 651.919.710,00 - R\$ 18 milhões = R\$ 633.919.710,00).

Se deduzirmos os R\$ 29.340.771,00 destinados aos inativos e pensionistas da UERJ, dedução essa respaldada na LDB de 1996 (que manda não considerar como MDE as despesas com pessoal "alheio à MDE", ou seja, que não contribua para a MDE), o valor devido legalmente cairá para R\$ 633.919.710,00 - R\$ 29.340.771,00 = R\$ 604.578.939,00.

Na proposta orçamentária, como o governo não quantificou o montante destinado à FAPERJ que está considerando como MDE, suponho que seja o total das despesas, R\$ 153.272.051,00, ou seja, R\$ 33.480.858,00 a mais do que os 2% da receita de impostos estipulados na Constituição Estadual (CE), correspondentes a R\$ 119.791.192,00. O governo pode investir o valor que quiser na FAPERJ, porém não pode incluir o valor excedente aos 2% da receita de impostos no percentual (35%) vinculado à MDE.

A propósito da inclusão, na Constituição Estadual, das despesas da FAPERJ na MDE, cabe apontar o equívoco dos constituintes, pois a ação da FAPERJ se refere sobretudo à pesquisa não necessariamente relacionada ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino, condição definida na Lei 7.348 e ratificada pelo Art. 70, inciso IV da LDB de 1996 para que a pesquisa possa ser considerada como parte da MDE.

O equívoco dos constituintes estaduais e dos técnicos legislativos da ALERJ fica claro no Art. 329 da CE, que estipula que a FAPERJ receberá no mínimo "*2% da receita tributária prevista para o exercício (...) para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico*". Ora, 2% no mínimo da receita tributária não é o mesmo que 2% da receita

de impostos (conforme prevê o Art. 311). Ao contrário, é bem maior, pois inclui impostos e taxas, além de ser considerado um patamar mínimo.

Há outra contradição entre tais artigos. Enquanto o Art. 311 prevê "35% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino público, incluídos os percentuais referentes à UERJ (6%) e à FAPERJ (2%)", o Art. 329 afirma que o percentual de 2% se destina à aplicação no "desenvolvimento científico e tecnológico", algo bem diferente da manutenção e desenvolvimento do ensino público. O desconhecimento e/ou incompetência dos constituintes estaduais e dos técnicos da ALERJ também está presente no parágrafo 1º do Art. 306 da CE, que define o percentual a ser repassado à UERJ: "nunca inferior a 6% da receita tributária líquida". Ora, o cálculo dos recursos vinculados à educação incide sobre os impostos líquidos, não sobre os tributos (que incluem impostos e taxas). Além do que, tal formulação está em contradição com o Art. 311, que prevê 6% da receita de impostos para a UERJ.

Em suma, o governo incluiu cerca de R\$ 80 milhões a mais de despesas ilegais no total da função 08 não ligada à SEE, ao estipular R\$ 651.919.710,00, quando deveria ter indicado R\$ 571.098.081,00.

Também há irregularidades nas despesas previstas para a SEE. Se descontarmos R\$ 60.215.608,00, previstos para alimentação escolar na rubrica da Subsecretaria de Apoio Logístico da SEE, e R\$ 74.848.952,00, previstos para a alimentação escolar nas Coordenadorias Regionais, dos R\$ 1.726.302.141,00 de previsão total de gastos da SEE, teríamos R\$ 1.591.238.581,00 de despesas legais com

MDE. Se descontarmos os R\$ 184.373.688,00 previstos para gastos com inativos e pensionistas, o total previsto legalmente em MDE na SEE seria de R\$ 1.406.865.893,00, que, somados aos R\$ 571.098.081,00 estimados legalmente (com as ressalvas já apontadas no que se refere à FAPERJ) como despesas com MDE na rubrica da Secretaria de Ciência e Tecnologia, totalizariam R\$ 1.977.961.974,00 de previsão legal de gastos em MDE, R\$ 600.027.619,00 a menos do que os R\$ 2.577.989.593,00 legalmente devidos (35% da receita de impostos + cota-parte do salário-educação + receita de convênios e serviços).

DESPEAS INCLUÍDAS ILEGALMENTE
NO VALOR MÍNIMO PARA A EDUCAÇÃO

DESPEAS INCLUÍDAS ILEGALMENTE NO VALOR MÍNIMO PARA A EDUCAÇÃO
1. R\$ 33.480.858,00 (FAPERJ - valor escede aos 2% da receita de impostos)
2. R\$ 29.340.771,00 (inativos e pensionistas da UERJ)
3. R\$ 184.373.688,00 (inativos e pensionistas da Secretaria de Educação)
4. R\$ 18 milhões (alimentação escolar da FAEP)
5. R\$ 60.215.608,00 (alimentação escolar sob responsabilidade da Subsecretaria de Apoio Logístico da SEE)
6. R\$ 74.848.952,00 (alimentação escolar sob a responsabilidade das Coordenadorias Regionais)
Total: R\$ 400.259.877,00

DESPEAS QUE
PODEM SER LEGALMENTE
PREVISTAS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

DESPESA QUE PODEM SER LEGALMENTE PREVISTAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
R\$ 1.977.961.974,00, resultado da subtração de R\$ 400.259.877,00 (total de despesas incluídas ilegalmente no orçamento) de R\$ 2.378.221.851,00 (valor previsto ilegalmente pelo governo).

Cabe ressaltar, ainda, que o governo não cumpre a exigência de detalhamento do orçamento prevista no Art. 7º da Lei 7.348, que

manda "os órgãos e entidades integrantes dos sistemas de planejamento e orçamento [detalhem] seus programas de trabalho, de modo que as ações, definidas nesta lei como de manutenção e desenvolvimento do ensino, sejam identificadas em seus aspectos operacionais, a nível de subprojeto e subatividade orçamentários, para efeito de consideração nas fases de elaboração e execução do orçamento". Se o governo cumprisse a lei e detalhasse mais o orçamento e, portanto, tornasse-o mais controlável pela sociedade, o valor legalmente previsto em MDE no orçamento estadual seria menor do que os R\$ 1,977 bilhões e, por conseguinte, os R\$ 600 milhões previstos a menos seriam aumentados. Por exemplo, o orçamento da FAEP (Fundação de Apoio (!?) à Escola Pública), de quase R\$ 70 milhões, tem a peculiaridade de prever um valor astronômico para material de consumo, serviço de terceiros, investimentos (totalizando mais de R\$ 63 milhões, ou 90% do total) e pouquíssimo com pessoal e encargos sociais (menos de 10%). Ora, a educação séria tende a exigir muito mais gastos com pessoal do que com outros itens e esta inversão de prioridade nos gastos da FAEP pode ocultar irregularidades não detectáveis na generalidade do orçamento.

Se descontássemos, também, as despesas com pessoal que, embora constante da folha de pagamento da SEE, UERJ, FAEP etc, esteja cedido a outros órgãos e, portanto, nada contribua para a MDE, o valor devido em educação seria ainda maior. Conforme declarações recentes das autoridades aos jornais, existiriam cerca de 20 a 25 mil professores fora da sala de aula. Se isso for verdade, as autoridades estão cometendo outra ilegalidade orçamentária ao incluir despesas com pessoal "alheio à manutenção e desenvolvimento do ensino" no percentual vinculado ao ensino. Conforme diz o inciso VI do Art. 71 da nova LDB, não constituirão despesas com MDE aquelas realizadas com "pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino" (grifo meu). Se houver desvio de função de pessoal correspondente a 10% da folha de pagamento dos ativos da SEE (cerca de R\$ 490 milhões), isso significaria que a despesa legal em MDE teria que ser abatida em R\$ 49 milhões.

Além disso, se levássemos em conta que cerca de 10% da folha de pagamento da Se-

cretaria de Educação (quase R\$ 70 milhões) e da UERJ (cerca de R\$ 20 milhões) constituem ao mesmo tempo despesa e receita do Estado, pois são transferidos ao IPERJ e IASERJ, chegaríamos ao cálculo de R\$ 690 milhões (R\$ 600 milhões + 90 milhões) previstos efetivamente a menos em educação.

GASTO COM PESSOA É BEM MENOR DO QUE O GOVERNO DIZ

O exame do orçamento revela também o contrário do que as autoridades costumam alegar para manter os salários baixíssimos de grande parte do funcionalismo. Dos R\$ 1.726.302.141,00 previstos para a Secretaria de Educação, apenas R\$ 674.996.750,00 se destinam a pagamento de pessoal, ou seja, 39,1%. Mesmo assim, deste total, R\$ 490.624.062,00, cerca de 30%, se destinam ao pessoal da ativa, ou seja, ao pessoal que mantém e desenvolve concretamente o ensino, ficando o restante com os inativos e pensionistas. Se o governo estadual aplicasse efetivamente os 35% da receita de impostos em MDE e também cumprisse a Emenda Constitucional Federal 14/1996 (que criou o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), que, no parágrafo 5º do Art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias, estipula que "uma proporção não inferior a 60 por cento dos recursos de cada Fundo (...) será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério", os salários dos profissionais da educação poderiam no mínimo dobrar.

Também os gastos com pessoal do Estado como um todo (orçamento fiscal + orçamento da seguridade) - ativos e inativos (R\$ 5.878.752.282,00) - não são altos em relação à receita geral (R\$16.339.102.827,00), ou seja, 35,97%. Se considerarmos apenas os gastos com pessoal da ativa (R\$3.763.609.312,00) em relação ao orçamento fiscal (R\$13.524.966.961,00), o percentual será ainda menor: 27,82%. O quadro abaixo, extraído da p. 46 da proposta orçamentária, mostra um crescimento significativo das receitas correntes do Estado de 1994 a 1997. Se a folha de pagamento está superior às receitas correntes, como alega a propaganda oficial, o governo deve explicações à sociedade, pois a remuneração da imensa maioria dos servidores permaneceu baixíssima e congelada no período, enquanto as

receitas correntes triplicaram no período. O aumento da receita corrente certamente não se explica pelos aumentos salariais da imensa maioria dos servidores.

lanque, que os recursos da privatização das estatais se destinam ao setor social. Ora, os números frios e imparciais do orçamento elaborado pelo próprio governo revelam que

RECEITAS CORRENTES DO ESTADO (valores em Reais)			
1994	1995	1996 (orçada)	1997 (orçada)
3164644858	5863411351	7984708946	9114809537

"SEGURANÇA" É MAIS IMPORTANTE QUE SAÚDE E EDUCAÇÃO

O orçamento é também uma boa radiografia das prioridades reais, e não apenas discursivas, do governo. Com a Secretaria de Segurança Pública, o governador pretende gastar (R\$ 1.503.550.719,00) duas vezes mais do que com a Secretaria de Saúde (R\$ 707.955.000). Para o pessoal da Segurança Pública está prevista uma verba quase quatro vezes (1.087.898.557,00) maior do que para o da Saúde (R\$ 289.598.020) e quase duas vezes maior do que o da Secretaria de Educação (674.996.750). Em suma, o pessoal da Segurança Pública consome mais do que o da Saúde e Educação junto. Também o Judiciário abocanha valores desproporcionalmente altos para o número de funcionários que tem e as tarefas que cumpre. Para os seus três tribunais (Justiça, Alçada Cível, Alçada Criminal), estão previstos quase R\$ 770 milhões, um pouco mais do previsto para a Saúde ou 6 vezes mais do destinado à Secretaria do Trabalho e Ação Social (R\$ 123.129.618,00). O que estes e outros dados do orçamento estadual revelam é que a prioridade social (saúde, educação, habitação etc.) alegada por este governo até para justificar as privatizações não corresponde à realidade irrefutável dos números que apresenta em sua proposta orçamentária.

CONCLUSÃO

Este breve exame da proposta orçamentária do Estado revela o triste quadro das prioridades reais do governo. Além de não cumprir várias leis e em consequência deixar de aplicar mais de R\$ 600 milhões devidos em educação, o governo se contradiz quando alega, na mensagem da proposta orçamentária e também em discursos de pa-

tais recursos vão para qualquer setor, menos para o social (saúde, educação), a não ser que a elasticidade semântica do governo seja tão infinita a ponto de incluir qualquer coisa no 'social'. Afinal, como em época recente um governo federal vendeu a imagem de 'tudo pelo social', pode ser que o governo estadual tenha resolvido considerar tudo como social: sanear empresas estatais (BANERJ, por exemplo) para a privatização, consertar estradas a serem privatizadas.

A propósito da resposta do governo estadual ao meu estudo

O meu estudo foi levado a público através do Jornal do Brasil em 29 de junho de 1997 e recebeu, também na mesma edição, a seguinte resposta do Secretário de Fazenda, Sr. Marco Aurélio Alencar: "Já estão nos criticando antes de executarmos o orçamento? A lei orçamentária é uma proposta de gastos e uma previsão de receitas. Só podemos cumprir os gastos se as receitas corresponderem às previsões". E conclui: "Tenho certeza de que fecharemos 97 tendo cumprido os 35% estipulados pela lei".

São vários os equívocos da resposta do Sr. Secretário. Um é que a proposta orçamentária revela as intenções do governo. Se contém ilegalidades, como espero ter demonstrado no texto, é porque, ou o governo é incompetente na elaboração orçamentária, ou pretendia não cumprir a lei, na expectativa de que, como de costume, o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa aprovassem as contas, sem maior rigor quanto à sua legalidade. Aliás, tanto o Tribunal quanto a Assembléia, apesar de regimento pagos, não parecem suficientemente preparados para a apreciação das contas, pois desconhecem a legislação pertinente aos gastos com educação (Lei Federal 7.348, de 1985, que, antes da LDB de dezembro de

1996, definia o que era manutenção e desenvolvimento do ensino).

Outro equívoco é que no final de junho o orçamento já teria sido executado pela metade. Portanto, a crítica não é feita antes da execução do orçamento. Na verdade, a prática concreta do atual governo não parece revelar a intenção de aplicar os 35% em educação, pois ele até o final de junho não divulgou nenhum relatório da execução orçamentária relativo a 1997, incorrendo, assim, numa série de inconstitucionalidades (já denunciadas por mim ao Ministério Público), a saber:

O Estado não cumpriu em 1997 o Art. 200 da Constituição Estadual de 1989, que determina que ele divulgue, *"através da imprensa oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recolhidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio"*, bem como discrimine tais dados por Município (parágrafo único do Art. 200), pois nada neste sentido foi publicado nos primeiros seis meses de 1997.

Tampouco publica *"até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária"* (exigência do Parágrafo 3º do Art. 206 da Constituição Estadual).

Como nenhum relatório resumido da execução orçamentária dos meses de 1997 foi publicado, não podemos saber tampouco se o Estado está repassando *"a totalidade dos recursos de origem tributária, pertencentes aos Municípios, até o décimo dia do mês subsequente ao da arrecadação"* (exigência do Art. 202).

Além disso, vale ressaltar que o governo estadual, a partir de janeiro de 1997, é obrigado a explicitar, nos resumos da execução orçamentária, as receitas e despesas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Conforme preceitua o art. 72 da Lei 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em dezembro de 1996, *"as receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o parágrafo 3º do Art. 165 da Constituição Federal"* (grifo meu).

Saliente-se, ainda, que se o Estado não aplicar o percentual devido (35% da receita de impostos) em MDE no trimestre, no tri-

mestre seguinte é obrigado a corrigir monetariamente e aplicar os valores que ficaram aquém do devido, conforme estipula o parágrafo 4º do Art. 69 da LDB: *"As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro."* Vale lembrar que exigência semelhante já existe desde julho de 1985, quando a Lei Federal 7.348 (que regulamentou a Emenda Calmon, de 1983) estabeleceu que os valores não aplicados em MDE até o terceiro trimestre do ano deveriam ser corrigidos e compensados no último trimestre. Infelizmente, tal exigência legal nunca foi cumprida. Esperamos que o parágrafo 4º do Art. 69 da LDB o seja.

Por fim, cabe lembrar que os recursos vinculados à MDE, uma vez arrecadados, devem ser repassados ao órgão responsável pela educação (a Secretaria Estadual de Educação, a UERJ, a UENF, no caso do Estado do Rio de Janeiro) no prazo de dez a vinte dias (conforme a data de recolhimento dos impostos), conforme estipula os incisos I, II e III do parágrafo 5º do Art. 69 da LDB:

"Par. 5º - O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa (...) dos Estados (...) ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro dia ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês até o décimo dia do mês subsequente."

Cabe frisar que, segundo o parágrafo 6º do Art. 69, *"o atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes."*

É provável que as autoridades estaduais vêm aplicando mensalmente bem menos do que 35% da receita de impostos em MDE, pois para o ano inteiro de 1996 os empenhos lançados na rubrica da Secretaria Estadual de Educação corresponderam a R\$ 1,4 bilhão, porém só 650 milhões foram efetivamente pagos até dezembro, ou seja, menos de R\$ 60 milhões por mês, ou menos de 15% da receita de impostos.

Além destas ilegalidades, o discurso oficial parece bem tortuoso, pois na sua fala publicada no JB em 29 de junho, reconhece ser de 35% o percentual vinculado à educação, porém, em nota divulgada à imprensa em 30 de junho, alega ser de 25% o percentual mínimo, com base numa liminar do Supremo Tribunal Federal de 1993, tendo como referência o estipulado na Constituição Federal. Ora, o que a Constituição Federal fez foi estabelecer um mínimo que Estados e Municípios poderiam ampliar, no exercício de sua autonomia. Se o que vale é apenas o que está na Constituição Federal, então para que se elaborou a Constituição Estadual e as Leis Orgânicas?

Além do mais, o governo se contradiz com a sua proposta orçamentária, que, em nenhum momento, refere-se a tal liminar, mencionando sempre artigo da Constituição Estadual que estabelece o percentual mínimo de 35% da receita de impostos em MDE. Se o governo acreditava e acredita que a interpretação legal válida é a do Supremo, porque não a mencionou na proposta orçamentária? A própria LDB sancionada em dezembro de 1996 é bem clara a respeito da autonomia de Estados e Municípios para ampliarem o percentual vinculado à MDE, quando, no Art. 69, estabelece que "Estados, o Distrito Federal e os Municípios [aplicarão nunca menos de] 25%, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendida as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público." Em outras palavras, vale o percentual estipulado nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas. Se o governo considera este percentual elevado, tem todo o direito de mobilizar seus deputados na ALERJ para reduzi-lo através de emenda constitucional. O que não pode fazer é se valer de interpretações casuísticas para ocultar suas inconstitucionalidades.

Por último, vale ressaltar que o percentual é mínimo, não é máximo, ou meta, como parece crer o governador, ao afirmar que "tem como meta os 35% (p. 26 do caderno Cidade do Jornal do Brasil de 1º de julho de 1997). Quanto à declaração do Sr. Edgar Rocha, secretário de Planejamento, de que "qualquer análise do que estamos fazendo com os recursos é mera suposição", vale lembrar que o meu estudo não se refere à execução orçamentária, mas sim à proposta orçamentária, eivada de ilegalidades,

como já demonstrei. Além do que, tal análise se mostra impossível porque o governo estadual não cumpre a Constituição, que manda o Estado divulgar a execução orçamentária, o que não foi feito até hoje (agosto) para nenhum mês de 1997.

Referências Bibliográficas

- BRASIL.** Constituição Federal de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.
- BRASIL.** Leis, decretos etc. Lei 7.348, de 24 de julho de 1985 (Regulamenta a Emenda Calmon, de dezembro de 1983) in: GOMES, Cândido Alberto. Manutenção e desenvolvimento do ensino: propostas para a reformulação da Lei 7.348/85. Em Aberto, Brasília, ano 8, n. 42, abr./jun. 1989.
- GOMES, Cândido Alberto. Os caminhos e descaminhos dos recursos financeiros em educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 75, n. 179/180/181, p. 9-32, jan./dez. 1994.
- LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9.394, de 20/12/96. In: SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação*. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.
- MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Financiamento da educação: gestão democrática dos recursos financeiros em educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 72, n. 172, p. 162-190, set./dez. 1991.
- MELLO, Edirauld de. Implicações do financiamento da educação na gestão democrática do ensino público de primeiro grau. Em Aberto, Brasília, ano 8, n. 42, abr./jun. 1989.
- RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1989.
- RIO DE JANEIRO. Proposta orçamentária do governo do Estado do Rio de Janeiro para 1997. Rio de Janeiro, 1996.

ENSINO,

PESQUISA & EXTENSÃO: INDISSOCIABILIDADE À LUZ DA NOVA LDB¹



RAQUEL VILLARDI
É PROFESSORA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UERJ.

IMPOSSÍVEL INICIAR uma discussão acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão sem uma discussão prévia, tanto do caráter de que se reveste cada uma dessas três atividades, em sua mais ampla abrangência, quanto de sua valorização no seio da cultura acadêmica. Estamos considerando, neste contexto, a pesquisa como produção de um determinado saber; o ensino como a transmissão desse saber; e a extensão como a devolução desse saber à sociedade, sob a forma de serviço ou de atendimento a necessidades específicas.

A grande questão – e que se impõe de modo irrefutável – é que, ao longo de décadas, cada uma dessas atividades foi considerada mais ou menos relevante pela comunidade acadêmica, em função de um *perfil* de docente que cada uma exigiria, de um certo prestígio a elas inerente, e, finalmente, das diferenciadas condições de trabalho (fruto, basicamente, dos financiamentos externos) de que gozam os docentes que atuam prioritariamente em cada uma delas.

Diante da força dos fatos, pode parecer até absurda a manutenção de um discurso de indissociabilidade, num nível puramente teórico, quando as cisões se apresentam incontestáveis, em atitudes testemunhadas na nossa realidade cotidiana. Exemplo básico é o que

(...) faz com que um professor, após anos de esforço de qualificação e trabalho, em se incorporando ao corpo docente de um programa de pós-graduação, desenvolva rejeição aguda e sustentada a tudo o que se refere à docência de graduação.²

As raízes do problema são facilmente detectáveis. Durante as últimas décadas, o poder público investiu na formação de um parque universitário minimamente consolidado, em especial no que tange à pós-graduação. Esse investimento, no entanto, não se traduziu em substancial melhoria nem da Educação Básica nem da qualificação dos profissionais que já atuam no Ensino Superior.

No primeiro caso porque o sistema da Educação Básica mantém, ainda, fora da escola um considerável contingente de crianças e adolescentes, quase sempre oriundos das classes populares. No outro porque, paradoxalmente segundo avaliação da própria CAPES, criada com este fim, os Programas de pós-graduação vêm qualificando muito pouco os docentes inseridos há mais tempo no mercado de trabalho, na medida em que, pressionados pelas próprias agências de fomento, que fixam parâmetros para a destinação de bolsas, vêm sendo obrigados a manter uma política de valorização de profissionais mais novos, ainda fora do mercado, que tenham condições de concluir seus cursos em menor tempo.

As conseqüências são, portanto, previsíveis: demarcações desnecessárias de espaço, disputas veladas entre docentes e departamentos, e a falta de cooperação, num tipo de trabalho que tem na complementariedade sua essência, gerando um cenário onde quem mais perde são as instituições e a sociedade que as sustenta.

Sendo assim, na distância que separa os que deveriam contribuir para a convergência, esmaece a consciência da própria missão universitária, alicerçada na perspectiva da indissociabilidade de seus fins: ensino, pesquisa e extensão. Esse recorte, base da educação superior, constitui um ciclo, onde cada uma das partes sobredetermina e é sobredeterminada pelas demais.

Partimos do pressuposto de que ninguém ensina aquilo que não sabe, ou seja, de que a atividade da pesquisa se constitui uma necessidade intrínseca ao ato de ensinar. Mesmo considerando os diferentes tipos de pesquisa – da mais simples à mais complexa, da pura à aplicada, da pesquisa bibliográfica à pesquisa de campo – o que caracteriza a atitude do pesquisador frente ao objeto pesquisado é a sua capacidade de, diante dos dados colocados, extrair um conhecimento novo, que pode se traduzir como um produto, um processo ou até mesmo uma nova forma de ver o problema.

Sob tal perspectiva, o pesquisador se apresenta, antes de mais nada, como um crítico do objeto pesquisado, como alguém que, por deter largo conhecimento sobre determinado assunto, está apto a impor sobre ele um olhar arguto e múltiplo, um olhar de busca.

O ensino, no âmbito da Educação Superior, requer do professor esse tipo de visão

do objeto a ser estudado. Essa exigência se prende ao fato de que, não se constituindo dessa forma, o ensino se reduz a instrução – mera retransmissão acrítico-cartorial de informações – que pode, dependendo do caso, até dispensar a presença de um professor.

Sendo assim, a atividade de pesquisa, na totalidade da educação superior, se traduz como uma exigência para que se atinja sua finalidade maior: *"estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo"*³.

O professor que encarna esse espírito acadêmico certamente é um pesquisador, em sentido amplo; e certamente está contribuindo para o desenvolvimento da crítica e da reflexão em seu aluno. E seria absolutamente injusto considerá-lo *improdutivo* só por não estar inserido num programa de pós-graduação, onde a atividade de pesquisa é o foco primordial do trabalho docente, ou por publicar pouco, ou por não "aparecer" em congressos.

A imbricação entre ensino e pesquisa se torna, pois, um pré-requisito para uma educação de qualidade, onde o aluno seja instado a pensar e a posicionar-se, adotando uma visão aberta e conseqüente, que se manifesta não só diante do objeto de estudo, mas diante do mundo.

A extensão, por outro lado, visa a *"estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, prestar serviços à comunidade e estabelecer com ela uma relação de reciprocidade"*⁴. Assim, simultaneamente, as atividades de extensão possibilitam a comprovação, no campo, das hipóteses de trabalho levantadas no ensino e na pesquisa; oferecem ao aluno em formação uma oportunidade única de vivenciar a realidade com a qual se vai defrontar em sua atividade profissional; proporcionam a retroalimentação das atividades tanto de ensino quanto de pesquisa; e, finalmente, permitem às instituições interferir, de modo mais amplo, no tecido social – dando respaldo ao trabalho realizado pela comunidade que a cerca –, de forma a cumprir seu papel junto a ele, disseminando as conquistas e socializando o conhecimento produzido.

O ensino, por fim, realimenta, com material humano, tanto a pesquisa quanto a extensão, proporcionando a formação de técnicos mais capazes, por um lado, e de cidadãos mais conscientes, por outro.

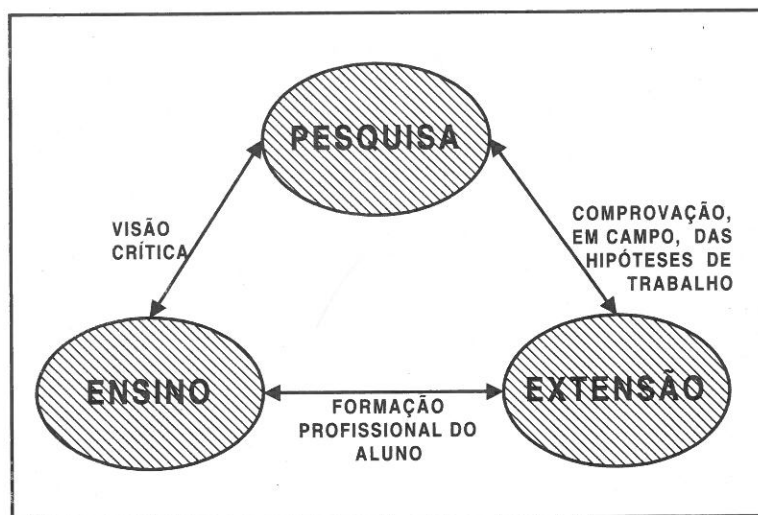


Figura 1: Esquema das relações entre ensino, pesquisa e extensão.

A Figura 1 demonstra, esquemática e simplificada, um conjunto de ligações existentes entre ensino, pesquisa e extensão, cuja manutenção é essencial tanto para a formação do aluno quanto para que a atividade docente não se apresente como um fim em si mesma, desvinculada da dinâmica social. É, neste sentido, uma necessidade da educação superior em si – na medida em que se torna fundamental tanto para a formação do aluno quanto para a dinâmica de aprimoramento constante do professor – independentemente do tipo de instituição em que ocorra.

A conquista estampada no Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 – que arrola objetivos referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão como as finalidades do ensino superior – se estacela não no momento em que se distinguem as instituições credenciadas como universidade das demais, não-universitárias, mas quando se delega apenas às primeiras a tarefa de realizar, de forma indissociada, o ensino, a pesquisa e a extensão, o que significa diferenciá-las, na prática, não pela natureza do trabalho realizado – já que a finalidade de todas é a mesma – mas pela qualidade alcançada.

E neste ponto sobressai a questão da autonomia.

Ao contrário do que se verificava até então, a política de destinação de verbas públicas passou a privilegiar, nos últimos anos, a Educação Básica, ao mesmo tempo em

que vem procurando desenvolver rígidos mecanismos de controle de desempenho, principalmente junto aos programas de pós-graduação – quase que num ensaio de uma ação que, julgamos, tende a estender-se, a partir de agora, aos cursos de graduação.

Esta mudança de foco pode ser observada, de forma mais ou menos clara, em inúmeros documentos e em eventos promovidos pelos diferentes órgãos federais de determinação de políticas públicas para a Educação, e se manifestou, de forma inequívoca, na rapidez com que a matéria foi regulamentada⁶.

Isto posto, parece-nos que o ensino superior do Brasil venha passando por um momento extremamente delicado, principalmente no setor público, onde as mudanças que se anunciam exigirão dos diferentes segmentos de cada instituição atitudes maduras de autocrítica e discussão a respeito de sua missão, a fim de que possam ser criados mecanismos capazes de fazer com que suas atividades produzam efeitos mais diretos sobre a comunidade em que se insere, evitando, assim, o desmonte de uma massa crítica que levou muitos anos para ser construída.

A criação de mecanismos conseqüentes de avaliação institucional está, portanto, no cerne da autonomia universitária, atingindo as IES em todos os seus níveis, desde os departamentos até as administrações centrais. Mas habituamo-nos a enxergar a autonomia como um bem essencial, não como

uma conquista que assegura a essência primeira da missão universitária – a liberdade de pensar. E só este desvio de ótica explica o motivo de permanecermos apáticos, enquanto nos gabinetes os decretos preenchem os espaços vazios da autonomia que nos recusamos a exercer.

A própria reformulação dos Estatutos das Universidades que, como determina o Decreto 2207/97, terá que ocorrer⁶ até o dia 19 de dezembro deste ano, poderia estar fomentando, no seio das comunidades acadêmicas, o exercício da autonomia, no que concerne tanto à definição de seu perfil institucional, quanto à criação de mecanismos que viabilizem o alcance dos objetivos traçados.

Mesmo para aqueles que não consideram real a ameaça da privatização, é realidade inofismável – o Decreto 2207/97 comprova isto – que a destinação de verbas para as universidades públicas se vem centrando, como já acontece com a pós-graduação, numa política de resultados, medidos de forma quantitativo-burocrática, sem qualquer corte que considere a relevância social ou acadêmica do trabalho empreendido.

E nesse ponto reaparece o espectro da autonomia, mostrando não a face com que nos habituamos a vê-lo – a da autonomia que nos permite *tudo*, sem que precisemos *prestar contas* das decisões tomadas (ou, pior, das que deixamos de tomar, realimentando o corporativismo e as brigas intestinas); a da autonomia que permite a cada instituição estabelecer seus próprios rumos, definindo de forma consciente o que pretende para si mesma e o que fazer para atingi-lo, de acordo com o papel social determinou cumprir.

Abdicar dessa autonomia, que tão facilmente poderia ser exercida, é delegar a outrem uma tarefa que, como sabemos, nos cabe. O atavismo que nos impede de dar o primeiro passo para sua implementação – a adoção de mecanismos sérios, academicamente relevantes, de avaliação institucional – tem origem numa certa indisponibilidade para levar a efeito uma mudança na cultura das instituições, a partir da qual o público tivesse um valor que nos é ainda, por força das circunstâncias, muito difícil vislumbrar.

Produtos de uma mentalidade que privilegia o pessoal em detrimento do coletivo, amalgamados num *pós-modernismo-neoliberal*, os embates entre graduação e pós são exemplares. Em última análise, ao

se perpetuarem, alargam ainda mais as fissuras entre a pesquisa e o ensino (pelo menos no que se refere ao de graduação), desconhecem a extensão e acabam por criar os espaços que permitem à parcela dominante do corpo social que se corporifica na voz da Lei⁸, desconsiderar a indissociabilidade ensino / pesquisa / extensão como uma garantia da qualidade do ensino superior, desconhecendo, por conseguinte, a especificidade do papel social de cada instituição.

Mais que de um paradoxo, trata-se aqui da legalização do ruim, do aceite tácito da realidade vigente, da abdicação do caráter transformador implícito na tarefa de educar, de uma acomodação inconcebível, ao menos para educadores que não perdem de vista a natureza e o escopo social de seu trabalho.

Referências Bibliográficas

¹ Este texto retoma uma série de reflexões apontadas em **Políticas para a Educação Superior**, escrito em parceria com Carlos Alberto de Oliveira, Professor Assistente da Faculdade de Educação da UERJ, e publicado em ALVES, N. & VILLARDI, R., orgs. *Múltiplas leituras da Nova LDB*. Rio de Janeiro, Dunya, 1997. p. 151-172.

² GUIMARÃES, Reinaldo. “A graduação, a pós-graduação e o Balança-Mas-Não-Cai”. In: UERJ em Questão: VI (51). Rio de Janeiro, UERJ, julho/agosto de 97.

³ LDB, Artigo 43, inciso I.

⁴ LDB, Artigo 43, inciso VI.

⁵ Referimo-nos ao Decreto 2207, de 16 de abril de 1997, que regulamenta a LDB, fixando parâmetros para as Instituições de Ensino Superior do Sistema Federal de Ensino.

⁶ O Decreto 2207/97, no inciso I do Artigo 13, estabelece o prazo de um ano, a partir da publicação da Nova LDB, para que as instituições atualmente credenciadas como Universidades promovam a revisão de seus estatutos, sob pena de serem “rebaixadas” à categoria de Centros Universitários.

⁸ Reportamo-nos, especificamente, à Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O CONSUMO

DE NOVIDADES NAS PROPOSTAS DE
RENOVAÇÃO DA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE



ROSÂNGELA NAIR BARBOSA
É PROFESSORA DA FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL DA UERJ.

A

NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES da Educação (L.9394/96) e o fenômeno da globalização ocupam, hoje, posição de destaque no debate político-institucional das universidades, à exemplo da proposta apresentada pela Sub-Reitoria de Graduação da UERJ¹, aprovada, em seus princípios, pelo Conselho Superior

de Ensino e Pesquisa, no último 22 de agosto. Com certeza, a nova regulamentação nacional do setor, as crescentes e agéis mudanças econômicas, políticas e sociais no mundo exigem apreciação dedicada dos segmentos universitários. Entretanto, isso me parece bem distinto de localizar aí a base motivadora das fundamentais mudanças, posto que as grandes questões de fundo geradoras dos principais problemas diagnosticados - desarticulação ensino e pesquisa, rigidez e inchaço dos currículos ou a desatualização do ensino frente às demandas da sociedade - continuam intocadas no substrato dessas propostas.

Com efeito, acredito que a ousadia das transformações almeçadas passa exatamente por reconduzir as idéias, abdicando de supostas novidades que podem apenas reatualizar acriticamente velhos caminhos: consumo de idéias desenraizadas de valores radicais de mudanças e de interpretações sobre experiências acumuladas histórica e territorialmente.

O mal-estar com os descaminhos da universidade não é uma virtude uerjiana, mesmo que as suas particularidades ensejem notas específicas nada desprezíveis². O fato é que seculares experiências sociais de universidades no mundo enfrentam, desde a década de 60, sérios dilemas de caracterização de sua missão social, de legitimidade de suas ações e vida institucional. Desde então, apesar do fabuloso crescimento de sua comunidade, dos programas acadêmicos, cursos e estrutura burocrática, um certo obscurantismo atravessa o meio acadêmico, colocando em questão a organicidade dos valores que fizeram erguer a renovada universidade

dos tempos modernos. De modos diferentes, tanto na Europa como na América do Norte e na Latina, a universidade, como equipamento cultural, atravessa uma crise política e ideológica de base explicitamente social e econômica.

O problema não é que o modelo de Humboldt não corresponda mais às necessidades de fim-de-século ou de um país de terceiro mundo, como sinaliza o documento "Refazer o ensino de Graduação da UERJ", mas o fato de que, ao longo deste século, foi-se tornando cada vez mais estranho à universidade e à própria sociedade o cultivo desinteressado das ciências, artes e a liberdade de criação e crítica. Esse plano de valores é que está em questão ao longo dessas décadas. Nesse campo é que foram germinados currículos inchados e a desarticulação entre produção e reprodução de conhecimentos. Como paradigma utópico e crítico, aqueles valores poderão estar sempre na atualidade, de modo inclusive que nos seja possível lembrar do arcabouço ético-cultural em que se sustenta o processo do conhecimento e sua transmissão³. Com certeza, o mal-estar não se aloja aí, mas na convivência desse ideário com a burocratização cotidiana das práticas universitárias, aquilo que Boaventura Santos nomeou como *gestão das tensões*⁴.

Ademais, como se sabe, essa crise universitária deita raízes no denso processo de industrialização da cultura inerente à reestruturação produtiva já iniciada na década de 60, fruto do que Ernest Mandel chamou de industrialização generalizada universal pela primeira vez na história⁵. Atinge a esfera da reprodução, levando, por exemplo, a que o produto da universidade passe a ser calculado do mesmo modo que o da indústria, supondo, por conseguinte, estranhamento, alienação, cisão entre concepção e execução, entre ensino e pesquisa. Processo que Octávio Ianni interpretou como transformação do ethos acadêmico humanístico em um ethos tecnocrático que tornou a racionalidade instrumental orientador da vida universitária, como se pode depreender das verdadeiras linhas de montagem em que se situam as atividades e da gigantesca estrutura de poder e administração que configuram as universidades hoje⁶.

Talvez estejam aqui as razões do mal-estar. Exatamente na constatação de que a universidade está funcionalmente adequada à engrenagem do trabalho massificado, buro-

cratizado, parcializado e avesso ao espírito crítico⁷. Sob essa racionalidade é que estão sendo desenvolvidos os principais debates sobre a universidade, tanto na mídia como nas políticas governamentais da atualidade. Via de regra, dizem respeito à sua produtividade, a exemplo das propostas de avaliação docente, de aumento das matrículas e da espetacular iniciativa do Ministério da Educação com o provão. Ou ainda, das recorrentes sugestões de aprofundamento dessa cisão ensino e pesquisa com a institucionalização de centros dedicados à formação profissional e outros - de excelência - voltados para a pesquisa. De um modo ou de outro, a arqueologia das preocupações e propostas sobre a universidade é a mesma.

Insisto em tocar nesse suposto lugar comum porque acredito que seja elementar para pensarmos possibilidades de renovação da graduação que incidam radicalmente sobre essa lógica do trabalho universitário, analisando até que ponto as alternativas sugeridas sustentam leituras críticas a respeito do mundo do trabalho e da cultura na contemporaneidade.

O entusiasmo com que muitos agentes universitários tratam, por exemplo, a flexibilização das ações institucionais regulamentada pela LDB é, no mínimo, instigante para essa reflexão. Em que pese o fato da legislação outorgar maior liberdade para as universidades abrirem cursos e construírem ou desconstruírem seus currículos, é interessante perceber que tal conquista ocorre exatamente nesse contexto de maior aprisionamento do trabalho acadêmico à racionalidade instrumental. Como se essa autonomia fosse adequada ao momento, quando a disciplina burocrática e massificante já se encontra bem disseminada nos corações e mentes da universidade, de modo que podemos autonomamente formular propostas sem sair muito desse campo instrumental já consolidado.

Todavia, o fundamental nesse ponto é perceber a exata funcionalidade dessa flexibilização institucional da universidade frente às transformações atuais da vida capitalista. Afinal, como acentuam David Harvey e Ricardo Antunes, as mudanças no contexto da globalização e da reestruturação produtiva desencadeiam processos sociais singulares, colocando em novo patamar as relações Estado, sociedade e economia. Transformações sustentadas no esgotamen-

to da hegemonia do padrão fordista-Keynesiano associadamente ao redimensionamento da acumulação em bases mais flexíveis. Alteridade na planta tecnológica da produção, redimensionamento dos padrões de competitividade internacional e das exigências da força de trabalho empregada⁸. Fenômeno, segundo Jean Lojkin, que engendra uma espetacular transformação sócio-técnica, na medida em que torna a acumulação capitalista cada vez mais dependente da maior disseminação das atividades informacionais dos serviços, enquanto estes tendem a ser mais capitalizados em trabalhos fragmentados e simples. Ou seja, maior desenvolvimento das funções informacionais no processo produtivo, ao passo que maior industrialização pode ser encontrada nos trabalhos mais intelectualizados com correspondente perda de mobilidade e estatuto de prestígio social⁹. Como se sabe, mudanças inerentes ao contexto de globalização econômica, política e cultural que refuncionalizam a divisão internacional do trabalho, revolucionam tecnologicamente os meios de trabalho e criam verdadeiras redes de produção supranacionais que agilizam a reconversão da acumulação, a oligopolização e a produção integrada via corporações transnacionais, sob a égide de uma nova geopolítica mundial que acentua a subordinação de países periféricos como o Brasil e agravam as situações sociais decorrentes do desemprego estrutural e da desregulamentação do trabalho inerente a esse contexto.

Na realidade, o vocábulo que virou símbolo da modernidade contemporânea - flexibilização - expressa esse conjunto de desregulamentações que tornam a sociedade mais livre e adequada às transformações em curso. A inflexão sobre o campo da cultura não é diferenciada. A volatilidade dos produtos e processos de trabalho atingem a moda, a estética, os costumes, as idéias, valores e ideologias. A compressão espa-

OS
argumentos
publicamente
expostos
ainda não são
capazes de
convencer se
realmente tal
polivalência
não tornará a
universidade
um mercado

ço-tempo, que engendra rapidez na produção e no consumo, torna a descartabilidade algo de domínio extensivo na vida social.

Bem, onde chegamos com tudo isso? Exatamente no ponto nodal dessa ocasional mudança universitária. É impossível pensar hoje a flexibilização da universidade sem colocar em exame o próprio movimento de extinção e recriação de postos de trabalho inerente a essas transformações societárias e que exige severa desconstrução dos paradigmas de trabalho, ocupações e profissões. Polivalência no processo produtivo e de trabalho com ágil renovação dos recursos tecnológicos, adequando os saberes à essa versatilidade.

Isso é ainda mais alarmante quando percebemos que um dos argumentos centrais de motivação e entusiasmo em torno das novas propostas da UERJ

para graduação passa exatamente pela possibilidade de criar novos cursos. Não só! Também pela condição de não se estabelecer compromisso temporal com o oferecimento dos mesmos, podendo a extinção dar-se a qualquer tempo.

Percebo nessa versatilidade da universidade uma coerência bastante elementar e funcional, capaz inclusive de fechar com chave de ouro aquele mal-estar que nos persegue há 30 anos, posto que redimensiona efetivamente a comunicação com o tão decantado mercado.

Longe de querer virar as costas para novas possibilidades de aprofundamento dos conhecimentos e suas especializações, o que gostaria de enfatizar é o universo de valores que orientam tais propostas. Os argumentos publicamente expostos ainda não são capazes de convencer se realmente tal polivalência não tornará a universidade um mercado de cursos, reestruturando a própria concepção de graduação transfigurada naquilo que hoje conhecemos como modalidade de extensão ou especialização.

Acredito, ainda, que essa idéia de cursos flexíveis guarda intenções profundamente nocivas ao firmamento da ciência. Diversos estudos sobre o campo da cultura já demonstraram suficientemente que não se consolida em curto prazo áreas de conhecimento, especializações, quadros e produções intelectuais¹⁰. Portanto, tudo indica que essa inovação não tem compromissos com o alargamento das ciências, mas essencialmente com saberes instrumentais que possam ser rapidamente absorvidos ou descartados pelo mercado. Essa é a própria lógica da flexibilização e precarização do trabalho que vivenciamos na sociedade abrangente.

Com essas idéias, não quero apostar na inércia frente aos problemas concretos da Universidade, apenas sugerir que não renunciemos à possibilidade e necessidade de pensar mais radicalmente as mudanças que estão ocorrendo na sociedade e aquelas que pretendemos empreender no espaço universitário.

Em recente estudo sobre a Universidade do Distrito Federal (UDF), pude perceber que seu principal legado para a memória cultural do país residia exatamente na capacidade com que os atores sociais ali reunidos conseguiram, não só difundir o ideário humanístico e científico de universidade, mas sobretudo experimentar efetivas inovações culturais na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal¹¹. Mais que um modelo de Universidade abortado pelas forças discricionárias do Governo de Getúlio Vargas, a experiência nos revela a cumplicidade que o projeto cultural mantinha com os problemas de seu tempo, manifestado especialmente pela posição que a Universidade assumiu como pólo cultural da cidade naquele curto período de existência, entre os anos de 1935 e 1939. Em contraposição a essa nossa relativa incapacidade para colocar a universidade de hoje como centro de grandes e fundamentais debates sociais, atrativa ao entrelaçamento das artes, ciências e letras, além de implicada com os temas de cultura e educação em todos os seus níveis.

Para se ter uma idéia das distâncias conceituais que nos separam, é preciso que se diga que, naquela experiência, a Universidade se debruçava sobre os problemas do sistema educacional como um todo e se ocupava efetivamente com as questões sociais e urbanas do Rio de Janeiro. A universidade mantinha-se integrada à vida pública e cultural da cidade. Almejava a moderni-

zação do país através do ensino público, leigo e humanista, mas abraçava um paradigma de mudanças bem particular para aquele período, pois mantinha, associadamente ao ideário nacional, objetivos particulares, locais, resultantes da preocupação com a situação específica da cidade. De modo que o projeto se contrapunha à tendência que ganhou maior expressão no país e que visava a instituir padrões de modernização universalistas, homogêneos e autoritários em todo território nacional, relegando a segundo plano os problemas e iniciativas locais.

Apesar das distâncias históricas que nos separam da UDF, é, sem dúvida, ainda uma experiência boa para se pensar universidades concretas.

Esse é o segundo movimento de análise que considero necessário ser recuperado nesse processo de mudanças na UERJ. Frente às novidades de primeira mão que saltam dos agéis veículos de comunicação dos tempos globalizados, sugiro o resgate da memória, levando à exaustão as análises das experiências já acumuladas em outros contextos e na própria UERJ. Ainda considero essencial ao processo cognitivo e a intelegibilidade das práticas olhar permanentemente a história e sempre como um velho aprendiz.

Para melhor situar esse argumento, gostaria de lembrar, por exemplo, que há aproximadamente três anos iniciamos na UERJ um processo de avaliação institucional que, entre outros temas, visava a atingir o ensino de graduação. A despeito das estratégias incipientes adotadas na época, é preciso reconhecer que conseguiu reunir alguns grupos efetivamente interessados em repensar a universidade. Entretanto, o processo foi interrompido sem que nenhum dos aspectos aludidos fossem aprofundados, inclusive os da graduação.

O mesmo pode ser dito a respeito da proposta de articulação da Universidade com as demandas sociais do estado do Rio de Janeiro, como polemiza o documento Refazer o Ensino de Graduação. Ora, há quase dez anos esse tema aparece na pauta da Universidade. A avaliação externa realizada na gestão Ivo Barbieri (1988-1991) já apresentava esta perspectiva como vocação da UERJ. O programa de interiorização da universidade funciona há vários anos cumprindo este fim. Diversos outros programas e unidades desenvolvem ações também nes-

sa direção. Não seria justo esquecer o próprio programa de estudos sobre o Rio de Janeiro - CEP Rio - de vida tão efêmera. Afinal, nenhuma dessas iniciativas tem logrado êxito a ponto de efetivamente tomar o Rio de Janeiro como campo de estudos e formação? O que temos a aprender com os limites dessas experiências de modo a que possamos pensar novos caminhos? Parece-me politicamente inviável adensar projetos sociais que se coloquem como alternativa ideo-política ao quadro de modernização conservadora da atualidade, com essa assistemática experimentação de idéias na UERJ. Parece que estamos sempre começando do ponto zero, numa descontinuidade reveladora de uma espetacular capacidade de consumir novidades fulgazes e descartá-las rapidamente.

Com efeito, acredito que renovar a graduação hoje passa primordialmente por selar compromissos de debates e de atenção às historicidades das práticas. Movimento possível, caso avançemos para além dos canais formais regulatórios em que essa discussão tende a se concentrar, engendrando, ao contrário, uma real implicação em torno da construção de uma vontade coletiva de mudanças na Universidade, fomentadora de relações sociais emancipatórias política e intelectualmente, capazes de dirigir a universidade para os reais dilemas da cultura no país hoje. Tarefa realizável em médio e longo prazos, mas desde que costurada num ambiente pluralista ainda no tempo presente. Utopia, quem sabe, que podemos fazer renascer neste terreno defensivo e inerte em que se encontram os grupos políticos e intelectuais perante as políticas de enquadramento do país no concerto da flexibilização geral e irrestrita à dominação do capital reestruturado.

Referências Bibliográficas

- 1- UERJ. Refazer o ensino de graduação da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ/SR-1, 1997. mmeo.
- 2 - A respeito das peculiaridades da UERJ no contexto dos projetos universitários brasileiros ver: MAN-CEBO, Deise. Da gênese aos compromissos. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1996.
- 3- A reflexão de Rouanet a esse respeito é bastante

instigante quando afirma que: nenhuma universidade passada, presente ou futura correspondeu, corresponde ou corresponderá integralmente a essa idéia. Ela é abstrata, e nisso, justamente, reside seu valor concreto. Teoria pura, por isso mesmo ela é eminentemente prática. Pois ela serve para estudar universidades reais, avaliá-las à luz de sua maior ou menor conformidade com o modelo, e desenhar os contornos de universidades que ainda não existem. Ela é padrão de medida e paradigma. Enquanto padrão de medida, permite criticar universidades empíricas e os próprios modelos de universidade dos quais representa a decantação conceitual: a universidade ilustrada, iluminista enquanto veículo de emancipação intelectual mas não enquanto linha auxiliar do utilitarismo burguês e do absolutismo esclarecido; a universidade liberal-humboldtiana, iluminista enquanto propugnadora do livre desenvolvimento da individualidade, mas não em suas características de classe; a universidade socialista, iluminista em seu igualitarismo e em sua preocupação com a educação das classes subalternas, mas não em sua negação da liberdade de pensamento. (ROUANET, Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 211-212)

4 - SANTOS, Boaventura S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 190.

5 - MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

6 - IANNI, Octávio. A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade. In: Universidade e sociedade, n. 12, São Paulo: ANDES-SN, 1997. p. 30-35.

7 - Ver a esse respeito: ALMEIDA, Ney L.T. Globalização e neoliberalismo: situando a expressão contemporânea da crise da universidade brasileira. In: EM PAUTA - Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, N.8, 1996. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. p.67-87.

8 - Ver: 1) ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 1995. 2) HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

9 - Abordagem desenvolvida na obra: LOJKINE, Jean. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

10 - Essa reflexão pode ser encontrada sob diferentes matizes em: 1) BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974. 2) BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Lisboa: Difel, Bertrand, 1989. 3) FERNANDES, Ana Maria. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: UNB, ANPOCS, CNPq, 1990. 4) MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Vértice, 1989. 5) NETTO, José Paulo, Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

11 - BARBOSA, Rosângela N.C. O projeto da UDF e a formação de intelectuais na década de 30. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996.

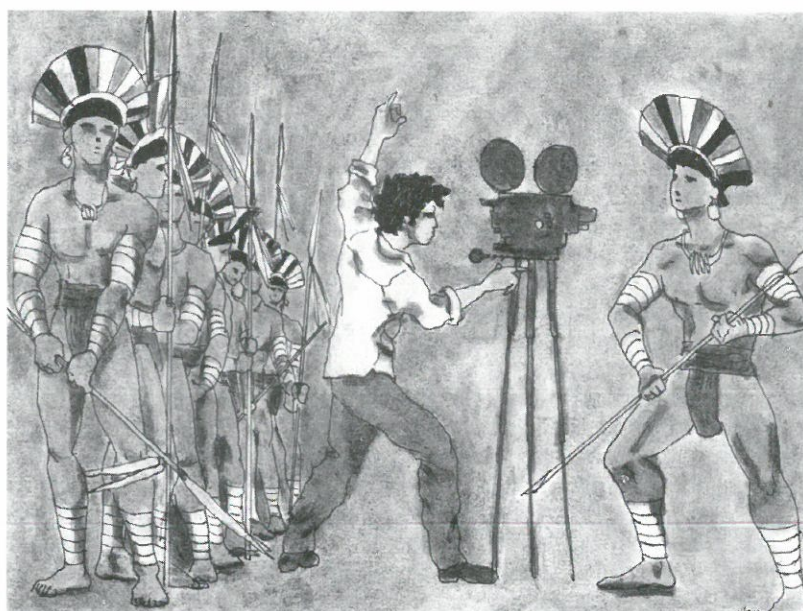
Orlando de Barros

PROFESSOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UERJ • DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL PELA USP

OS NOVE

OS FILMES QUE SE INSPIRARAM NO ROMANCE DE
JOSÉ DE ALENCAR E NA ÓPERA DE CARLOS GOMES.

GUARANIS



NO curso que ministramos no Mestrado de História da UERJ, durante o primeiro semestre de 1996, e contando com a cumplicidade dos alunos, prestamos homenagem a Carlos Gomes, a propósito de celebrar a memória do compositor brasileiro no ano do centenário de seu desaparecimento. Em 15 seções, ouvimos algumas árias de suas óperas, interpretadas por alguns dos mais importantes cantores líricos, que é como começávamos os primeiros minutos das 4 horas de aulas que se seguiam. Assim, com amenidade, prestamos nossa homenagem. Veio bem em acordo ao espírito do curso, que, afinal, versou sobre a história do entretenimento, desde a Belle époque até o fim do primeiro governo de Vargas. Nada mais justo, portanto, que dedicar esse curto ensaio aos alunos daquela turma.

Norma Benguel, atriz veterana do cinema brasileiro, acaba de estreiar, desta vez na direção, a última versão cinematográfica de O Guarani, momentosamente produzida por ocasião das celebrações do centenário de morte do compositor Carlos Gomes. Compulsando-se os catálogos filmográficos, (1) verificamos que, com o filme de Benguel, contamos com a nona versão levada às telas do romance de José de Alencar, no qual, por sua vez, baseou-se a ópera de Carlos Gomes. Em todas as versões do cinema, a associação entre o romance e a ópera se estabeleceu, mesmo na primeira delas, que data de 1908, ano ainda distante do advento dos filmes com película sonorizada.

Comparando as datas desses filmes, verifica-se, primeiramente, que os seis primeiros sucedem-se num período de 18 anos, compreendidos entre 1908 e 1926, enquanto daí até 1996, em 70 anos, produziram-se os outros três. Isso mostra, desde logo, o quanto o romance e a ópera causavam de impressão durante a República Velha, seja pela proximidade temporal com as criações literária e musical do século passado, seja pela sobrevivência, particularmente forte no meio popular, do gosto pelas criações românticas. (2) Mas não apenas por isso. Juntam-se a essas razões pelo menos mais duas: o recente reavivamento da imagética indígena no final da Belle Époque, e a popu-

laridade do canto lírico, mormente nos dois maiores centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

O reavivamento da imagem do índio ocorria em face de acontecimentos dramáticos, como o adentramento na selva amazônica dos seringueiros em busca do látex, ou devido à ação governamental, tal como ocorreu com as expedições de Rondon pela Amazônia e Centro-Oeste, de grande repercussão nos principais centros do país. Ademais, cultivava-se na Belle Époque parisiense, de onde, principalmente, importávamos as idéias, um manifesto fascínio pelo exótico e pelo primitivo, havendo então de suscitar aos brasileiros a curiosidade pelo indígena, convidando a olhar ao interior remoto do país. (3) A grande aventura de Rondon, sob muitos aspectos revestida de caráter romântico, ganha ainda foros de importância internacional, numa época de reafirmação nacional, quando aquele aventureiro militar veio prestar importante auxílio à expedição que o ex-presidente norte-americano Theodor Roosevelt organizou à Amazônia.

Isto estimulou também expedições científicas, como as de Roquete Pinto e de outros antropólogos do Museu Nacional. Por essa época reeditavam-se O Selvagem, do General Couto de Magalhães, e o dicionário de língua tupi, de Gonçalves Dias, reacendendo-se a temática na literatura brasileira.

Lima Barreto recolheu-a, permitindo-se boa dose de mordacidade, tanto no Policarpo Quaresma, quanto, de passagem, no Numa e a ninfa; nem com outra intenção, os modernistas foram buscá-la adiante, como fonte de inspiração crítica. (4) Mas, na cultura popular, o mundo indígena não foi menos cultivado: basta lembrar o quanto eram comuns no carnaval as fantasias de índios, com suas tangas e cocares, com adereços e alegorias calcados na flora e na fauna do país, nos blocos e cobrinhas. (5)

O canto lírico estava arraigado no gosto popular de diversos modos. Em primeiro lugar pelo fato de que a modinha, por sua vez derivada da ária de salão européia, lembrando, às vezes, Rossini e Donizetti, (6) constituía-se numa forma bastante geral de expressão musical, compartilhada mesmo por segmentos sociais antagônicos. Em segundo lugar, porque as árias de ópera se divulgavam com facilidade, sendo muitas vezes aproveitadas como canções carnavalescas na virada do século $\frac{3}{4}$ e ainda depois $\frac{3}{4}$, tanto nos ranchos como nas ruas. Além disso, as burletas e operetas eram freqüentemente apresentadas nos teatrinhos populares e nos circos. Assim é que, nos anos heróicos do cinema brasileiro, isto é, até a Primeira Grande Guerra, chegaram-se a produzir três versões de *A Viúva Alegre*, e outras tantas de *O Conde de Luxemburgo*, além de um clássico do gosto popular, o filme-opereta *A Gueixa*. (7)

Em São Paulo, onde foram produzidos 4 desses *O Guarani*, também a ópera e a opereta eram muito populares, já que considerável parte da população era de ascendência italiana, com forte tradição de apego ao "bel canto". Os segmentos de óperas e operetas faziam parte regular do repertório dos circos, o tipo de espetáculo mais acessível ao bolso da população de menor renda. Ainda que ali predominassem os trechos mais acessíveis e divulgados, o gênero operístico era de conhecimento amplo, sendo que *O Guarani* sobrepujava outras criações. Basta ver, na lista dos espetáculos das duas primeiras décadas, e ainda depois, a freqüência das montagens que se faziam dela no Lírico e no Municipal do Rio, nos teatros de São Paulo, e ainda em casas de menor importância, por companhias e grupos brasileiros e estrangeiros. (8)

Ceci e Peri eram personagens populares, tanto que, ainda em 1938, João de Barro os colocava na marchinha célebre *Touradas em*

Madri, sem inserir qualquer contexto explicativo, pois seu ouvinte estava plenamente informado da ficção subjacente, estando apto a recolher e dar sentido ao que lá se encontrava. De outro modo, o par amoroso Ceci-Peri representava uma idéia romântica exemplar, o "casamento" entre a Europa e a América, entre a "civilização" e o "primitivo" dotado de bons sentimentos, elementos capazes de inverter o conteúdo selvático do personagem da terra. Num tempo em que se recorria freqüentemente às metáforas de reconhecimento do Brasil no estrangeiro, Carlos Gomes era verdadeiramente reverenciado, na base do caro conceito de "a Europa curvou-se ante o Brasil", tão expressivamente apresentada na conhecida cançoneta em que Eduardo das Neves celebrou os feitos de Santos Dumont, no início do século. Afinal, não havia Carlos Gomes, como foi dito certa vez, com *O Guarani*, começado onde terminara Verdi? (9)

Gomes usara o mesmo código estético e a mesma língua do mestre da ópera italiana para expressar um drama étnico e cultural tipicamente brasileiro, enfim, havia logrado integrar um episódio da história brasileira, a miscigenação étnica, no conjunto da expressão artística internacional, com montagens regulares de sua ópera nos grandes centros, com gravações que correram mundo, através das vozes de intérpretes célebres, a começar pela de 1911, com Enrico Caruso, prosseguida adiante por artistas da importância de um Amato ou de um Gigli. (10)

Os Guaranis foi o primeiro dos filmes a versar sobre a temática de Alencar e Gomes. Foi produzido no Rio de Janeiro em 1908 pela pioneira Foto-Cinematográfica Brasileira, de Labanca, Leal & Cia., tendo como operador (então um misto de diretor e fotógrafo) Antônio Leal, baseando-se na pantomima circense que Benjamin de Oliveira $\frac{3}{4}$ aliás o Peri que contracenava com a Ceci, representada por Inês Cruzeta $\frac{3}{4}$ havia feito para seus espetáculos no Circo Spinelli, o mais importante de seu tempo, e que se situava nas proximidades da Praça da Bandeira.

Fitas como essa assinalavam um surto recente de "filmes pousados" (como se chamavam então os de ficção), depois que se inaugurou a usina de eletricidade de Ribeirão das Lages, propiciando a abertura de dezoito cinemas no Rio entre agosto e dezembro de 1907. Até então, conforme Ademar Gonzaga, "os primeiros anos do cinema brasileiro são paupérrimos" (1896-

1906), predominando as "vistas animadas", isto é, os documentários sobre a paisagem urbana e natural do Rio e das adjacências da Baía da Guanabara, forte atrativo ao país inteiro em face da recente remodelação radical da cidade. Eram filmes de poucos metros, também projetados em "teatrinhos", parques e cinemas ambulantes, no Rio e pelo Brasil a fora. (11)

Giuseppi Labanca, italiano como Pasqual Segreto (este o primeiro dentre os pioneiros do cinema), explorava até então bancas de jornais e o jogo do bicho, e já se prestava em ser um importante empresário do entretenimento. Com 30 contos de réis, associou-se com o português Antônio Leal, pretendendo investir capital numa atividade que prometia, em boa parte do mundo, vir a ser lucrativa. Leal (1876-46), fixou-se no Rio primeiramente com ateliê fotográfico e depois como fotógrafo de *O Malho*, sendo considerado o primeiro cinegrafista do cinema brasileiro, disputando a primazia com Afonso Segreto, irmão e sócio de Pasqual.

A filmagem de *Os Guaranis* fez-se diretamente no picadeiro do Spinelli, mediante uma câmara fixa. Ainda que o filmezinho tivesse a intenção de registrar a mímica circense de Benjamin, artista também muito popular nos teatros e parques, inaugurava a duradoura temática dos filmes enredados na literatura brasileira. Não sabemos muito como se deu o aproveitamento musical de Carlos Gomes, mas, certamente, ela estava presente no espetáculo do circo. De qualquer forma, havia então duas maneiras de providenciar a música para a projeção: a primeira, utilizando gramofones com discos ainda não sincronizados, e a segunda, simplesmente mediante o concurso de intérpretes que se postavam por trás das telas. (12) Ainda que já se iniciassem as tentativas de sincronização de som e imagem, o sistema em voga no Rio era a dos intérpretes ocultos, às vezes com o concurso de contra-regras, como Cesar Nunes, cognominado "o fonógrafo humano", de quem Jota Efegê disse certa vez ser capaz de "fazer, à perfeição, o latido de um cão ou o miar de um gato". (13) É dessa forma que muitas das operetas permitiram-se filmar, sendo que não poucas integram o catálogo de cerca de cem filmes que Labanca produziu.

Mas, a alma desse primeiro e fragmentário *Os Guaranis* foi Benjamin de Oliveira, que o concebeu como espetáculo e o interpretou na tela. Foi palhaço de circo e artista ver-

sátil dos palcos, a quem Brício de Abreu chamou certa vez "o maior artista negro do Brasil", tendo admiradores importantes como Artur Azevedo e o Marechal Floriano Peixoto. Faleceu em 1955 aos 84 anos de idade, amparado por uma pensão que o deputado e escritor Jorge Amado havia providenciado em 1947. (14) Já de Inês Cruzetta, a primeira Ceci do cinema, nada pudemos saber, exceto que fazia parte da troupe do Spinelli.

Seguindo o exemplo de 1908, outro filmezinho se produziu no ano seguinte, com o título de *Dueto do Guarani*, dessa vez por iniciativa de William & Cia., firma de William Auler que, como outros pioneiros, havia antes se estabelecido como comerciante. Auler deixou o negócio de mobílias, na Ouvidor, para dedicar-se ao cinema, tendo fundado o Cinematógrafo Rio Branco e a companhia de produção de filmes. Em 1909, fez seu primeiro "cantante", uma versão aproximada dos sucessos de então, como as operetas importadas *A viúva alegre* e *Sonho de valsa*. Dele seria a produção do sempre citado *Paz e amor*, filme-revista de 1910, concebida por Zeca Patrocínio e fotografada por Alberto Botelho, sob a direção de Alberto Moreira. (15) Entretanto, desses filmes de então, o *Dueto do Guarani* é um dos que menos se conhecem. Sabemos que foi baseado em uma das cenas da ópera, e que os atores foram Claudina Montenegro e Santucci, sendo que este último fazia parte de um grupo de cantores que interpretavam por trás da tela do cine Rio Branco.

Se o *Dueto* é tão pouco conhecido, menos ainda é a terceira versão, a de *O Guarani* de 1911, produzida pela Empresa Lazzaro e Cia, de Salvatore Lazzaro, tendo Griselda Lazzaro, como Ceci e Roberto Mário, como Peri. Dela não consta nas filmografias consultadas mais que o registro breve que reprodizimos. Essas três primeiras versões de *O Guarani*, que aludimos, assinalavam uma época de grande atividade do cinema brasileiro, não tendo o mercado interno sido ainda dominado pelo sistema distribuidor internacional. Entretanto, depois de 1912, a produção brasileira descontinuar-se-ia, seja pela gradativa presença dos distribuidores norte-americanos, sobretudo, seja pelo fato de que os filmes de curtíssima metragem já se suplantavam pelas produções de mais longa duração. Assim, nos anos que se seguiram, a produção diminuiu, refletindo-se em número menor de fitas produzidas, e tornando-se mais custosa, para seguir o formato dos filmes importados. (16)

Se até 1912 o cinema brasileiro mostrou vigor, parecendo não temer o estrangeiro, depois desse ano, seriam necessários cuidados especiais para manter em cultivo o público, e entre as medidas que se tomavam estava a busca de uma temática que fosse interessante e relacionada à experiência sócio-cultural brasileira. Também tornou-se corrente a preferência de enredos mais solidamente construídos, além da necessidade de procurar certa atualidade técnica. (17) Pelo menos quanto aos enredos e temáticas, encontraram-se saídas, e entre elas estava o surto das adaptações de romances brasileiros muito divulgados, sobretudo as obras de José de Alencar. Dessas adaptações, pelo menos uma delas, o *Lucíola*, de 1916, logrou celebrar-se, pelo quanto de impressão causou a futuros críticos e autores, que a assistiram quando jovens.

É nesse quadro que se inserem as duas produções de *O guarani* seguintes, a de 1916 e a de 1920. A primeira, se deve ao italiano Vitório Capellaro, justamente o que mais empreendeu versões cinematográficas da literatura brasileira na época (*Inocência*, de Taunay; *Iracema* e *Guarani*, de Alencar; *O mulato*, de Aluísio de Azevedo, *O garimpeiro*, de Bernardo Guimarães).

Vitório Capellaro (18) havia estado antes no Brasil em 1907, acompanhando a companhia teatral de Eleonora Duse. Mas, depois de ter trabalhado no cinema italiano, voltou ao Brasil em 1915 e fixou-se em São Paulo. Em 1919, montou laboratório no Rio. Dominando as especialidades da filmagem e as técnicas de laboratório, Capellaro dividiu-se entre as duas cidades, mas foi em São Paulo que fundou com Antônio Campos a produtora Campos & Capellaro, responsável pelo *O Guarani* de 1916. Vitório dirigiu, roteirizou e atuou como ator principal, ao lado de Georgina Marchioni, Santino Giannastazio e Eduardo Cassoli. Curioso que alguns informes dão 135 minutos para a metragem deste filme, longa mesmo para os padrões de hoje.

Quatro anos depois, no Rio, produzia-se nova versão de *O Guarani*, dessa vez pela Carioca Filmes, numa fita de 90 minutos, filmada com uma lente estereoscópica, inventada por Joaquim Rosas. Tratava-se de nova produção do veterano Alberto Botelho, que confiou a João de Deus a direção, tendo ainda no elenco Abigail Maia, Pedro Dias, e o próprio diretor da fita. Embora a direção des-

te exemplar de 1920 fosse considerada "débil", a Ceci representada por Abigail constituiu-se, com o tempo, na mais memorável de quantas houve. (19)

Abigail Maia estreou em teatro aos 15 anos, em 1903, sendo de uma família de artistas. Em poucos anos havia se notabilizado como importante intérprete de canções brasileiras, tendo, por algum tempo, formado um curioso trio com João Foca e Raul Pederneiras, excursionando ao interior do país, em conferências ilustradas por Abigail, que interpretava modinhas e outros gêneros de canções. Em 1919, em companhia de Procópio Ferreira, realizou um dos sucessos inesquecíveis dos palcos brasileiros: a *Juriti*, burlata de Viriato Correia e Chiquinha Gonzaga. (20) Foi ali que Botelho foi buscá-la para garantir prestígio ao filme. Pedro Dias, o Peri de 1920, foi ator de importante carreira, impagável imitador de Getúlio Vargas nas revistas dos anos 30-40. (21) Nessa época, os produtores já se haviam conscientizado da força dos distribuidores estrangeiros, bem como da necessidade de implantar moderna organização empresarial; também agiam de modo um tanto resignado, considerando que, naquela altura, não podiam mais que preencher um pequeno nicho do mercado brasileiro. Irineu Marinho, da empresa jornalística *A Nação* (e futuro fundador de *O Globo*), chegou a financiar filmes, e pretendeu fundar uma empresa com esse perfil, a *Veritas Filmes*, em 1917, da qual desistiu adiante, sem produzir nenhuma fita. (22) Naquele instante, reacendia-se o debate sobre a melhor forma de realizar um filme nacional, tanto do ponto de vista artístico e técnico, quanto do ponto de vista das conveniências de produção. Três anos depois, a situação mudara pouco desde o lançamento de *O Guarani* de 1920, o que levou o crítico Mário Behring a dizer que o cinema nacional não passava de um fantasma, enquanto Paulo Lavrador, outro crítico, juntava que "seria melhor que não existisse". (23)

Fato é que, entre 1916 e 1925, a Cinelândia, idéia que Francisco Serrador consolidou, estava constituída, reunindo no fim da Avenida Rio Branco um verdadeiro cinturão exibidor. É verdade que Serrador continuou a prestar o auxílio de exibidor aos produtores brasileiros, chegando mesmo a pensar que, de sua posição, pudesse barganhar com os estrangeiros a colocação dos nacionais no exterior, tendo pretendido financiar ele próprio a produção com essa intenção, recuan-

1



2



3



4



5



6



1. Benjamin de Oliveira como o Peri, de O Guarani, de 1908
2. Grizelda Lazzaro e Roberto Mário, no O Guarani de 1911.
3. O Guarani de 1920. Abigail Maia (Ceci), última à direita. Pedro Dias (Peri), agachado.
4. Seqüência final de O Guarani, de Vitório Capellaro, de 1926.
5. Vitório Capellaro, diretor e ator em duas versões de O Guarani (1916 e 1926)
6. Abigail Maia, a mais conhecida das Ceci. Cena teatral.

do dela pouco depois. Um pouco mais tarde, havia nas revistas de cinema, como *Cinearte*, os que defendiam um modelo estético e de produção baseado no cinema norte-americano, enquanto outros, principalmente os influentes filiados do Clube Chaplin, que pensavam num modelo europeu para os filmes brasileiros, influenciados, entre outros, por Eisenstein e Murnau. Refletindo essas considerações, ocorreu então a produção de importantes filmes brasileiros, como *Barro Humano*, *Limite* e *Ganga Bruta*, revelando os notáveis talentos de Humberto Mauro e Mário Peixoto. Na mesma época, Ademar Gonzaga fundava a Cinédia, uma companhia que procurou, pela primeira vez, seguir um modelo de produção industrial, aproximado aos estúdios norte-americanos. (24)

No meio desse agitado momento de reflexões e realizações, surge em São Paulo, em 1926, a sexta versão de *O Guarani*, e a segunda de Vitório Capellaro, produzida pela *Metrópole*, e distribuída pela *Paramount Pictures*, tendo no elenco Armanda Mauricieri, Tácito de Souza, G. Menichelli e G. Bianchini, além de Capellaro. Mas esse *Guarani* não teve a repercussão esperada. Esgotara-se o tema?

O uso dos procedimentos usuais de reprodução musical de filmes é que se haviam esgotado, face às notícias recentes de avanços técnicos radicais em matéria de sonorização, que geravam grande expectativa. A sincronização adiantara-se muito com o *Vitaphone*, da *Warner Brothers*, chegando ao Brasil em 1927 com *O cantor de jazz*, com All Jolson, seguido em 1929 de *Broadway melodies*, primeiro filme de sonorização direta na fita. De outro modo, ainda que árias de *O Guarani* fossem de conhecimento do grande público, os novos tempos favoreciam o deslocamento do clássico para outra direção de espetáculo, isto é, para os restritos teatros especializados. Surgiam as gravações elétricas, em 1927, e, na mesma época, as rádios já se instalavam em diversas capitais. Assim, o modelo de *Broadway melodies* parecia mais coerente como inspiração, num tempo em que parecia tomar corpo a cultura de massa, reavivando a memória dos velhos cantantes, já agora atualizados pelo rádio e pelos shows dos cine-teatros. Começa com *Coisas nossas* (1931) a produção dos filmes musicais, em que predominava o sentido carnavalesco, seguindo adiante com a fórmula que se chamará *chanchada*. (25)

Adiante, desde 1936, a profonia de *O Guarani* tornava-se prefixo musical da *Hora do Brasil*, anunciando o Estado e o poder, no ano que antecede o ditatorial Estado Novo de Vargas. Deslocando-se da esfera idílica de *Peri-Ceci* em direção ao sentido político, a criação de Carlos Gomes parecia esvaziar aquele que se instaurara nas versões anteriores do filme. (26) Talvez por isso, somente em 1948, com um intervalo de 22 anos, surgiu outra fita, a de Ricardo Freda, pela *Universália*, também uma das mais obscuras. A que seguiu, de 1978, separada da outra por 30 anos, de Fauzi Mansur, pela *Virgínia Filmes* e financiada pela *Embrafilme*, e dada ao público ainda na vigência do regime militar, foi recebida com frieza pelo público e pela crítica.

A versão de nossos dias, a de Norma Benguel, chega no momento em que parte da imprensa vê sinais de recuperação do cinema brasileiro, depois de outra de suas delongadas crises cíclicas. (27) E como o filme vem com a intenção de celebrar o centenário de morte de Carlos Gomes, que o público o acolha, ao menos que seja por reavivar a memória das antigas versões.

NOTAS

(1) - O catálogo cinematográfico básico é o *Guia de Filmes*, publicação oficial. Valemo-nos também de Luiz E. A. Miranda: *Dicionário de cineastas brasileiros*. São Paulo: Art Editora-Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990; de Fernão Ramos (org.): *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987; de Alex Viany: *Introdução ao Cinema Brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1959. Embora não contenha um catálogo, também importantes informações fomos buscar em Adhemar Gonzaga e P.E. Salles: *70 anos de cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Gomes de Souza S.A., 1966. Fazem parte da documentação do autor reportagens extraídas de diversas revistas de cinema (ou que tinham colunas especializadas) da época, como *Cinearte*, *Cena Muda*, *O Fan*, *Carioca* e *Noite Ilustrada*.

(2) - Ver Oto Maria Carpeaux: *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d. e Manuel Bandeira: *Apresentação da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

(3) - Ver Orlando de Barros: *Custódio Mesquita, um compositor romântico [O entretenimento, a canção sentimental e a política no tempo de Vargas (1930-1945)]*.

São Paulo, USP, 1955 (tese de doutoramento, mimeo), V. I, pp. 17-8.

(4) - Orlando de Barros e Marilena Ramos Barboza: *Romantismo e modernidade em Lima Barreto*. Rio, 1989 (texto escrito para o Congresso Internacional sobre a Proclamação da República, UERJ).

(5) - Ver Edigar de Alencar: *O carnaval carioca através da música*, v. 1, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965; Eneida: *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1958.; José Ramos Tinhorão: *Música popular de índios, negros e mestiços*. Petrópolis, Vozes, 1972.

(6) - É o que se pode constata na coletânea de modinhas imperiais que Mário de Andrade coletou. O autor tem duas coleções (em fita magnética) obtidas das seguintes fontes: TVE-Rio de 10.10.1993; e Programa "Modinhas Brasileiras", da Rádio MEC em 16.04.1986, de gravação ao vivo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1972 [Seleção de modinhas, editadas em 1830 por S. Neukom].

(7) - Conf. Gonzaga, op. cit., p. 19; Roberto Moura: *A Bela Época (primórdios - 1912) e Cinema carioca (1912-1930)*, IN Fernão Ramos, op. cit.

(8) - As programações aludidas podem-se encontrar no alentado catálogo de Augusto de Freitas Lopes Gonçalves: *Dicionário Histórico e literário do teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975, 4 v. A popularidade de O Guarani também pode ser aquilatada pelas atividades musicais do maestro Luís Moreira, de que Jota Efege [João Ferreira Gomes] trata às pp. 107-8 em *Meninos*, eu vi. Rio de Janeiro: Funarte/INM, 1985.

(9) - A frase que se atribui a Verdi a respeito de Carlos Gomes, no dia da estréia de O Guarani foi: "Este rapaz é um verdadeiro gênio; ele começa por onde eu acabo!" (segundo Ítala Gomes de Carvalho - filha do compositor: em *A vida de Carlos Gomes*. Rio, A Noite, 1937, p. 99. Eduardo das Neves escreveu a cançoneta *A Europa curvou-se ante o Brasil*, homenageando Santos Dumont. Veja, a propósito: Jota Efege, op. cit.

(10) - Enrico Caruso: *Quando nascesti tu* (Lo schiavo), 1911; Pasquale Amato - em dueto com Emmy Destinn - *Senza tetto, senza cuna* (Il Guarany), 1912; Beniamino Gigli: *Quando nascesti tu, e Vanto io pur* (Il Guarany), ambas de 1951, gravações que o A. tem em seu arquivo.

(11) - Conf. Gonzaga, op. cit., pp. 15-9.

(12) - Ver José Ramos Tinhorão: *Música popular [teatro & cinema]*. Petrópolis: Vozes, 1972.

(13) - Sobre Cesar Nunes, o "fonógrafo humano": Jota Efege, op. cit., p. 29.

(14) - Sobre Benjamin de Oliveira: Brício de Abreu: *Esses populares tão desconhecidos*. Rio de Janeiro: E. Raposo Carneiro Ed., 1963.

(15) Conf. Gonzaga, op. cit., pp. 18-9; Roberto Moura, op. cit., 37-39.

(16) - Ver Barros, op. cit., cap. IV.

(17) - Idem, ibidem. A propósito, a crítica de cinema da revista *Noite Ilustrada* (n. 318, de 9.10.35), quase 20

anos depois, ainda está preocupada com a temática nacional: "Não temos o direito de renunciar ao cinema nacional pelo motivo sempre repetido de que nunca alcançaríamos a perfeição técnica do cinema americano, inglês ou alemão, aos quais já estamos acostumados. No interior, o cinema chegou mais depressa do que o "arranha-céu". Cidadezinhas que não possuem um sobrado de quatro andares, já conhecem o cinema falado. É essa arte cujo poder de penetração e de infiltração nas massas é imensurável, que devemos proteger no Brasil. Não será um "camara-man" britânico que há de mostrar ao Brasil o homem brasileiro e vice-versa. Só o cinema nacional permitirá fixar a vida nacional: as nossas populações rurais, as nossas fazendas de café, o nosso boiadeiro. Não nos faltam temas dramáticos: o seringueiro, a seca, a jangada. Nem motivos cômicos: o caipira, o almofadinha do interior, a beata. Nem dramas nacionais: a escravidão, a luta farroupilha...".

(18) - Sobre Capellaro: Miranda, op. cit., 79-81. Ver ainda Gonzaga, op. cit. e Moura, op. cit.

(19) - Sobre Abigail Maia: Brício de Abreu, op. cit., pp. 117-122; Gonzaga, op. cit., p. 38; Jota Efege, op. cit., p. 89-90 e 221-2.

(20) - A respeito da peça teatral mencionada: Orlando de Barros: *O caso Juriti-Juraci* (Um patético caso de plágio nos anos 20, que ilustra as relações entre cultura, modernidade e capitalismo), IN revista *Advir* N° 7, Rio, outubro de 1955. A informação sobre o trio formado por Abigail, João Foca e Pederneiras é de Brício de Abreu, na obra citada.

(21) - Sobre Pedro Dias: Jota Efege, op. cit., 91 e 221. Ver Barros: *Custódio Mesquita...*, cap. III.

(22) - Roberto Moura, op. cit., p. 54; Gonzaga, op. cit. p. 37.

(23) - Segundo Gonzaga, op. cit., p. 54.

(24) - Roberto Moura, op. cit., pp. 55-59.

(25) - Chanchada é gíria argentina e significa "sujo". Os críticos de cinema dos anos 40-50 passaram a designar a comédia musical e carnavalesca como tal, de maneira depreciativa. Mas a palavra é anterior e vem do teatro: Confira em Jota Efege, op. cit., pp. 50 e 87; Almirante: *No tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 87; Gomes, Bruno Ferreira: *Wilson Batista* [e sua época]. Rio de Janeiro. Funarte-INM, 1985, p. 93. Se dermos crédito a esses autores, parece ter sido o empresário Generoso Ponce o primeiro a fazer shows com artistas de rádio no seu cine-teatro Eldorado, na Avenida Rio Branco, entre 1929 e 1931, usando mais ou menos a fórmula chanchada. Era uma tentativa que se utilizava de alguma narração, por meio de sketches a cargo de cômicos experientes das revistas teatrais. Cantores como Carmen Miranda, Patrício Teixeira e Francisco Alves eram acompanhados pelos conjuntos regionais da época.

(26) - As idéias aqui expressas são de responsabilidade do A. De qualquer sorte, Peri-Ceci, tão mencionados antes nas canções populares, escasseiam depois de 1945.

(27) - André Luiz Barros: *Norma sem normas* (entrevista com Norma Benguel), *Revista de Domingo* JB, 19.5.1996.

Terezinha Zimbrão

PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE LETRAS DA UFJF/ MG
DOUTORA EM LITERATURA BRASILEIRA PELA
UNIVERSIDDE DE NEW CASTLE UPON TYNE

O MODERNISMO

E OUTROS "ISMOS": UMA INTRODUÇÃO

BRASILEIRO



*No índio, no mestiço, viram a força criadora do primitivo...
Doutra parte, dedicaram carinho especial a tudo que indicasse
a presença da civilização industrial...*

- Antônio Cândido e José Aderaldo Castello in "Modernismo", *Presença da Literatura Brasileira*.

O Modernismo no Brasil data da década de 20 e não deve ser confundido com o movimento de mesmo nome que se deu uma geração anterior (à época portanto do Simbolismo e Parnasianismo brasileiros) no resto da América Latina. Correspondendo antes ao que ficou conhecido nestes países como Vanguarda, o movimento brasileiro também beneficiou-se das experimentações formais a que se dedicavam desde a primeira década do século XX os escritores vanguardistas europeus. No entanto, na jovem nação brasileira somavam-se desde logo às preocupações puramente de renovação estética (característica do movimento na Europa) o desejo de construção de um código literário essencialmente nacional. Assim, se por um lado o Modernismo brasileiro convergia com a Vanguarda d'além mar em sua ruptura com a literatura anterior através de uma revolucionária reflexão sobre a linguagem, por outro, em seu nacionalismo, os modernistas retomavam e aprofundavam uma das propostas mais caras ao Romantismo. Com efeito, enquanto José de Alencar havia incorporado o vocabulário indígena à prosa romântica de *Iracema*, Mário de Andrade iria por sua vez incorporar à prosa moderna de *Macunaima* o próprio coloquialismo do falar do índio primitivo.

Um marco decisivo para a definição do movimento foi a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo de 11 a 17 de fevereiro de 1922. Em solo paulistano encontraram-se então as diversas tendências vanguardistas que se vinham formando no país já há algum tempo, o que possibilitou a consolidação de grupos e propostas, a publicação de livros, revistas e manifestos. Dentre os "ismos" transplantados da Europa a germi-

nar com vitalidade em solo brasileiro, cumpre notar a presença de pelo menos dois: o futurismo, cuja proposta partia da experimentação da linguagem a partir de elementos pertinentes à civilização da técnica e da velocidade; e o primitivismo, que por sua vez se propunha a experimentar a linguagem a partir da liberação e projeção de elementos que muito pelo contrário encontravam-se *recalcados* por esta civilização (era o caso por exemplo do folclore popular, então marginalizado pelo academismo da literatura oficial).

Ora, estas duas tendências, de certo modo distintas na Europa, curiosamente vieram a fundir-se no Brasil, adquirindo então características próprias, sobretudo nas mãos dos dois escritores mais expressivos deste primeiro momento do Modernismo: Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Tão curiosa fusão, a da proposta futurista com a primitivista, vem a revelar-se como um desdobramento antes natural quando consideramos o contexto do movimento, ou seja, o de um país em que por sua vez também se fundiam o civilizado e o primitivo. E de fato, os escritores modernistas, provenientes em sua maioria de centros urbanos em ritmo de modernização como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, alcançavam assim conciliar: de um lado, o seu desejo de alinhar-se com as ousadias da modernidade (de que lhes parecia então como expressão máxima o futurismo); de outro, o seu conhecimento de que as raízes do Brasil, em suas inconfessadas origens negras e indígenas, requeriam uma problematização estética forçosamente primitivista.

Pois é desta vontade de experimentar formas modernas e ao mesmo tempo descobrir símbolos e alegorias capazes de sugerir os elementos *recalcados* da nacionalidade

brasileira - tais como o negro, o "mau selvagem", o mestiço, o malandro - que surgem então a poesia *Pau-Brasil* de Oswald e a prosa do Mário de *Macunaíma*. O Modernismo brasileiro se propunha acertar o passo com a literatura da civilizada metrópole, mas não mais como haviam se posicionado os movimentos anteriores desde a Independência, ou seja, a despeito da barbárie do país. Muito pelo contrário, esta suposta deficiência passava a ser então encarada como importante matéria-prima para a produção e exportação de boa literatura. Assim como o pau-brasil fora o primeiro produto das selvas brasileiras a ser exportado com sucesso para a civilização d'além mar, pretendia-se que a literatura de tom primitivista que ele simbolizava tivesse um destino semelhante, ou seja, o de uma produção nacional de qualidade a competir no mercado estrangeiro. De modo que o lado bárbaro e primitivo da nação, antes considerado como motivo de vergonha (quando muito de idealização romântica) diante da civilizada metrópole, era a partir de então manifestamente incorporado como fonte de inspiração, ao invés de ser encarado como obstáculo à produção de cultura. Na verdade, o que se pretendia é que este primitivismo de inspiração nativa atuando em toda a sua diferença modificasse na própria essência o importado modelo estrangeiro, daí resultando um produto outro, original, de exportação. Os manifestos da "Poesia Pau-Brasil" e "Antropófago" constituem a perfeita tradução oswaldiana desta proposta dos escritores modernistas.

À medida que se iam aproximando os anos 30, e portanto, paralelo à voga do realismo social na literatura do Ocidente, constituiu-se no Nordeste do Brasil um movimento de revalorização do regionalismo. Este segundo momento do Modernismo brasileiro, ainda que em seu conjunto se opusesse aos aspectos mais vanguardistas do primeiro, contudo, muito beneficiou-se da incorporação da fala coloquial, dos brasileirismos léxicos e sintáticos engendrados pela prosa da geração de 22, que deste modo abriu-lhes caminho para formas muito mais complexas de narração do cotidiano. O novo grupo alcançou conciliar assim algumas das conquistas estéticas do grupo anterior com o seu próprio interesse pela realidade regional: o regionalismo tradicional pode então ser redefinido por meio de uma linguagem literária atualizada. O movimento congregou-se em torno de Gilberto Freyre, que com os seus

estudos sobre certos aspectos *recalcados* do passado colonial brasileiro, sobretudo *Casa Grande e Senzala*, motivou então escritores como José Lins do Rego a procurar no presente da região o prolongamento daquelas *inconfessadas* raízes do Brasil. Neste sentido estes regionalistas davam continuidade ao primitivismo da geração de 22, cujo próprio experimentalismo também prolongava-se, mesmo que diferenciado, no nome mais expressivo deste segundo momento: Graciliano Ramos. E de fato, cada um dos romances deste escritor possui uma linguagem própria, revelando assim uma equivalente preocupação sua em também experimentar formas novas de expressão.

Paralela à prosa regionalista, também a poesia neste segundo momento do Modernismo brasileiro se deixou por sua vez contaminar pela preocupação com a realidade social. Assim, se Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes sob o aspecto mais formal precisavam apenas dar prosseguimento ao roteiro de liberação estética proposto anteriormente, sob o aspecto temático contudo coube-lhes introduzir a política em versos livres.

O Modernismo, ao se inspirar nas experimentações formais da Vanguarda européia, distanciando-se do academismo da produção anterior, alcançou atualizar a linguagem da poesia e do romance no Brasil. Propondo-se um nacionalismo de inspiração primitivista, o movimento muito contribuiu para que a literatura brasileira então superasse recalques étnicos e históricos, além de lhe ter ainda promovido, em um segundo momento, o amadurecimento em relação à problematização estética do social. Foi enfim um movimento onde os escritores brasileiros alcançaram construir aquilo que desejavam desde o Romantismo: um programa coerente de autonomia literária.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Alfredo. "Pré-Modernismo e Modernismo" in *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 339-426.

CÂNDIDO, Antônio e José Aderaldo Castello. "Modernismo" in *Presença da Literatura Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, p. 6-33.

CÂNDIDO, Antônio. "Literatura e Cultura de 1900 a 1945" in *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 109-138.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1978.

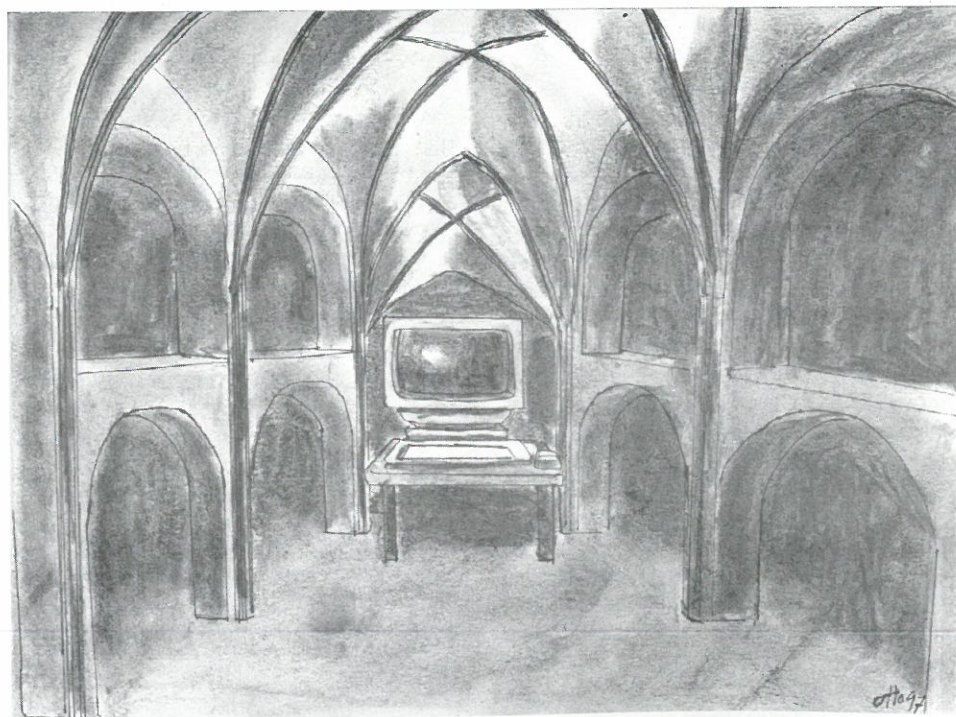
Alberto Cipiniuk

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UERJ • DOUTOR EM HISTÓRIA
DA ARTE PELA UNIVERSITÉ LIBRE DE BRUXELLES

UMA REFLEXÃO

SOBRE A CONSEQÜÊNCIA DA POTENCIALIZAÇÃO
DA TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO PELO

COMPUTADOR



AO analisarmos as conseqüências geradas pela potencialização da transmissão de informações pelos PC's, via *networks* como a Internet, a nossa primeira reflexão se dirige para a consciência de que dificilmente seremos os mesmos. Este artigo propõe um exame genérico deste acontecimento na vida quotidiana, suas implicações em particular no modo de produção e da reprodução do conhecimento, incluindo o uso de imagens como linguagem.

CONTROLE VERSUS DESCENTRALIZAÇÃO

Por muitos anos os computadores, em particular os *mainframes*, foram vistos como uma ameaça à democracia, uma força de controle propiciando a centralização das informações nas mãos de uns poucos e no caso do Brasil, com nossa tradição oligárquica, menos liberdades. Como o olho do senhor de engenho, que da rede observava o trabalho no terreiro, o olho "Orwelliano" do computador seria mais um olho a contemplar os seus domínios. Esta nova forma de controle transformaria nossas vidas como fez com o vagabundo do filme "Tempos Modernos": um robô que aperta porcas. Aliás, o cinema também se encarregou de embalar nossa imaginação quando Stanley Kubrick estabeleceu a imagem paradigmática do computador enlouquecido em seu "2001, Odisséia no Espaço".

No passado o mau era representado como um príncipe renascentista. Magro de carnes, hábitos comedidos, racionalidade obsessiva e com aquele ar de quem age e pensa baseado exclusivamente em princípios aprioristicamente irrecusáveis e evidentes. O vilão de total racionalidade exercia maquiavelicamente todas as perversidades para conseguir os seus fins. Em tempos mais recentes, nos filmes futuristas, o mau é uma máquina, um computador, que se exprime com uma voz sem modulação e com um tom que lembra um baixo russo falando no fundo de uma lata. Quase todas as semanas podemos assistir na televisão computadores que se rebelam ou são incorporados por homens maus e usam seus meios rigorosos para destruírem o resto da humanidade numa seqüência coerente, regular e necessária dos acontecimentos e até independente deles.

Mas este quadro de fim de mundo, de má-

quinas maquiavélicas, de robôs indestrutíveis, se contradiz com o advento e difusão dos PC's, os computadores pessoais, e a atual distribuição em cadeia das informações, tal como a Internet. Tudo indica que contrariamente ao que nós imaginávamos, do enorme pesadelo de consumação trágica que o cinema nos trazia, a característica essencial do uso do computador é a descentralização e a liberdade.

A dinâmica da descentralização na difusão da informação, destruindo ditaduras com a potencialização da individualidade e da cidadania não é só política, ameaça também as grandes corporações em sua expansão comercial, deixando de cabelo em pé os ideólogos do capitalismo da economia globalizada. Comprar um par de patins com cartão de crédito em Miami e pagar em Itapeverica da Serra é fantástico. Mas como proteger por exemplo, a propriedade se ela voa sobre as fronteiras e é utilizada por bilhões de pessoas? Como cobrar taxas ou impostos pela utilização das informações? Como posso cobrar por esta reflexão se ela for traduzida e for publicada em Vladivostoque? Quem vencerá esta batalha?

PRIVACIDADE VERSUS PATRULHAMENTO

A imagem do adolescente diante do seu PC acessando o *mainframe* do Pentágono e disparando a 3ª Guerra Mundial aponta para uma calamidade extrema tendo como origem a falta de privacidade em que nos encontramos utilizando as redes de comunicação.

Depois do escândalo das escutas telefônicas no início de 1996 e como afirmou o presidente Fernando Henrique Cardoso, todos podem ser escutados, todas as informações podem ser acessadas e nossas vidas são livros abertos. No âmbito dos meios eletrônicos de comunicação também. Desde o número dos cartões de crédito às cartas de amor. Mesmo que haja uma tecnologia (*softwares*) aperfeiçoadíssima que garanta a total privacidade das conversações, ninguém estará a salvo, pois estamos vivendo a instalação de uma nova cultura, radicalmente diferente da que conhecemos para a troca de informações. Será como na brincadeira infantil do telefone sem fio, mas totalmente sem graça, pois todos os participantes, até o último, terão acesso às primeiras informações enviadas pelo primeiro da fila.

O fenômeno é complicado e envolve duas questões: a) Já que na história da humanidade nunca houve completa privacidade, pois embora soubéssemos das coisas, apenas uma

versão era autorizada, será que conseguiremos sobreviver com a absoluta privacidade gerada por esta nova tecnologia? b) No caso contrário, em vista de impossibilidade técnica da privacidade, se não conseguirmos inventar um meio tecnológico para controle das informações, quem estará habilitado a policiar ou controlar e punir aqueles que tiverem acesso às informações privilegiadas potencializadas por esta mesma tecnologia? Imaginemos um "Cyber-Nagi Nahas". Seria uma catástrofe levando à ruína não apenas os clientes de um banco, mas bilhões de pessoas.

CENSURA VERSUS LIVRE EXPRESSÃO

Nos Estados Unidos da América, *networks* como a Internet têm a capacidade de alcançar milhões de pessoas tal como as grandes redes de televisão. Nas redes de televisão, uma simples emissora em New York, dependendo do tipo de informação e da forma de sua emissão, pode formar a opinião pública de toda a nação e conseqüentemente impor as regras do jogo político ou comercial do país. Tivemos recentemente um caso parecido aqui no Brasil, quando setores conservadores da igreja católica, apoiados por Roberto Marinho, atacaram o Bispo Macedo da Igreja Universal.

Considerando que a probabilidade de o Brasil, seguir os passos do nosso vizinho do norte (Estados Unidos) é além de grande, quase uma certeza, brevemente os PC's serão tão numerosos como fogões, geladeiras ou aparelhos de TV nas casas brasileiras. Assim um simples emissor, membro da rede Internet por exemplo, localizado em um ponto do país ou fora dele, diferentemente da rede de TV, que funciona apenas em um sentido, poderá ter acesso a milhões de brasileiros e interagir com eles, tal como aconteceu na província de Chiapas no México (1995), onde a guerrilha pode, pela Internet, emular-se às informações oficiais veiculadas pela mídia de televisão. Na verdade o que estamos pretendendo demonstrar, é que tal como uma rede de televisão, que inexoravelmente nos alcança com suas imagens e sedução para o consumo, em breve poder-se-á ter acesso a milhões de pessoas para a transmissão de qualquer outra informação, fora da lógica comercial, e até contrária a ela, que prevalece atualmente, e isso deixa algumas pessoas muito nervosas¹.

Pode também ocorrer exatamente o contrário. Que o uso indiscriminado de redes de comunicação, muito em breve, transformem as

redes por computadores em algo semelhante às redes de a televisão com programas como de Silvio Santos ou aqueles emitidos por Edir Macedo, ou até coisa muito pior.

Tal como a meios de comunicação têm divulgado, o maior uso das redes de informação por computadores em rede é simplesmente para a exibição de imagens pornográficas². Não foram poucas vezes que vi alunos usando a Internet e outras BBSs para ter acesso à pornografia. Mas o que é verdadeiramente importante ressaltar é que impossível censurar informações sem destruir o meio, ou melhor, como é praticamente impossível controlar os conteúdos das informações que circulam na rede de computadores sem atrofiá-las em seus princípios vitais, só nos resta aguardar um *software* inteligente para filtrar informações indesejáveis. O problema é que ninguém acredita na possibilidade técnica desse instrumento. Estaria a livre expressão sendo mais uma vez colocada à prova?

EDUCAÇÃO INTERATIVA VERSUS EDUCAÇÃO LINEAR

Como mencionamos acima, as redes de informação por computadores são vistas por muita gente como equivalentes das redes de televisões. Nessas as informações são veiculadas sem controle para quem as recebe, com exceção da possibilidade da troca de canal ou o desligamento do monitor. Todavia e a bem da verdade, somos reféns da máquina de fazer louco. Atualmente nos comportamos estupidamente como adolescentes diante do canal da MTV. Quem assiste TV está literalmente nas mãos de quem programa as exibições. Ainda porque todas as programações, de todos os canais, são realizadas para entreter um homem "médio", se é que é se pode criar essa complexa abstração que vai do professor universitário ao menino de rua que assiste TV nos modelos à venda dos grandes magazines.

Muitos acreditam que em redes de comunicação como a Internet, está ausente um processo educacional. Algo que ensine uma forma básica, uma espécie de manual de "como ver" ou de "como usar" as informações veiculadas, o que nada mais é do que temer que, junto com todas as surpreendentes informações veiculadas, está ausente uma estrutura lógica onde prevalece narrativa tradicional, guardando uma relação entre causa e efeito ou os propalados rigorosos e pragmáticos métodos ditos científicos de modelo matemático, mas que são apenas mecanicistas. É compreensí-

vel este medo pois existem pessoas que colam esparadrapo sobre o relógio digital dos seus vídeos-cassete para não terem que admitir que não sabem programar as horas. E elas ficam lá piscando 12:00 até você programar o vídeo.

É óbvio que esta discussão se pauta sobre de que modo a informação deve transitar ou de que modo se deve ensinar alguém depois deste acontecimento, ou seja, do acesso irrestrito à informação via redes de computadores. Segundo minha própria experiência, não é necessário saber ler para usá-la. O meu filho de dez anos, que não lê, nem fala inglês, pilota o nosso PC, com mais desenvoltura do que eu. Um colega seu, de aproximadamente sete anos, isto é, recém alfabetizado, é o seu maior companheiro nestas "brincadeiras". A pergunta que estamos formulando dirige-se sobre a condição de possibilidade de uma "forma" prévia de aprendizado, onde deve prevalecer o antigo "logos" que nossos ancestrais gregos elaboraram ou se estamos vivendo e construindo uma nova era e uma nova forma de conhecimento.

REALIDADE VERSUS VIRTUALIDADE

Quando mencionamos produção e reprodução do conhecimento imediatamente pensamos no pensamento original, não esclerosado pelos vetustos métodos e técnicas de ensino. Pensamos na capacidade criadora e na solução de problemas por vias nunca tentadas e que são simplesmente geniais. Acontece que esta singularidade é cada dia mais difícil de ser encontrada. Homens e mulheres de espírito criativo, são cada vez mais escassos. A escassez de recursos intelectuais não é nova, aliás em cada período histórico encontramos expoentes reclamando da decadência do espírito e só esse fato não seria uma razão para nos determos. Mas na Idade Moderna, em particular com o surgimento da sociedade industrial, as críticas são ácidas e muito mais numerosas. Talvez elas não sejam maiores que dos outros tempos, mas certamente são mais numerosas, haja vista o maior número de alfabetizados.

Eric Hobsbawm³ considera que as duas maiores revoluções da história da humanidade foram a Revolução Agrícola no final da pré-história e a Revolução Industrial no final do século XVIII. A diferença entre elas e a revolução cibernética dos computadores é que atualmente não há propriamente algo material ou físico a se produzir. Informações não são grãos de trigo e toneladas de ferro gusa. Sabemos que os artefa-

tos produzidos pelos homens trazem em si uma infinidade de informações, eles são coisas concretas e podemos "ler" mensagens em suas formas, cores, usos, etc. A inserção desta nova revolução na economia e modos de produção, é em um certo sentido abstrata, embora cause alterações muito concretas. Todas as imagens, documentos, efeitos especiais e realidade virtual são efêmeros "uns e zeros". Podemos utilizar tanto imagens como letras ou números. Se na antiguidade a imagem era execrada como meio de conhecimento, pois não tinha a validade dos conceitos filosóficos, atualmente os modelos ou imagens virtuais criados por computadores emulam-se com conceitos teóricos na sua formulação.

A conseqüência imediata desta constatação impõe que saibamos que nossa experiência existencial, uma vez que é adquirida por meio de "bits", certamente deve estar se modificando. A "imaterialidade" das informações estabelecem um outro patamar na discussão da propriedade dos objetos ditos reais, pois a própria discussão do que é objeto se modifica, afinal ele, o objeto, atualmente não tem materialidade, é apenas uma representação. Se o objeto não tem a materialidade física, como é que fica aquilo que está fora dele, o sujeito. Será que ele ficará mais abstrato?

CRIATIVIDADE VERSUS INTERATIVIDADE

Todos sabemos que o trabalho na sociedade industrial foi erodido e deformado na sua capacidade criadora. Embora seja uma noção romântica e as vezes até ingênua, muitas pessoas consideram o trabalho criativo como atributo exclusivo dos artistas e, se é que isso é possível, fora da circulação normal dos outros bens e serviços, isto é, alguém vivendo em uma mansarda cheia de goteiras e empoeirada. Todos sabemos também que o objeto de arte é uma convenção social, um conceito, como o casamento ou uma religião e passou a existir no mundo ocidental depois do século XVI. Durante a Idade Média e na Antiguidade, as obras de arte serviam para a honra da cidade e para a celebração de alguns heróis ou gente de poder e prestígio. Na sociedade industrial muitos mencionam o trabalho do projetista ou do designer equivalente ao do artista, isto porque não há mais lugar para esse último no processo produtivo, aliás, nem nos museus de arte, pois as obras são tão herméticas que as pessoas não entendem nada e deixam de freqüen-

tar as galerias e museus. Embora o projetista busque mais a utilidade para o objeto, designer e artista, trabalham com as mesmas categorias em relação à criatividade. A criatividade, foi durante muito tempo o atributo de alguns poucos homens agraciados desde o nascimento (artistas), mas hoje em dia não pensamos mais assim, embora guardemos alguns resquícios deste comportamento. Toda professora primária sabe que seus alunos são igualmente criativos até uma determinada idade. Quando surgem, ou são impostas, as "verdadeiras vocações", eles param de ser criativos e passam a ser bitolados e incapazes de sonhar e criar. Aqueles que trabalham com inteligência artificial sabem muito bem, até prova em contrário, que a mente é uma espécie de máquina que processa informações e as organiza segundo padrões estabelecidos pelo programador. O cérebro é uma máquina lógica. Consequentemente podemos programar também o algorítmico da criatividade, por mais que esta frase possa arripiar os cabelos de alguém.

Desmistificar o trabalho do artista e do criador contrapondo algumas habilidades cognitivas que podem ser informatizadas não é suficiente para demonstrar o quão radicalmente este tipo de trabalho está se modificando. A idéia do designer projetando para um universo cada vez menor de usuários, atendendo solicitações cada vez mais específicas do consumidor - uma cadeira para uma pessoa que gosta de ler e escrever ao mesmo tempo ou uma colher para quem gosta de cozinhar doces caramelados sem que o mesmo grude na colher - também não. Não considerando a cor ou tipo de estofamento, algumas indústrias como as de carros esportivos italianos, já medem e pesam seus clientes para que o carro seja desenhado especificamente para uma determinada pessoa. Para nós brasileiros isso é um luxo impensável, mas não estamos muito longe da difusão deste modo de produção. Alguns mencionam que num futuro muito breve o trabalho será interativo entre aquele que projeta e o usuário. Certamente existirão alguns produtos que o próprio usuário vai modificá-lo *ad libitum*.

Todavia existe algo mais extraordinário nesta história toda: nós homens teremos de trabalhar juntos novamente. Isso mesmo. Depois da utopia da produção individualizada de um gênio para multidões de infelizes mortais, o criador ou o artista terão de assumir definitivamente que o trabalho criativo é algo coletivo e que mesmo a figura do "diretor" ou "coordenador" do trabalho será de apenas um homem como qualquer outro.

O computador ligado em rede em cima da mesa não funciona sozinho, mas interage de

forma sistêmica com o mundo. O resultado imediato é a dinamização do trabalho, mas não de forma abstrata. Linhas aéreas, atacadistas e retalhistas, bancos, seguros, transportes estão cada vez mais rápidos para atender o consumidor. Continuam vendendo os mesmos produtos, mas com um novo desempenho. Muitos produtos deixaram de existir e outros em breve deixarão. A tecnologia da informação está sendo utilizada para uma rigorosa reestruturação do trabalho e dos produtos produzidos, pois estamos pensando os produtos e o trabalho tecnologicamente diferentes.

O mercado americano investiu um trilhão de dólares na última década para alinhar de forma sistêmica os atuais 63% de americanos que usam computadores em casa ou no trabalho⁴. Resultados econômicos na época não houve, mas se nos anos 80 a produtividade americana ficava em torno de 0,7, nos anos 90 ela dobrou para 1,5. O surpreendente é que ele tende a aumentar e isto devido ao fato de que as pessoas estão trabalhando juntas. Praticamente não há mais espaço para o trabalho individual e isto está repercutindo na forma como devemos nos portar na atitude projetual e criativa.

Do ponto de vista prático, não se trata apenas do designer utilizar uma ferramenta feita em CAD para desenhar mais rápido, mas na forma como deve criar seus projetos. Por mais estranha que for a demanda, por mais bizarro que for pedido do usuário, se ainda não os temos, brevemente teremos programas para realizá-los. A nossa curiosidade se dirige para uma nova Idade Média, onde o anonimato das idéias criativas para a construção das catedrais distribuía-se pela coletividade e pela forma coletiva do trabalho. Será mesmo assim? Será que a sociedade coletiva ou comunista surgirá acompanhando esta revolução cibernética?

NOTAS

¹Recentemente Nelson Hoineff lançou um livro (*A nova televisão - Desmassificação e o impasse das grandes redes*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.) muito interessante que descreve o mesmo sentimento no âmbito das grandes redes de televisão.

²Na América do Norte já existem aparelhos eletrônicos para bloquear acesso às emissões pornográficas em computadores e há dois anos tentam fazer passar pelo Senado e a Suprema Corte a *Communications Decency Act (CDA)* que se confronta com o liberal *First Amendment*. No Brasil, com o mesmo objetivo, projetos de lei tramitam pelo Congresso.

³HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.73.

⁴Newsweek, February 27, 1995. p.24.

Ademir Pacelli

PROFESSOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UERJ
DOUTOR EM PSICOLOGIA PELA PUC/RJ

A CARTA

DISPOSITIVO DE RESGATE E CIRCULAÇÃO INTERSUBJETIVA

MIGRANTE



*“Cartas vem e vão
Trazendo-nos afeto
Como pão”.*

(Solanas, Tangos: Exílio de Gardel)

O tempo da espera e de duração do deslocamento por terras estranhas forjaram a narrativa oral e depois escrita na Grécia Antiga. A narrativa parece tecida com o próprio fio e trama do tempo e do espaço. A partida e o retorno cria um espaço de afastamento e aproximação preenchido por um universo simbólico, permitindo ao ser humano lidar com a distância e a proximidade, com as perdas e as conquistas, com o familiar e o estranho. Durante alguns séculos o território brasileiro recebeu várias correntes migratórias povoando-o de norte a sul, a cultura rural foi se desenvolvendo com características próprias em suas várias regiões. Como esse desenvolvimento se deu de forma muito desigual, privilegiando a região sudeste, as correntes migratórias, principalmente do nordeste, imprimiram sua marca. O nordestino passou a ser o próprio emblema do migrante brasileiro. No universo de troca migrante, procuramos analisar a carta como instrumento fundamental para lidar com a distância e as perdas, ajudando-o a manter suas ligações intersubjetivas. Dos instrumentos culturais ilustrados no filme “O Homem que Virou Suco” - onde Joaquim Pedro de Andrade trata a temática do

migrante do interior na grande cidade de forma brilhante (Ferreira, 1996) - a carta é inserida como um importante recurso de elaboração da experiência migrante. Também na construção dos exilados de Solanas, que citamos na epígrafe, a carta aparece como um eixo que norteia a construção espaço-temporal migrante. No filme de Andrade, a correspondência por carta ocupa um lugar especial para o nordestino distante de sua terra e de sua gente. Lá no reduzido ‘cantinho’ que sorou ao peão, que é a sua cama no alojamento, a carta tem sua magia. Por falta de outro espaço privado, as cartas são guardadas debaixo do colchão, à espera de alguém para lê-las, já que a maioria dos companheiros é analfabeta. É aí que o novo ‘recruta’ da obra, que é cordelista, aparece oferecendo a seus conterrâneos analfabetos a leitura tão ansiosamente aguardada. A carta é aí introduzida como importante instrumento de resgate e de manutenção do liame intersubjetivo. É neste sentido que vamos analisá-la como um instrumento cultural importante do qual o migrante lança mão para restabelecer seus vínculos perdidos, e trocar com os seus suas experiências e vivências do novo lugar. Em nossa experiência e observação pessoal enquanto migrante e na conversa com pessoas que passaram pela experiência migratória, tanto interna quanto externa, vimos

que a carta assume uma função privilegiada. Enviar e receber cartas passa a ocupar um lugar especial para o sujeito. Através da carta, troca-se uma rica e intensa experiência subjetiva. Ao solicitar do sujeito a ativação de seus registros semióticos, ela funciona como um recurso de metabolização da experiência de perdas e mudanças decorrentes do deslocamento. Pela atividade da escrita, o sujeito é transportado para o centro da palavra conectada com o outro, onde ele passa a circular no fio que o ata ao destinatário e ao universo simbólico.

Neste sentido, a carta representa um documento potencial de registro do imaginário social e tem sido objeto de investigação dos estudos relacionados com o tema da constituição histórica da subjetividade. Os estudos da atividade missivista a partir do século XVII e XVIII mostraram como esse dispositivo emergiu e tornou-se recorrente como ofício regular e mesmo diário da vida íntima. Neste sentido teve uma função na constituição dos hábitos e costumes burgueses emergentes (Gay, 1990 e Habermas, In: Canevacci (Org.), 1987). Historicamente a residência burguesa foi ganhando espaços reservados à individualidade, onde as pessoas passaram a cultivar suas intimidades. Elaborada neste espaço íntimo e endereçada a alguém de fora, a carta passa a veicular a intersubjetividade. Como diz Pellegrino, no prefácio às "Cartas a Spinoza" de Nise da Silveira (1995):

"As cartas são veículos por excelência da intimidade, estão além da imagem, são conversas com o outro sem vaidade".

(p. 9)

Ao estudar o imigrante camponês da Polônia na América do Sul e do Norte, Thomas e Znaniecki (1958) foram precursores ao privilegiarem a atividade missivista como objeto de estudo das condições migrantes. Através da análise de séries de cartas migrantes, podemos acompanhar as experiências subjetivas dos indivíduos em relação aos seus processos migratórios. O relato das vivências e das observações feito pelos imigrantes* destes novos lugares, exerce uma importante função também para aqueles que ficaram. A série de cartas estudadas retrata bem a maneira como ambos vão percebendo o mundo externo e interno, através da relação missivista/destinatário. Os objetivos visados pelos autores com este

estudo era o conhecimento dos processos sociais. Neste sentido, as séries de correspondências familiares foram escolhidas como fonte de espelhamento e registro para a análise da interação indivíduo-grupo. Através dessas análises os autores enfocaram a derrocada do funcionamento de alguns indivíduos, decorrente, segundo eles, das perdas dos suportes sócio-grupais devido ao deslocamento e as novas formas isoladas de vida, ou seja, a passagem da vida comunitária com suas regras e valores bem estabelecidos e explícitos, para uma vida desenraizada e individualista.

A frequência das cartas, a correspondência assídua, o detalhamento das narrativas, ilustram a importância desse instrumento para o migrante manter com seus familiares a ponte que liga esses dois mundos, criando, assim, um espaço alteraivo de avaliação do antes e do depois. Thomas/Znaniecki (op. cit.) demonstram que o exercício epistolar tem também uma função estética ao oferecer ao sujeito uma ferramenta para forjar e revelar seu estilo. Seu exercício tem um efeito para a própria coletividade que, através do exercício desta escrita lançada ao outro, ativa e inscreve seus traços, criando assim uma memória coletiva.

A carta personalizada surgiu num determinado momento caracterizado pela "emergência do idiossincrático" (Figueira, 1981), ou seja, como espelhamento da emergência de um certo imaginário e, ao mesmo tempo, como exercício da subjetividade. Serve assim para estabelecer uma relação de intimidade e de cumplicidade, oferecendo um certo encanto e fascínio pelo exercício da interioridade endereçada e trocada com o outro. Lugar de espelhamentos, de ilusões, de "interpretações e malentendidos" (Simmel, 1976), a carta é confundida com o próprio imaginário desse regime intimista, onde o "mundo interno parecia infinitamente mais fascinante, enigmático, complexo e grandioso do que o mundo público - aberto ao olhar de decifração de todos" (Costa, 1994, p. 49). Mas pode também revelar a ilusão deste reino da interioridade, à medida que ganha materialidade e afirma o lugar de intérprete ocupado pelo sujeito que, ao entrar no centro da palavra, fala e é falado, ou seja, circula entre o eu e o outro.

Quais são então os principais pontos para a construção de uma teoria da carta? Para Neves (1988), a carta possui uma ambivalência, no sentido de ser uma "exterioridade da

interioridade". Ela "exibe" uma certa "invisibilidade". Serve como um invólucro de transporte do privado ao público, do subjetivo à objetivação. No seu deslocamento, a carta presentifica uma ausência, ela tem um destino e um destinatário. É nesse fio remetente / destinatário que a correspondência é gerada - gestação que se suporta numa relação de alteridade. Nasce, assim, de uma emergência e de um tempo em que a fala de si encontra palavras no ouvir do outro. Outro que, atado a esse liame imaginário e possuidor do domínio da palavra escrita, proverá o sujeito de um reassurimento de sua autenticidade. Ela funciona para o sujeito como garantia de sua realidade e de sua experiência subjetiva. Podemos depreender daí que na atividade da escrita endereçada ao outro, o sujeito se lança num encontro e não é "livre instaurador de si mesmo" (Neves, 1988, p. 192). É nessa teia da intersubjetividade que o sujeito está circulando enquanto missivista.

Por isso, é sempre uma aventura entrar neste espaço de jogo, onde o sujeito entra jogando como detentor das regras; mas na verdade, essas regras antecedem o sujeito e implicam em seu submetimento. Como afirma Neves (1988):

"A carta transcende por sua própria materialidade a "vontade" de quem a escreveu (...) e passa a circular em uma área que pode escapar do universo remetente".
(p. 192)

Esse jogo da carta como escape, como presença-ausência, como visibilidade da invisibilidade, isto é, como metáfora do próprio jogo simbólico, aparece no interessante estudo de Lacan (1988) sobre a carta roubada de E. A. Põe, onde o público e o privado, ou a interioridade das alcovas do Palácio Real, não está protegida no entrar e sair dos personagens; nas substituições constantes, a verdade assume várias facetas, onde o explícito das aparências esconde a revelação.

Mas o exercício missivista tem uma história. A carta era vista como um "espelho d'alma" no século XVII, já no século XVIII foi assumindo uma dimensão que se assemelharia, talvez, ao que são hoje as novelas, ou seja, a criação de um "sujeito ficcionário" (Habermas, 1971, In: Canavacci, 1987, 5ª ed.). Essa dimensão da "criação do sujeito ficcionário", atribuída à rede do romance

epistolar típico da época da constituição da privacidade, tem os seus efeitos na própria gestação da psicanálise. Se a psicanálise se diferencia de outros instrumentos de cura a partir da revelação da transferência, caberia indagar sobre a realidade da própria transferência de Freud na gestação da psicanálise. Foi na correspondência com Fliess que Mannoni (1973) buscou a possibilidade de encaminhamento da análise de Freud. Foi na relação com esse "outro auditório" reservado e privilegiado que foi Fliess - apesar de "delirante" em suas "teorias" sexuais - que Freud investiu como lugar do "sujeito suposto saber" (Lacan, 1992) e pode, nessa referência transferencial, encontrar suporte para a elaboração de sua teoria. No encadeamento da correspondência com Fliess, este catalisador do processo, Freud, como alquimista, pôs-se a trabalhar a matéria indiferenciada, podendo assim se diferenciar e forjar o "ouro" da psicanálise. Além da significativa correspondência com Fliess, Freud manteve uma série de outras correspondências. Foi um missivista militante. A carta foi seu principal instrumento de elaboração do espaço intersubjetivo: no imbricamento de sua relação com Fliess (e também com Jung, acrescentaríamos), retratado em suas correspondências, podemos acompanhar a própria gestação da psicanálise e da autoelaboração das estranhezas vividas por ele que sempre se sentiu meio estrangeiro em Viena.

Voltando à nossa tríade migrante, vimos que no filme de Andrade a carta funciona como um importante "objeto intermediário" na relação dos conterrâneos entre si e na sustentação dos laços com sua terra natal, tão valorizada pela distância. Funciona, assim, como um dispositivo do qual o migrante lança mão para ajudá-lo a se manter nos fios da cultura e para facilitar a elaboração de suas experiências. Como assinalamos anteriormente, ela aparece no filme num importante momento, isto é, no cenário dos dormitórios da construção civil, local triste e solitário, marca da distância que separa o peão da cidade. Aí os operários guardam suas cartas como relíquia, à espera de alguém que possa lê-las. Quando descobrem que o "recruta", o herói do filme, sabe ler e escrever, ficam felizes. Ao serem lidas, a narração vai ganhando vida e transporta os ouvintes para os espaços afetivos e familiares. Ao responder às cartas de cada um, ele oferece-lhes a palavra e resgata o fluxo que havia sido interrompido. Momento feliz, onde a palavra e a

escuta transpotam os sujeitos para o encontro com sua gente e para um lugar de acolhida, onde reencontram seus objetos e afetos, criando um espaço de proteção contra o meio agreste que os cercam. Os tristes alojamentos ganham um colorido ao serem conectados à doce nostalgia do 'seio bom' da terra natal.

Pela leitura das cartas dos que partiram e dos que ficaram, podemos acompanhar a formação das redes nordestinas em São Paulo. É através da carta que se prepara a vinda de mais um parente ou amigo. (Também no envelope mandava-se dinheiro, o que já foi motivo de roubo nos correios). Através das trocas de cartas os migrantes avaliam se podem retornarem ou se há emergência em trazer a família que ficou à espera de dias melhores. É também a partir da avaliação das informações oferecidas, que aqueles que ficaram, vão saber se vale a pena tomar o mesmo caminho. Prepara-se ainda o tempo do namoro, do noivado e do casamento. Fala-se aí da matéria dos sonhos e da realidade, das alegrias e dos sofrimentos, da chuva que veio e tornou possível tirar da terra a fartura; do fazendeiro que pressiona o pequeno a vender-lhe seu pedacinho de terra; do outro que só quer gado no lugar das lavouras, etc. Da parte dos imigrantes fala-se da saudade, da vida solitária e penosa da construção civil, do sonho de poder guardar dinheiro para poder volta, comprar um 'pedacinho' de terra e reconstruir suas vidas entre os seus.

A partir de nossa análise, depreendemos que o ato de escrever e de receber cartas alivia a dor decorrente da perda dos objetos investidos e funciona como um importante instrumento de reconstituição e de suporte do espaço egóico. O eu ao ser desprovido da realidade do outro fica também ameaçado de ressecamento (cf. Messy, 1993). Pelo acesso ao circuito da palavra o sujeito força a linguagem a dar conta daquilo que foi afastado das sensações, da experiência sensível e da convivência. Pela ação e pela palavra torna-se possível lidar com a estranheza deste novo lugar que o migrante veio ocupar.

O dispositivo da carta é uma invenção histórica da necessidade do ser falante, um ser de cultura que só se constitui a partir da alteridade. Ao descrever as percepções dos lugares e de seus habitantes delinea-se algumas facetas do eu e do outro. Neste sentido, este dispositivo está articulada ao ima-

ginário coletivo. Antes do rádio, do telefone e da televisão, a carta era o veículo que fazia circular as novidades e as informações, delineando uma cartografia alternativa. Na relação campo-cidade, sabemos o quanto a carta é uma novidade para os que ficam. Podemos dizer que ela é essa janela que se abre para o desdobramento do imaginário rural-urbano. Um desdobramento da alteridade que se faz pela via do registro escrito e endereçado ao outro, possibilitando assim um redimensionamento do espaço, do tempo e da subjetividade, importante instrumento da memória migrante (Ferreira, 1996). Apesar da redução das distâncias, com o advento dos meios de comunicação e das rodovias, a carta continua mantendo sua especificidade e sua potência comunicacional. Escrever e receber cartas assume um lugar de importância na intersubjetividade. Lugar de trocas, de cumplicidade e de circulação, que ao oferece-se como instrumento de exercício da singularidade e da diversidade, institui-se como importante dispositivo de fruição intersubjetiva.

Bibliografia

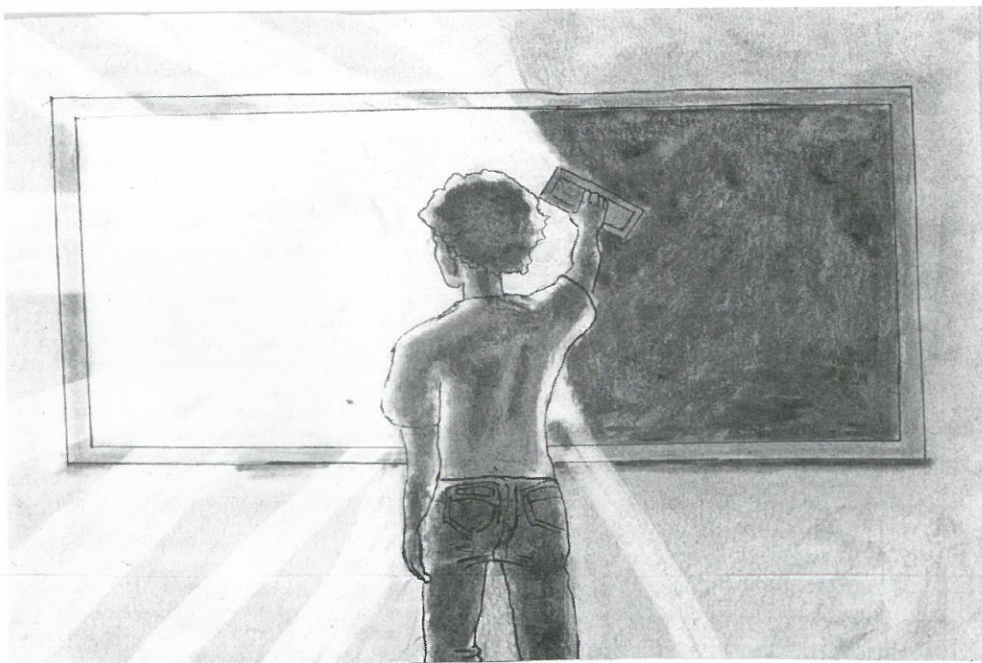
- COSTA, JF, "A Ética e o Espelho da Cultura". Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- FERREIRA, AP, "Cinema Migrante: O Espelhamento da Diferença". Rio de Janeiro, ADVIR, no 7, ASDUERJ, 1995.
- , "Memória Migrante: Entre o Devaneio Lírico e o Recalcamento do Passado". Rio de Janeiro Inform. Psiq., 14(2):68-71, 1995.
- , "O Migrante na Pele do Outro: Um Espaço de Estranhamento e Duplicação". Rio de Janeiro, Inform. Psiq., 13(2):41-80, 1994.
- FIGUEIRA, SA, "O Contexto Social da Psicanálise". Rio de Janeiro, Fancisco Alves, 1981.
- GAY, P, "A Paixão Terna". São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- HABERNAS, "A Família urguesa e a Instituição de uma Esfera Referida à Esfera Pública". In: CANEVACCI (org), "Dialética da Família". São Paulo, asiliense, 1987, .5 ed.
- LACAN, J, "A Carta Roubada". In: "Escritos". São Paulo, Perspectiva, 1988.
- ANNONI, O, "A Análise Original" In: Mannoni, O. "Chaves para o Imaginário". Petópolis, Vozes, 1973.
- ESSY, J, "A Pessoa Idosa não Existe". São Paulo, Aleph, 1993.
- NEVES, LFB, "Máscaras da Totalidade Totitária". São Paulo, Fu, 1988.
- SILVEIRA, N, "Carta à Espinosa". Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.
- SIMMEL, G [1908] "The Stranger". In: Simmel, G. "On Individuality's Social Forms". Chicago Press, 1971.
- THOMAS/ZNANIECKI, "The Polish Peasant in Europe and America". Nova York, Dover Public, 2 ed.

Lizete Scalzilli

PROFESSORA DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO NA UFF

A CIÊNCIA DE PROFESSORES: LIBERDADE E PODER NA CRIAÇÃO DO SABER NA FORMAÇÃO

Este texto é dedicado à Professora Célia Fração Linhares



"O

uvi o resto, e ainda mais admirareis o valor das artes e indústrias que dei aos mortais. Antes de mim, - e este foi meu maior benefício - quando atacados por qualquer enfermidade, nenhum socorro para eles havia, quer em alimento, quer em poções, bálsamos ou medicamentos; eles pereciam. Hoje, graças às salutareis composições que lhes ensinei, todos os males são curáveis. Elucidei-

lhes todos os gêneros de adivinhações; fui o primeiro a distinguir, entre os sonhos, as visões reveladoras da verdade; expliquei-lhes os prognósticos difíceis, bem como os prognósticos fortuitos ou transitórios. Interpretei precisamente o vôo das aves de rapina, bem como os argúrios, felizes ou sinistros, que provêm de outros animais: fiz ver quando reina entre eles o ódio, ou a discórdia e a união; enfim, o que pode haver nas entranhas das vítimas, de agradável aos deuses, no aspecto e na cor; na beleza das formas do fel e do fígado. Estendendo sobre o fogo, num envoltório de gordura, as partes internas e os membros dos animais, iniciei os mortais numa ciência difícil, dando-lhes a conhecer os signos até então ignotos."

(Prometeu Acorrentado, Ésquilo)

Considero que esta passagem traduz com perfeição as reflexões presentes neste texto, e por isso ela o inicia. Nele, meu objetivo é demonstrar, à luz de enfoques epistemológicos que nos remetem à importância da construção do conhecimento filosófico-científico, a significação de que se reveste a conquista da ciência, como prática pedagógica, na formação de professores.

A CIÊNCIA COMO FORÇA INEXPLORADA

O compromisso político que uma parcela significativa dos nossos intelectuais vêm assumindo com a solução dos problemas sociais do país e a existência de um potencial de luta democrática no interior da escola, nos impõe considerar a formação acadêmica do professor.

Os institutos dedicados à preparação de docentes têm enfrentado uma série de dificuldades que inibem a qualidade do seu desempenho. Dentre elas, destacam-se: a discriminação da pedagogia nos meios acadêmicos tradicionais; a baixa remuneração da atividade docente, a desqualificação profissional provocada, entre outros fatores, pela criação e difusão, em anos passados recentes, das

Licenciaturas Curtas; e, o juízo corrente de que o magistério não necessita qualificação profissional, pois a qualidade do trabalho de um professor depende de um "dom natural". Aliado a esses fatores, e em certa medida decorrente deles, cruou-se a concepção de que professor competente é aquele que domina os conteúdos formais das disciplinas curriculares e os transmite de maneira acessível. Mas estas características estão longe de satisfazer ao ideal do trabalho de um educador. (Werebe, 1994)

Este ideal se realiza na assimilação crítica dos conteúdos pelos professores e alunos, tornando-os adequados aos interesses dos últimos. A categoria dos professores tem demonstrado receptividade a novas formas de ensino, e, indo mais além, tem se inclinado a reformular a representação do seu papel social. Estas manifestações indicam ser necessário incluir temas filosófico-científicos e políticos na preparação à docência. A reformulação da representação social do papel do professor precisa avançar e se generalizar em seu meio. (Moisés, 1994)

Entretanto, há dois elementos complicadores desta reformulação e de suas implicações políticas, no campo da posição que as ciências têm ocupado na formação de professores.

Um deles, está na desarticulação entre a

produção científica e a prática escolar. O conhecimento científico vem passando por um generoso movimento de ampliação, mas permanece encastelado, aprisionado sob a guarda de seus tutores, que acabam por elitizá-lo, reduzindo seu acesso a uns poucos, excluindo dele a maioria. Esta, a quem justamente este saber deveria emancipar. A educação vem enfrentando a séria dificuldade de não conter em si a aproximação do cotidiano escolar, através de experiências e projetos populares, com a complexa formulação do conhecimento filosófico-científico. Este, que deveria ser alimentado exatamente por estas experiências e projetos, e fornecer à pedagogia os meios de atuação com a realidade popular, num jogo de interação entre teoria e prática. (Linhares, mimeo.; Moreira, 1994)

O outro, tem sido a concepção de ciência incorporada à prática do ensino, e por ela veiculada, como detentora dos valores modernos e verdades consagradas. Ao conduzir os programas dos cursos de formação de professores, realizando-se nos conteúdos das disciplinas, os conhecimentos científicos assumem um caráter dogmático, incompatível com o espírito científico crítico. Modeladora, esta transmissão de um conhecimento ausente de paixão, não sugere a dúvida, não instiga a imaginação do estudante, limitando-o ao assentimento compreensivo de alguma coisa que está além dele. Não basta a inclusão do conhecimento filosófico-científico nos cursos de preparação para o magistério, é necessário estar atento ao ensino das ciências em sua dimensão científica, que está no questionamento de que se apresenta como certeza.

Recorro ao filósofo francês Gaston Bachelard para fazer um "exame da consciência" científica. O autor de *A Filosofia do Não* rejeita a epistemologia como uma determinadora de conceitos, aos quais os cientistas devem obedecer como a um dogma. O pensamento científico não é feito de verdades inquestionáveis, é feito de incertezas. Não há caminhos científicos definitivos, previamente estabelecidos. O conhecimento científico, em qualquer de seus aspectos, é uma criação, e por isso as teorias do conhecimento devem ser questionadoras de si mesmas. As ciências devem questionar a si mesmas. Apresenta-se como um dever desvendar as origens, as formas e a atuação do conhecimento científico, duvidar de suas verdades, de seus resultados e de seu sentido. A ciência deve ser capaz de criticar a si mesma. Não há dúvida de que questões racionalistas submetem a ciência. Mas é essencial, fundamental mesmo, que a ciência

deva se submeter à realizações criadoras.

Portanto, Bachelard nega a observação e a contemplação como meios de se chegar à verdade. Ela será atingida através da construção, da criação e da mudança. O homem é, ao mesmo tempo, razão e imaginação, e é através do questionamento e da ruptura com o estabelecido que o espírito pode chegar à verdade, construindo-a. Os homens criam a verdade. Ela não está confinada em um princípio que se impõe a um mero observador, como um enigma a ser decifrado. Para muito além disso, o conhecimento é criação, se realiza na ação, interfere no mundo e o transforma.

Assim, as ciências têm que fazer parte da preparação de professores não como resultado, mas como ato. Como conhecimento que se realiza, em constante criação e recriação. Têm que ser entendidas em sua historicidade, na sua permeabilidade aos conflitos espirituais e sociais do homem, que as penetram, tornando-se parte delas.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS CONSTRUINDO SEU POTENCIAL

Pelos caminhos das ciências sociais, os homens ingressaram em um mundo que exigia do cientista a criação de uma teoria que o tornasse compreendido. A exigência desta compreensão colocou a questão da objetividade no campo das ciências sociais, que como manifestação da neutralidade ideológica dos cientistas, a envolveu em um intrincado problema epistemológico. A objetividade tem sido o propósito de todas as disciplinas que anseiam pelo estatuto de ciência. Daí, o conhecimento dos homens pelos homens, permeado pela problemática da subjetividade, exigir das ciências sociais uma metodologia que supere a visão imediata, na verificação objetiva dos fenômenos sociais, e as introduza no campo da cientificidade.

Esta luta pelo encontro das ciências sociais com o rigor científico, capitaneada pela necessidade do espírito humano de compreender a organização das relações sociais, determinou a produção do conhecimento sobre as sociedades, que se desdobrou em três eixos teóricos tradicionais:

O da teoria de Emile Durkheim (1858-1917), que seguindo o caminho aberto por Augusto Comte, tornou-se a influência metodológica mais marcante das vertentes positivistas das ciências sociais. O da teoria de Max Weber (1864-1920), que comunga com o pensamen-

to positivistas na concepção de uma ciência social destituída de juízos de valor, mas que se afasta dele na questão do método. E, finalmente, o da teoria de Karl Marx (1818-1883), que ao lado de Friedrich Engels (1820-1903), elaborou um pensamento crítico, estudando as relações sociais na emergência do capitalismo. A sociologia marxista partiu da noção da Práxis, pela qual o mundo foi criado e é transformado pelos homens.

Estas matrizes teóricas clássicas, e todas as tendências teórico-metodológicas delas originadas, são manifestações do espírito humano em luta pela compreensão de si mesmo e de seu mundo. E a cada batalha pela conquista do conhecimento objetivo, as ciências sociais vão se construindo junto com ele. Isto porque, a objetividade não existe em si mesma, ou por si mesma, como alguma coisa que vai ser atingida, mas porque ela é construída. Sua criação se manifesta em um movimento em que verdades vão sendo superadas e, desse modo, dando objetividade ao conhecimento. A cientificidade não está previamente determinada. Ela apenas orienta e representa o conhecimento científico de um determinado período histórico.

As normas de cientificidade são resultado do desenvolvimento histórico das ciências. Não foram postas sob condições prévia à própria ciência. Isto implica, que os fenômenos humanos podem originar outro conceito de cientificidade diverso daquele próprio dos fenômenos naturais. O que se coloca não é a negação da cientificidade das ciências naturais, mas a relativização da cientificidade, de acordo com a natureza da realidade observada. A noção de cientificidade não comporta uma formalização rígida que regulamente os processos de aquisição do conhecimento. Desta forma, a noção de cientificidade não está atrelada a uma forma determinada de ciência, ela passa por um processo de construção junto com as ciências. (Japiassu, 1994)

ENFIM, O PROFESSOR COM O PODER DO SABER

O conhecimento objetivo de si mesmo e de seu mundo, que o homem vem perseguindo, tem sido construído junto as ciências. Os cientistas sociais, fundamentados nas teorias clássicas, têm desenvolvido pesquisas procurando dar sustentação científica ao tratamento de problemas manifestos em diferentes campos das relações sociais. Principalmente nesse nosso tempo desenfreado, que tem colocado constantemente novos objetos à investigação das ciências sociais.

Envolvidas na crise civilizatória, as ciências

sociais muitas vezes têm assumido uma postura crítica diante das visões de mundo dominantes, embora, por outras, sejam requisitadas a produzir conhecimentos favoráveis aos interesses das classes privilegiadas, que as utilizam como mecanismos de dominação social e política, normatizando e oficializando a pesquisa científica dos fenômenos sociais, submetendo-a ao controle de organismos que direcionam suas questões e seus resultados.

As ciências sociais precisam desvencilhar-se de sua excessiva preocupação com a objetividade e se auto-legitimar, organizando-se em uma lógica autônoma de pensamento. É necessário que resgate integralmente sua função crítica e renove suas fontes de inspiração. A criação do conhecimento é um ato de liberdade. No exercício do saber é imprescindível a autonomia da razão e do sujeito.

É assim, como conhecimento crítico e livre, que as ciências sociais devem se integrar à formação de professores, e nela ocupar uma posição privilegiada. É um conhecimento instigante, que se permita recriar, que liberte o sujeito no fazer a sua história, que lhe impregne do poder do saber, que seja transmitido e assimilado na densidade de sua compreensão e no prazer e potencialidade de sua construção e domínio, que deve formar os professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADOTTI, Moacir e outro (orgs.) **Educação Popular. Utopia Latino-americana**, São Paulo, Cortez, 1994

JAPIASSU, Hilton. **Introdução às Ciências Humanas. Análise de Epistemologia Histórica**, São Paulo, Letras e Letras, 1994

_____ **A Educação Científica**, (mimeo.)

LINHARES, Célia Frazão. **Formação de Professores no Brasil: entre o discurso acadêmico e a escola pública fundamental**, Niterói, UFF, (mimeo.)

LÖWY, Michael **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Muchhausen**, São Paulo, Cortez, 1993

_____ **Ideologias e Ciência Social**, São Paulo, Cortez, 1995

MOREIRA, Antonio F. e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**, São Paulo, Cortez, 1994

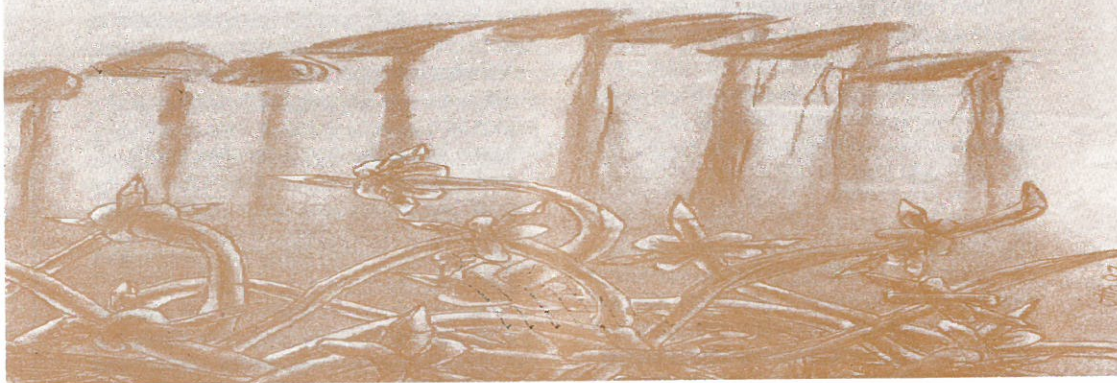
MOYSÉS, Lúcia **O Desafio de Saber Ensinar**, Campinas/Niterói, Papyrus/EDUFF, 1994

PESSANHA, José Américo Bachelard (1884-1962), **Vida e Obra In: Os Pensadores**, São Paulo, Abril cultural, 1978

VIANNA, Luis W. **Introdução: Em busca de um marco comparativo**. In: **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Vol. 37, No 3, 1994

WEREBE, Maria José G. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**, São Paulo, Ática, 1994

O leão de fogo e a estrela azulada.



Cláudia Gonçalves de Lima • Editora Responsável

NOME E CARNE DO PLANETA, como definiu Caetano Veloso na canção, Terra é também palavra que, acrescida de um índice de falta, uma preposição negativa, nomeia deserdados no Brasil em 1997. O mesmo recurso lingüístico que os separa do elemento essencial, os une a outros milhões de destituídos - os sem-teto, os sem-emprego, os sem..., e cria o maior movimento político do país nos últimos quinze anos: os sem-terra.

O MOVIMENTO SEM-TERRA se recusou a ser mais um infeliz espectador do teatro absurdo encenado no planalto central: drama pobre de mocinhos e sem final feliz possível. Descartou a saída unilateral da organização partidária. Redimensionou a democracia brasileira, perigosamente reduzida nos últimos anos a viciados processos eleitorais e à garantia do direito daqueles que consomem (eu pago e por isso tenho direitos e meus direitos serão tão maiores tanto mais eu pague).

O MST CUMPRE, ainda, a função secundária, mas não menos relevante, de ser a melhor resposta aos cínicos de plantão - espécie de inseto que, tendo sempre existido, tomou de assalto o debate político na última década. Sua ação devastadora devorou partidos, imobilizou movimentos sociais, esvaziou sindicatos, desfigurou discursos políticos e estéticos em peças publicitárias, forjou um *status* de ciência para o pragmatismo econômico, substituiu códigos de ética pela defesa do consumidor e, como pilar de suas conquistas, elegeu o *mercado* como única crença possível nesse final de milênio.

A CRÍTICA À RAZÃO cínica vem sendo exercida, mesmo que inadvertidamente, a cada ação organizada pelo MST. Sua resposta estrondosa esteve estampada, em cores vivas, nas primeiras páginas da grande imprensa em abril deste ano. Mais de trinta mil destituídos somaram-se às centenas de sem-terra que, após mil e cem quilômetros de uma marcha

incansável, ocuparam a Praça dos Três Poderes. Uma encenação que, desobrigada de resultados imediatos, subverteu o drama banal da cena política pela irrupção do *real*.

AO LEVAR ÀS MANCHETES o rosto comum do povo brasileiro, o MST destituiu de sentido, por alguns dias, a realidade virtual do discurso oficial. Aos números, gráficos e estatísticas, opuseram-se rostos encovados, dorsos magros, mãos e pés calejados.

OS SEM-TERRA restituíram ao Brasil a imagem do brasileiro, arrancada das páginas da história pela assepsia da ordem vigente. Seu vulto teimoso nega-se à maquiagem da modernidade. Corpos indóceis, incapazes de reproduzir o fausto do projeto de integração nacional ao mercado global. Espectros sobreviventes do trabalho escravo, da desnutrição, da falta de assistência, do nomadismo incessante, da violência brutal que unifica miseráveis no campo e na cidade: Canudos, Corumbiara, Candelária, Carandiru, Vígário Geral, Eldorado dos Carajás... Massacres que percorrem um século de história ungida no sangue e lavrada no cinismo e na má-consciência. Crimes sem criminosos, vítimas sem réus: República de assassinos.

O MST DEMOVEU da terra a trágica encenação de miseráveis, jagunços, coronéis, enxadas, foices e chacinas, ofuscando a pilhéria de chips, satélites, cabos óticos, telefonia celular e mercado globalizado. Retirou da violência da terra seu manifesto de liberdade, sua militância de vida. A força dessa encenação, que ocupa cada vez mais espaços, assombra os cultores do cinismo. De todos os lados, a reação violenta toma formas várias: armados de fuzis ou de canetas desferem golpes desesperados sobre "os maoístas delirantes": tribunais para uns, bala para outros.

NO LIMITE, o campo sem povo, a cidade sem cidadão, o Brasil sem brasileiros. Dispara o presidente-sociólogo: "O que eles querem nas ruas? Vão para casa!" Talvez FHC possa achar sua resposta na canção do poeta baiano que diz admirar: "Eu sou um leão de fogo, sem ti me consumiria a mim mesmo eternamente e de nada valeria acontecer de eu ser gente..."

Política, ciências e sementes

Um episódio da história do presente

Alguns acontecimentos, a serem descritos a seguir, convergem para a redação deste pequeno artigo no momento em que ADVIR propõe o tema **Terra** como foco de análise. Todos eles me fizeram pensar na **terra**: terra-mundo, terra-fonte, terra-morada, terra-símbolo.... Dirá alguém: e como poderia deixar de ser assim, se terra a tantos falta porque os tornam "sem" (terra!), se aos que a querem se processa (mais concreta, ou mais kafkianamente), se por ela tantos marcham (em descalços mutirões pela vida, uns; calçados em botas, munições e mortíferas intenções, outros tantos)?

Primeiro acontecimento. Há algumas semanas ou já serão meses? (o tempo anda, indubitavelmente, defasado de suas equivalências tradicionais...) , informam-nos televisão e jornais que a Guerra Fria acabou, presenteando-nos, para ilustrá-lo, com *tapes* e fotos de primeira página a exibir estadistas sorridentes, auto-complacentes e midialogicamente modernos, finalmente em presumida ruptura com o legado geopolítico da Segunda Guerra Mundial a divisão da terra-mundo entre o Leste e o Oeste.

Importa-nos pouco, ao recordar tais manche-



**HELIANA DE BARROS
CONDE RODRIGUES**

Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ;
doutoranda do Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da USP.

Lefebvre viveu, segundo a expressão de um de seus biógrafos intelectuais, "a aventura do século".

tes, que já o soubéssemos do fim oficial da Guerra Fria há muitos anos e que, aparentemente, tenhamos de ser informados do que já sabíamos, qual consumidores ávidos da publicidade do mesmo produto, pelos sorrisos dos que se arrogam gestores de nossos discursos, concepções e práticas (para que evitemos ser tachados de neo-bobos, afinal de contas...). Importa-nos mais que tal anacronismo, nem por isso pouco eficaz, desponte em páginas e telas num momento em que tantas, mais novas ou mais velhas, mais ou menos aquecidas, mas igualmente **guerras**, são ignoradas, minimizadas ou desqualificadas como, estas sim, anacrônicas, pelos igualmente gestores por midiática delegação de nossos olhos, corações e mentes. Há, portanto, nova Guerra (Fria) "no ar", na qual decerto o leitor também já o sabe a Terra é com frequência objeto e território.

Segundo acontecimento. Defronto-me ocasionalmente com uma publicação de 1996, oriunda de colóquio promovido pelo Departamento de Sociologia da USP, dedicada ao pensamento de Henri Lefebvre, em cuja apresentação se pode ler: "Já nos anos trinta, ele discorria sobre a força das formas, a mistificação da consciência e a terrível possibilidade de sua manipulação pela direita e também pela esquerda. E no fim da vida produziu uma obra monumental sobre a crise do Estado (socialista e capitalista), sua desagregação em consequência mesmo do seu poder de impor vontades e de manipular consciências seu poder, enfim, de cegar até os que se crêem privilegiados demiurgos da História." (Martins, 1996: 9)

Intelectual crítico do presente, Lefebvre produziu vastíssima obra com cerca de setenta livros, dentre os quais se destacam, além dos explicitamente dedicados à filosofia marxista, aqueles que inovam, via uma dialética viva porque permanentemente hetero e auto-analítica, na abordagem do espaço e da vida cotidiana. No seio destas temáticas emergem, com especial relevo, estudos de Sociologia Rural, terra-fonte, terramorada, terra-símbolo...

Lefebvre viveu, segundo a expressão de um de seus biógrafos intelectuais, "a aventura do século". Desta aventura, não terminada, são personagens imprescindíveis as ciências, o marxismo, a Guerra Fria, as lutas camponesas. Capaz não apenas de destacar a importância do reprodutivo na história do contemporâneo como de assinalar "a crescente importância do vivido, da transgressão, da insurreição que no silêncio dos subterrâneos da sociedade convulsiona a vida moderna capilarmente" (ibidem: 10), a participação de Lefebvre em importantes episódios da Guerra Fria nos planos partidário, científico e sociológico constitui um antídoto precioso, ao menos para os que ainda apreciam as narrativas, contra a pasteurização do pensamento, cuja hegemonia nos dias atuais é digna do que poderíamos apelidar espécie de "Laticínio Mental".

Neste sentido, o fragmento histórico que se segue, oriundo da convergência de acasos a vincular os temas **Terra-Guerra Fria - H.Lefebvre**, pretende falar **do e com** o nosso presente, embora, para tanto, ouse retornar aos anos 50.

A SOMA E O RESTO

Em 1959, menos de um ano após sua saída do Partido Comunista Francês, Lefebvre publicou, com tal título¹, uma espécie de autobiografia. No primeiro capítulo, faz um "agradecimento":

"Aproveito a ocasião para agradecer, do fundo do coração, aos dirigentes do PCF que me excluíram após 30 anos de presença militante, notadamente por haver publicado o livro antes mencionado². Como em um congresso, agradeço igualmente aos funcionários de operações políticas que dirigiram contra mim a "saraivada" (vocabulário stalinista) de seus ataques convergentes. Eles me ensinaram muito. Obrigam a tirar conclusões do fato de que um filósofo marxista que queira continuar filósofo, seja excluído, como tal, do Partido Comunista. Por quê?". (Lefebvre, 1989: 12)

AS práticas e escritos de Lefebvre nunca foram, exatamente, a de um "funcionário de operações políticas".

Todo o livro de Lefebvre, em que se misturam reflexões filosóficas e políticas, narrativas, poemas, análises históricas e sociológicas, comentários da obra de filósofos, diálogos, solilóquios... representa a tentativa de responder à pergunta, via um balanço entre Soma (ou Suma) e Subtração (ou Dívida). Não o acompanharemos neste itinerário. Referiremos apenas alguns relatos de ocorrências entre 1953 (morte de Stalin) e 1956 (Relatório Kruschew sobre os crimes do stalinismo e invasão de Budapeste pelas tropas soviéticas), capazes de contribuir com nosso próprio balanço... da soma e do resto.

Embora não excluíssem toda fidelidade partidária, as práticas e escritos de Lefebvre durante os anos de filiação ao PCF (1928-1958) nunca foram, exatamente, os de um "funcionário de operações políticas". Entre 1953 quando se supõe comece alguma distensão Leste-Oeste e 1956 quando o *discurso* poderia ser transformado em novo alento, mas *tanques* o desarmam, as relações Lefebvre-PCF atingem o intolerável.

Primeiro movimento: um texto sobre estética, contendo as "contribuições marxistas" (1953)³. Nele o filósofo expõe, de forma lírica e exaltada, algumas de suas próprias idéias sobre a arte a abertura ao infinito que ela propicia, por exemplo. Não abandona a prudência: na introdução, embora o livro seja publicado numa coleção intitulada **Problemas**, diz não pretender questionar o *novo* realismo, realismo *socialista*. Isto não salva o livro de uma análise minuciosa por parte dos ideólogos do PCF:

"Não houve frase que não fosse farejada, cheirada, apalpada, tateada e retateada pelas aduaneiras da *intelligentzia*". (apud Hess, 1988: 128)

Para ultrapassar as fronteiras ideológicas, Lefebvre introduziu no livro duas citações: uma de Janákov secretário de ideologia do Partido Comunista da União Soviética, relativa à necessidade de harmonia, na música, entre melodia, letra e ritmo; outra, talvez para compensar esta concessão, "do próprio Marx":

"A arte é a maior alegria que o homem se dá a si próprio". (apud *ibidem*, *ibidem*)

Apenas **um** problema para um marxista aparentemente tão fiel à ortodoxia: Marx jamais escreveu tal frase, tendo sido a citação inventada por Lefebvre. No momento, contudo, as referências contentam os censores e o livro é publicado pela editora oficial do Partido. Traduzido para o russo, o texto encanta os estudantes soviéticos, embora não os ideólogos, que o vêem como mera exaltação dos valores da decadência burguesa. Tudo corre razoavelmente bem, embora Lefebvre receba muitas cartas solicitando... a referência bibliográfica da frase de Marx! Três anos mais tarde, a *falsificação* servirá de pretexto para que o partido o suspenda durante um ano. Acerca do episódio, observa R. Hess (1988: 129):

"... ser marxista, na época, era uma forma de esporte. A arte do esportista Lefebvre era o equilíbrio sobre um fio (...) Como em toda prática esportiva, o esforço pode envolver sofrimento, mas talvez também prazer nas trapaças com que se engana o árbitro".

Segundo movimento deste equilibrista por um fio: em 1953, aparentemente devido a declarações contrárias à sociologia americana, Lefebvre vê suspensa sua locação como pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e tem de retornar ao ensino secundário. É logo reintegrado, quando do governo Mendès-France, mas nem estas dificuldades com o poder político burguês melhoram sua situação no PCF. Na época, escreve artigos que preconizam a introdução, no marxismo, dos modernos desenvolvimentos da lógica, teoria da informação e cibernética⁴. Os ideólogos do partido, Roger Garaudy em destaque, não querem saber destas novidades. Tampouco da necessidade de definir **um programa** antes da tomada do poder, como igualmente preconiza Lefebvre. Para o PCF bastam, então, palavras *de ordem*.

Terceiro movimento: em 1956, alguns dias após

"Camaradas, cheguei ao marxismo através do grande pensamento alemão, através de Goethe e Hegel".

o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Lefebvre vai a Berlim, a convite da Academia de Ciências. O filósofo ama não somente a própria Alemanha, como seus pensadores (Leibniz, Kant, Hegel, Nietzsche e, sobretudo, Marx), sem confundir este apego com qualquer tolerância quanto à violência fascista, que repudia com firmeza. Enquanto na França nada se sabe a respeito do Relatório Krushev, os membros do Comitê Central do PC alemão lhe dizem, no momento em que é convidado a dar uma conferência na Escola Central:

"Camarada, esta manhã retiramos de circulação as obras de Stalin. Como poderemos ensinar o marxismo?". (apud Hess, 1988: 154)

Lefebvre pede um prazo para pensar, mas acaba improvisando:

"Camaradas, cheguei ao marxismo através do grande pensamento alemão, através de Goethe e Hegel". (ibidem: 155)

Depois de alguns instantes de estupefação, estando os comunistas alemães acostumados a ver em Hegel o *pensador da reação*, segue-se verdadeira ovação da platéia: dez minutos seguidos de aplausos, por parte de 300 pessoas!

Lefebvre passa toda a noite lendo a versão alemã do Relatório Krushev, oferecido por Halrich, membro da Academia de Ciências. Percebe nele não apenas *horror*, como *esperança* de uma nova época. Após dez dias de viagens pela Alemanha, retorna à França. Quer contar aos amigos o que viu, o que viveu, o que leu. Mas...

INTERLÚDIO

No contexto do jdanovismo, o agrônomo russo Trofime Desinovitsh Lyssenko havia publicado, em 1948, um relatório onde resumia suas próprias teses, em desenvolvimento desde os anos 30. Lyssenko teorizava com base nos trabalhos de outro agrônomo, Mitchurin, especializado em enxer-

tos e pretensamente capaz de fazê-los entre pe-reiras e macieiras, ou mesmo de transformar trigoais de outono em trigoais de primavera.

Segundo Lyssenko, o darwinismo deveria ser rejeitado por possuir tanto componentes *materialistas* admitindo, via seleção natural, a modificação da hereditariedade pelo ambiente como *idealistas* ao pressupor interminável a luta pela existência.⁵ Tal divisão do darwinismo teria engendrado duas correntes na biologia moderna: a *proletária* segundo a qual o homem é capaz de transformar os reinos animal e vegetal e a *reacionária* praticada pelos pesquisadores do mundo capitalista inspirados na moderna genética. As teses de Lyssenko são rapidamente apoiadas por Stalin e feitas doutrina oficial da *ciência proletária* em Biologia.

* Na França, o Lyssenkismo-Mitchurinismo deflagrou polémica ao final do ano de 1948, relacionada à questão das sementes híbridas. Inventadas pelos americanos, tais sementes foram recusadas pela URSS no contexto da Guerra Fria. A descoberta das mesmas estava baseada nas leis da genética do monge Gregor Mendel, publicadas em suas memórias em 1865, mas só redescobertas em 1900 por Hugo de Vries, Correns e Tschermak! Apoiado nas formulações de Mendel, o geneticista americano T. H. Morgan elaborara a teoria cromossômica da hereditariedade, base da biologia genética, que vê os genes como invariantes, a não ser no caso de acidentes.

Entre 1940 e 1970, as sementes híbridas, aliadas ao enriquecimento dos solos, permitiram que os agricultores de várias partes do mundo aumentassem suas colheitas de 10 para 80 quintais por hectare. Segundo Lyssenko, no entanto, a técnica era *reacionária* porque *antidialética*, rejeitando a possível transformação da hereditariedade pelo ambiente. Com isso se eliminou, na URSS, toda pesquisa fundada nos *pressupostos burgueses*, utilizando-se, em troca, as técnicas de enxerto e de uma espécie de "reeducação" dos grãos, transportados a solos distintos daqueles a que originalmente pertenciam.

Entre os intelectuais comunistas, Aragon ataca os que contestam Lyssenko

No contexto francês, o PCF posicionou-se contra o uso das sementes híbridas pelos camponeses. Na época, Lefebvre estava freqüentemente em contato com jovens agricultores e percebia que, em lugar de debate ideológico, praticavam eles a *experimentação sobre o terreno*, concluindo pela superioridade dos híbridos, apesar de sua curta duração. Estas sementes eram vistas como mais produtivas, embora precisassem ser renovadas a cada geração. Para os camponeses franceses, se o Partido queria impedi-los de usar os híbridos, a solução seria... deixar o Partido! Na verdade, como dimensão social do debate em torno do Lyssenkismo, assinala-se que o apoio ao PCF entre os camponeses *decreceu brutalmente* na época. Escolheram a modernidade... mesmo sendo americana!

Lefebvre falava sozinho, então, no âmbito do PCF:

"... não conseguia explicar a dupla falsificação que constituía o lyssenkismo, a falsificação teórica com relação à teoria do materialismo dialético, que não poderia de forma alguma ser contra a experimentação genética, falsificação prática que levava os comunistas a viver sobre uma nuvem abstrata e a se separar rapidamente de qualquer base camponesa. Não era entendido por ninguém". (Hess, 1988: 136)

Entre os intelectuais comunistas, Aragon ataca os que contestam Lyssenko, caso tanto dos biólogos franceses Jean Rostand e Jacques Monod como do americano Muller, que descobrira as mutações artificiais produzidas pelos raios-X e vivera muitos anos na URSS. Muller pedira demissão da Academia de Ciências da União Soviética, da qual era membro honorário, tratando Lyssenko de charlatão e comparando os dirigentes da Academia aos intelectuais alemães sob a dominação nazista. Porém *L'Humanité*, através de F. Cohen, E. Kahane e R. Garaudy, continuava, inflexível, a saudar a biologia proletária. Também M.Thorez (Primeiro Secretário do PCF) expressava, em seus discursos, profunda admiração por Lyssenko. Mesmo em 1955, quando a *experimentação camponesa* demonstra a superioridade dos híbridos, R.Garaudy

dá continuidade a sua cruzada:

"... os biólogos mostraram que há na natureza viva não só passagens graduais como saltos bruscos. Lyssenko, em particular, deu quanto a isso inúmeras demonstrações experimentais, notadamente a transformação da semente de inverno em semente de primavera". (apud Hess, 1988: 138)

Dentro de tal panorama, a posição de Lefebvre, que contestava Lyssenko do ponto de vista teórico e prático, não era nada vantajosa. Outros comunistas tampouco aderiram sem reservas ao lyssenkismo, como se verá, em 1956, quando do retorno de Lefebvre da Alemanha.

AS PLANTAÇÕES DE VAILLANT E OUTRAS SAÍDAS

Em março de 1956, na França, ninguém parece acreditar na autenticidade do Relatório Kruschev. Os amigos a quem Lefebvre conta o que leu o acusam de se ter deixado levar pelas contra-informações dos serviços secretos americanos. Lefebvre procura R. Vaillant que ao menos o escuta, embora aparentemente não se assuste. Contudo, sob o pretexto de receber direitos autorais da peça *O Coronel Foster*, parte para a URSS. De volta um mês mais tarde, Vaillant retira apressadamente o retrato de Stalin da parede de seu escritório e, *pequeno experimentador de bureau*, joga fora as gamelas cheias de terra nas quais cultivava grãos a fim de verificar, em seu local de trabalho, as teorias de Mitchurin e Lyssenko!

A carteira do PCF, Vaillant não jogará fora. Ele a *queimará*, solenemente, na frente de Lefebvre. Enquanto isso, M.Thorez prossegue negando a autenticidade do relatório, embora tivesse sido um dos três franceses presentes ao XX Congresso do PCUS.

Lefebvre não se retira do Partido, sequer após os tanques de Budapeste, embora se engaje num grupo oposicional interno. As denúncias contra o filósofo se avolumam. Em resposta, ele declara que é o partido que está abandonando o marxismo. Em 1957 é cassado de *La Nouvelle Critique*, junto

com L. Sebag e A. Kriegel, provocando o pedido de demissão de J.-T. Desanti. Em 1958 publica **Problemas atuais do marxismo**, derramando no copo já cheio a gota que faltava: Stalin e o Partido são criticados por verem a consciência humana **sempre em atraso**, já que só Stalin e a vanguarda partidária são consciências privilegiadas, capazes de divisar o porvir e a necessidade histórica. Em junho de 1958, Lefebvre é suspenso por um ano. Não pedirá reintegração. Mais tarde, dirá:

"Deixei o partido em 1958 pela esquerda. Enquanto muitos outros o deixaram pela direita" (Lefebvre, 1975: 100).

Neste mundo intelectual bipolarizado aparentemente **em extinção**, aos que saem ainda se aponta, imediatamente, o campo adversário. Lucien Sève, novo intelectual PCFense, pontifica quanto a Lefebvre: "um pequeno burguês que deseja ser vedete". (apud Caute, 1967: 276)

NOTAS INCONCLUSIVAS

Terá efetivamente terminado toda e qualquer Guerra Fria? Estará encerrada a divisão/polarização da terra-mundo, terra-fonte, terra-morada, terra-símbolo? Talvez respondam enfaticamente **sim** os consumidores de imagens representativas. Mas prosseguirão pensando que **não** os que apreendem a construção cotidiana de uma nova divisão/polarização: **incluídos e excluídos** concreta e simbolicamente de uma civilização contemporânea já apelidada **dos 3M** mercado, mídia e...militarização!

Desta partição são artífices, em imensa medida, os avaliadores de competência discursiva, a todo momento prontos a determinar quem seriam os **sábios**, acompanhantes do bonde da história, e quem os **neobobos**, que o teriam perdido...

Nos anos 50, um intelectual francês pensava-se moderno ao tentar determinar, a partir das gamelas instaladas em seu *bureau*, a direção a ser seguida pelos camponeses, julgando que apenas o partido fizesse aceder à práxis e que Stalin fosse "a mais alta autoridade científica do mundo"⁷. Um dia deixou de ser **plantador de escritório**.

Um dia desses deixaremos, também nós, como Henri Lefebvre, de ser **tão sábios**, optando pelo respeito à **experimentação cotidiana**? Quem sabe a resposta nos venha também da terra, e muito em breve...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAUTE, D. - *Le communisme et les intellectuels français: 1914-1966*, Paris, Gallimard, 1967.

HESS, R. - *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988

LEFEBVRE, H. - *La somme et le reste*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1989

LEFEBVRE, H. - *Le temps des méprises*, Paris, Stock, 1975

MARTINS, J.S. (org.) - *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, SP, Hucitec, 1996

NOTAS:

¹ Lefebvre, H. - *La somme et le reste*, Paris, La Nef, 2 vol., 1959, reeditado pela Méridiens

Klincksieck, 1989 (edição por nós utilizada).

² Lefebvre refere-se a *Problèmes actuels du marxisme*, publicado pela PUF, Paris, 1957.

³ Lefebvre, H. - *Contributions à l'esthétique*, Paris, Editions Sociales, 1953 (traduzido em 20 idiomas, inclusive o russo).

⁴ Lefebvre, H. - *Une discussion philosophique en URSS: logique formelle et logique dialectique*, La Pensée, 1955, nr. 59.

⁵ Recorde-se estar por decreto, à época, encerrada a luta de classes na URSS!

⁶ O relato deste delicioso episódio está em Hess, R. - op. cit., pg. 155.

⁷ Declaração de F.Cohen no artigo Mendel, Lyssenko et le rôle de la science, publicado em *La Nouvelle Critique*, fev. 1950 (apud Caute, 1967: 260)

A luta do MST na construção da democracia

A nação se acaba ali
onde se acaba a cerca do latifúndio.
Aqui, nas línguas de terra, entre
as cercas, plantamos.
Marchando sobre línguas de terra,
entre cercas de arames,
já não formamos uma nação.

.....
**Extraído de um poema de
um posseiro do norte do Tocantins**

1 - INTRODUÇÃO.

Nosso objetivo, com este texto, é promover a reflexão e o debate a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na luta pela reforma agrária como questão fundamental para a construção da democracia em nosso País. Para desenvolver esse tema, discutiremos o processo histórico de formação do MST no interior das transformações recentes da agricultura e no contexto dos distintos paradigmas que analisam o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado desde a década de sessenta.



BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Geógrafo, professor e pesquisador da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente - SP.

O MST é um movimento da prolongada luta histórica contra o latifúndio e a fome.

2 - O MST E A HISTÓRICA QUESTÃO AGRÁRIA.

A gênese do MST está estritamente relacionada com a questão agrária. Por questão agrária entendemos o problema fundiário, ou seja, a intensificação da concentração da propriedade da terra e o modelo de desenvolvimento agropecuário. O Brasil possui uma estrutura fundiária em que 86% dos imóveis de menos de 100 ha contêm 17.9% da área ocupada, enquanto 1.4% dos imóveis de mais de 1.000 ha contêm 50.4% da área ocupada (Incra, 1996). Essa concentração fundiária é um dos grandes problemas que emperam a construção da democracia brasileira. Outro grande problema é a existência de uma política de privilégios à agricultura capitalista e a consequente destruição da agricultura camponesa.

Neste ponto, é importante destacar que o MST é uma forma de organização social que reúne famílias na luta pela terra e na luta pela reforma agrária¹. Existem outros movimentos sociais que participam dessas lutas históricas. O MST tornou-se conhecido pela sua forma de organização socioespacial e por sua territorialização, ou seja a forma de organização do MST constitui-se da construção de um espaço de socialização política, que possibilita a formação de grupo de famílias e a conscientização da luta. Esse processo permite ao MST continuar a luta pela terra após a conquista da mesma. A conquista de um assentamento, que é uma fração do território, gera as condições sócio-políticas que tornam possível a formação de um novo grupo de famílias que continuarão as lutas pela terra e pela reforma agrária e assim consecutivamente. Esse processo de conquistas produz a territorialização do MST, que significa uma sucessão de conquistas de frações do território. Por causa desse processo é que diferenciamos o MST, como movimento socioespacial, dos outros movimentos sociais que denominamos de localizados. Os movimentos sociais localizados findam na conquista da terra. O processo de territorialização transformou o MST em um movimento nacional

Na história da questão agrária existiram outros movimentos sociais em diferentes períodos histó-

ricos e em distintos pontos do território nacional, como por exemplo: Canudos, na Bahia, Contestado em Santa Catarina, Trombas e Formoso em Goiás, Porecatu no Paraná e as Ligas Camponesas no Nordeste etc. Vale lembrar, também, os quilombos, que foram verdadeiros territórios de luta e resistência.

O MST é um movimento da prolongada luta histórica contra o latifúndio e a fome. E no momento atual luta por um projeto que viabilize a construção da agricultura camponesa. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela sua própria história e pela história que representa, é um sujeito coletivo fundamental no debate e na realização da reforma agrária para a construção da democracia no Brasil.

3 - O MST ENTRE O MODERNO E O ARCAICO.

Nos últimos anos, com as crises do socialismo e da esquerda, com o refluxo dos movimentos sociais etc., e com o avanço do neoliberalismo, ocorreu uma debandada de intelectuais, que mantinham uma posição crítica com relação ao processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, para uma posição conservadora que nega o seu próprio passado. Um exemplo é a postura do sociólogo e presidente do Brasil: Fernando Henrique Cardoso. Também, nos últimos anos, o MST tornou-se uma importante força política de oposição ao governo federal². Essa oposição ocorreu por meio das ocupações de terras não produtivas, onde as famílias acampadas exigem, de fato, a realização do projeto de reforma agrária. O presidente do República afirmou para a imprensa que o MST é um movimento arcaico em um Brasil moderno. Em diversos editoriais da mídia escrita e televisiva, vimos o desdobramento dessa afirmação. Todos esses fatos nos levam à reflexão a cerca da essência das lutas pela terra e pela reforma agrária. Seria hoje a reforma agrária uma política obsoleta? A luta pela terra seria uma luta inglória? A reforma agrária ainda apresenta perspectivas aos trabalhadores? Estas são questões fundamentais para compre-

O MST surgiu de diferentes experiências construídas nas Comunidades Eclesiais de Base, desde o final da década de setenta.

ender a luta do MST. Para compreender, inclusive, o MST por dentro.

Uma maneira de se fazer essa reflexão é por meio dos paradigmas que procuram explicar o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Alguns estudiosos afirmam que, hoje, a reforma agrária só pode ser compreendida como uma política compensatória, ou seja, um projeto de reforma agrária deve ser utilizado para resolver os conflitos fundiários e não para se pensar um modelo de desenvolvimento da agricultura. Nesta visão de mundo, a modernização do campo só é possível por meio da agricultura capitalista, considerada moderna em detrimento da agricultura camponesa considerada arcaica. Deste ponto de vista, o MST e a reforma agrária não tem futuro, só passado. Dessa forma, o MST é visto como arcaico, um movimento social que ainda luta por um modelo de desenvolvimento ultrapassado.

Outro grupo de estudiosos defende que a luta do MST e a reforma agrária fazem parte de um processo de construção de um outro modelo de modernização da agropecuária. Desse ponto de vista, a agricultura camponesa é parte fundamental para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, tendo como referências a própria lógica do modo capitalista de produção e a história da agricultura em diferentes países do mundo. Dessa forma, as lutas pela terra e pela reforma agrária desenvolvidas pelo MST apresentam, de fato, não só uma perspectiva socioeconômica para os famílias em luta, como a possibilidade de transformação da sociedade. Nesse sentido, as lutas do MST são contemporâneas em um país de estrutura fundiária e modelo de desenvolvimento agropecuário arcaicos.

O que está em questão, de fato, é a luta pelo controle do espaço e do tempo de trabalho. Esse é o principal sentido da modernidade: a luta pela liberdade que a concepção capitalista quer fazer desaparecer ao criar uma inserção perversa, de dependência, por meio do controle político e econômico. É por intermédio dessas questões e contradições que ocorre o embate entre o arcaico e o moderno nas visões de mundo desses dois

paradigmas. Todavia, pode-se visualizar, nos fatos recentes, algumas referências que nos possibilitam um constante aprofundamento a respeito dos conteúdos desses paradigmas. Com a modernização da sociedade, nos últimos cinco anos, a agricultura passou a ser a principal responsável pela geração de empregos, acompanhada do setor informal. Por outro lado, a modernização da agricultura capitalista, em alguns setores, como o da cana-de-açúcar, por exemplo, produziu uma legião de desempregados, que está aumentando a população em luta pela terra. Essa realidade intensifica a demanda para a construção da agricultura camponesa como condição histórica de sobrevivência e de desenvolvimento. É o próprio caráter desigual e contraditório da sociedade capitalista que cria a perspectiva da existência da agricultura camponesa.

4 - A ESPACIALIZAÇÃO DO MST.

O MST é uma forma de organização admirável. Ela surgiu de diferentes experiências construídas nas Comunidades Eclesiais de Base, desde o final da década de setenta. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) promoveu a reunião dessas experiências possibilitando assim a formação do mais amplo movimento social da América Latina. O surgimento do MST é resultado de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Essa política foi concebida a partir da importação do modelo da "revolução verde", da ideia ufanista de "Brasil grande" e da concepção política da agricultura camponesa como atrasada. O pano de fundo dessa política tem sido a defesa dos interesses dos grandes grupos empresariais e latifundiários, que apropriaram-se das terras e passaram a controlar a economia agropecuária. Com a implantação desse modelo pretendia-se a modernização do campo brasileiro. Atualmente, o campo é o espaço dos conflitos e das contradições, depois de passar por uma rápida e violenta transformação que intensificou a concentração fundiária, que expulsou e expropriou milhões de famílias, e estas migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras.

NOS últimos anos, o governo federal tem investido na criminalização das ocupações.

Frente a essa realidade, os trabalhadores iniciaram um processo de luta, resistência e enfrentamento que gerou, no final do século XX, uma forma de organização social apropriada para fazer avançar uma luta histórica e recolocou, mais uma vez, na pauta política a questão da reforma agrária. O Brasil jamais será um país democrático sem a realização da reforma agrária. Portanto, essa é uma questão que somente terá solução com a realização de um projeto que viabilize a construção da agricultura camponesa. A forma de organização social que (re) politizou a reforma agrária foi construída em um lugar social: a comunidade. Esse lugar social é compreendido como espaço de socialização política. Esse espaço foi dimensionado em espaço comunicativo, onde as pessoas puderam se conhecer e refletir a cerca de suas trajetórias comuns. Trajetórias de migrantes, de expropriados, expulsos, da exploração, do trabalho escravo, da fome, da luta e da resistência etc. Esse conhecimento leva a identificação desses sujeitos com as suas vontades e interesses. Nessa situação, o espaço de socialização política é novamente dimensionado em espaço interativo. Nesse espaço, os sujeitos concebem as razões de seus destinos e associando-os aos seus interesses, partem para a sustentação de decisões que os levarão ao enfrentamento com as classes que os excluíram. Esse é um procedimento pedagógico e de troca de experiências, em que os trabalhadores relatam suas histórias e constroem as suas renitências. Dessa forma, a luta vem a público, num processo de espacialização contínuo na realização de outra dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço é o acampamento. É a ocupação da terra não produtiva. Esse ato político faz com que os trabalhadores descortinem a realidade, mostrando para a sociedade que, mesmo nos lugares onde se presume que a questão fundiária já estaria resolvida, existem terras sendo especuladas, auferindo privilégios para uma classe em recorrência da fome e da miséria de milhões de famílias. Um exemplo é a região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo. Nessa região há mais de um milhão de hectares de terras devolutas e griladas.

A ocupação é uma forma de pressionar o Estado e tem sido bastante eficiente. No Estado de São Paulo, 90% dos assentamentos conquistados são resultados de ocupações (Fernandes, 1996). O restante é resultado de projetos de reforma agrária. Portanto, é por intermédio do processo de espacialização que o MST executa seu projeto político e a ocupação das terras não produtivas é a ação maior desse projeto. Essa ação tem repercutido na sociedade de forma criminalizadora por parte dos poderes políticos institucionais e por parte das instituições contra reforma agrária. Por outro lado, tem obtido reconhecimento por parte de outras instituições pró reforma agrária e por organizações não governamentais. A ocupação da terra não produtiva produz dois resultados positivos imediatos. O primeiro é o destaque que dá para a Constituição, que determina a utilização das terras que não estão cumprindo a sua função social na realização dos projetos de reforma agrária. O segundo é a denúncia que faz ao apresentar para a sociedade a injustiça e a violência do latifúndio, muitas vezes ocultado sob a cortina da empresa rural.

Nos últimos anos, o governo federal tem investido na criminalização das ocupações. O poder judiciário tem decretado continuamente a prisão de trabalhadores envolvidos nas ocupações de terras, acusando-os de formação de bandos e quadrilhas. Com essas medidas o Estado tem criado uma nova forma de coerção: a judicialização da reforma agrária. Se, até meados da década de noventa, a militarização da reforma agrária foi a forma de reprimir as ocupações, hoje a judicialização aparece como uma nova forma de refrear o avanço da histórica luta pela terra.

A forma de organização do MST tem apresentado avanços com a criação de diferentes experiências. Por outro lado também tem reproduzido práticas superadas de mobilização política. É o caso da massificação da luta. Esse processo aconteceu, por um lado, por causa do aumento da demanda da população na luta. Por outro lado, por causa do refluxo da Igreja e dos partidos políticos na construção e na organização do espaço de socialização política. A massificação quantita-

tiva acompanhada da massificação qualitativa do luta trouxe uma série de problemas para o MST. Entre estes, o próprio enfraquecimento da luta, com a fragilidade na formação de grupos que afastam-se do Movimento e da luta, assim que conquistam a terra. A massificação qualitativa finda o processo de espacialização, que é na verdade a vida e a razão da existência do MST.

5 - MST: LIMITES E POSSIBILIDADES.

Os limites e as possibilidades do MST são, em sua amplitude, os limites e as possibilidades da construção de uma sociedade democrática, que contemple a existência dos trabalhadores camponeses. Nesse sentido, o Movimento tem construído um espaço político, onde controla a sua autonomia no âmbito da heteronomia. É nesse espaço que atravessam as diferentes matrizes políticas e convergem para o avanço da luta histórica. Pela inerência das desigualdades e das contradições da sociedade atual, o MST se apresenta como legítima organização social de liberdade. Pois, ao lutar pelo direito a ter direito, legítima e concretiza novas experiências e novas formas de organização, com relação a política e a economia. A construção dessas experiências superaram problemas e criaram novas questões com relação a organização do espaço do assentamento, com referência ao modo de produção etc. Questões estas vinculadas ao grande problema da educação dessa população iletrada que escreve a história da luta com as suas próprias vidas. Aproximadamente metade da população adulta assentada e acampada é analfabeta. Como pensar o desenvolvimento social e econômico desse movimento organizado frente a essa realidade? Esse é um dos limites do MST na sociedade brasileira hoje. Mas, da mesma forma que levantaram-se da terra para conquistá-la, estão criando as condições de apropriação do conhecimento e da tecnologia apropriada para a construção de uma realidade menos desigual. Essa é uma das causas que torna o MST um movimento extraordinário. Todavia, os seus limites são muitos. A sua luta, com certeza, não será no campo econômico, a não ser como estratégia de sobrevivência e de retaguarda da luta política.

As possibilidades do MST, ou da luta pela terra e da luta pela reforma agrária, também são muitas. Essa é uma história que continuará se prolongando por muitos anos. Portanto, as possibilidades vão se desdobrando com as transformações políticas e econômicas que irão ocorrer. A concretização da reforma agrária no Brasil está longe de acontecer. As razões são evidentes, considerando-se a correlação de forças presentes no cenário político. Por outro lado, como já afirmamos, sem reforma agrária não há democracia. Nesse sentido, o papel do MST na construção da democracia está começando a ser escrito.

BIBLIOGRAFIA

- Fernandes, B. M. - MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
Incra - Atlas Fundiário Brasileiro. Brasília: Incra, 1996.
Martins, J. S. - O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.
Oliveira, A. U. - A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
Stédile, J. P. - A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ANCA, 1994.
Veiga, J. E. - O desenvolvimento agrícola. São Paulo: Hucitec/USP, 1991.

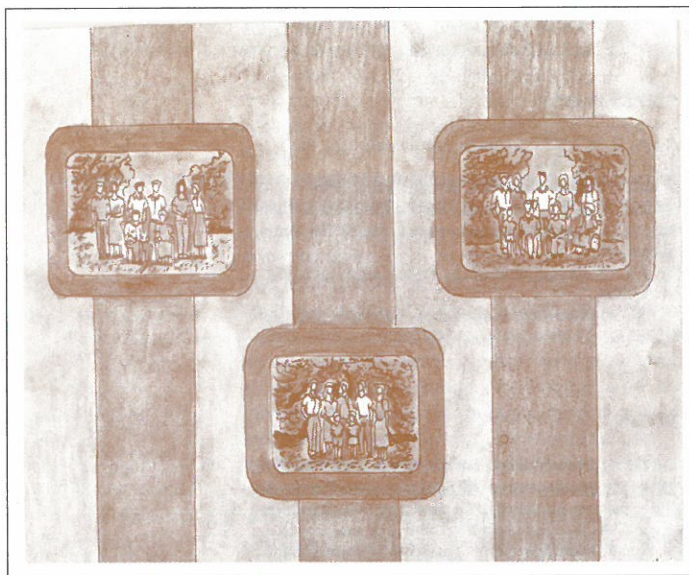
NOTAS

1 - Diferenciamos a luta pela terra da luta pela reforma agrária, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Um movimento social pode desenvolver a luta pela terra sem a existência de um projeto de reforma agrária. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, de toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária.

2 - No refluxo dos movimentos sociais, o MST, ao contrário, cresceu. Uma explicação possível desse avanço é a razão de sua forma de organização e sua territorialização mais a importância da sua luta como processo de ressocialização.

Terra de parentes em Lumiar

A construção do espaço
e a defesa do patrimônio¹



SYLVIA FRANÇA SCHIAVO

Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ;
doutoranda do Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da USP.

“Em Lumiar quem não é
parente é compadre”.

Além da relação tradicional do compadrio, a prática da endogamia indicada na epígrafe - expressão usada pelos moradores do 5º distrito de Nova Friburgo, denominado Lumiar - é o reconhecimento de um costume bastante difundido em regiões interioranas do país. A expressão se refere às trocas matrimoniais entre os descendentes das famílias dos colonizadores suíços, alemães, italianos, dos vários povoados daquele distrito, resultado de um isolamento que, iniciado na primeira do século XIX com implantação da colônia suíça de Nova Friburgo, em 1818, pelo governo de Dom João VI, perdurou até a década de 60 deste século.

Enquanto no distrito como um todo se ampliam pouco a pouco as redes de aliança entre as famílias tradicionais, incorporando-se ainda novos parceiros - dada a possibilidade de maior contato com o exógeno, que uma nova inserção

Os habitantes de Benfica são pequenos agricultores rurais que se dedicam basicamente à cultura de inhame para comercialização.

no mercado vem trazer -, os habitantes do povoado de Benfica fecham o seu círculo de trocas matrimoniais apresentando um alto coeficiente de casamento endogâmicos, constituindo-se numa terra de parentes.

Foi no início da década de 60 - marcada pela expansão capitalista na agricultura em todo o país - que Lumiar tem construída, por iniciativa de seus moradores, a primeira estrada de ligação com Nova Friburgo. Até então, as mercadorias (café e carne de porco) eram transportadas por tropas de mulas para o mercado provinciano. Na volta, traziam basicamente sal e ferragens. De modo que o isolamento do 5º distrito deste os primórdios da colônia instaurou um modo de vida calcado na quase auto sustentação das suas unidades de produção familiar. Cultivando e beneficiando o necessário para viver, desenvolveram também formas de solidariedade desse modo de vida. A melhoria das condições de escoamento da produção funcionou como fator deflagrador de mudança na orientação das unidades produtivas, incentivando o aumento da produção mercantil. A década de 1960 é o primeiro marco de transformação em Lumiar e também em Benfica. Mas a década de 1970 traria novas mudanças quando se inicia um processo, ainda em curso, da entrada de novos personagens oriundos de centros urbanos, que não só passam a concorrer com os espaços de produção, comprando terrenos para sítios de lazer, como operam mudanças substantivas no cenário constituído pelas principais vilas do distrito - Lumiar e São Pedro da Serra - com a construção de pousadas, bares e casas de veraneio, introduzindo novos costumes outras formas portanto de sociabilidade.

Ao contrário de muitos habitantes do distrito que se dispuseram à aceitação desses novos agentes no intercâmbio de terra na região os moradores de Benfica mantiveram-se à parte de tal intercâmbio dentro do seu povoado. Nesse sentido, marcam uma primeira diferença enquanto grupo, demarcando seu território, no povoado, como espaço de produção particular.

Os habitantes de Benfica são pequenos produtores rurais que se dedicam basicamente à cultura do inhame para comercialização, combinada à cultura de subsistência. Suas unidades de produção são mantidas à custa do trabalho familiar. Do ponto de vista econômico nada difere do restante do distrito. As diferenças aparecem porém referidas ao domínio do parentesco, pois Benfica confunde-se com o nome Ouverney.

São dez propriedades contíguas, situadas no alto daquele povoado, que variam entre 6 ha a 50 ha, cujos titulares pertencem à mesma linha de descendência. Estas propriedades abrigam várias unidades de produção constituídas pelos filhos do titular e suas respectivas famílias que nelas trabalham sob o regime de parceria. Enquanto solteiro, o filho, após se desligar da unidade de produção paterna, recebe uma parcela de terra para cultivar, fornecendo a meia da produção; a condição de casado lhe permite inaugurar uma nova unidade, em terras do pai, fornecendo a terça da produção.

O parentesco opera como mediador em vários níveis de organização social. Assim, na organização do processo produtivo ele está presente no trabalho familiar, como constitutivo desse tipo de força de trabalho, definidor das posições dos membros do grupo doméstico na execução das tarefas na unidade de produção. Mais do que isso, o parentesco intervém diretamente na relação de trabalho, conferindo especificidade à parceria local. Indica quais são os portadores de direito à participação nesta relação - os parentes em linha reta e, por conseguinte herdeiros - que visa garantir ao mesmo o acesso à terra de trabalho como espaço de produção e de reprodução das condições camponesas de existência, em direção à propriedade. As brechas no modelo original permitem residências das filhas casadas na propriedade paterna. Neste caso, elas formam com marido e filhos uma unidade de produção. Permitem ainda que sobrinhos tornem-se parceiros de tios. São formas encontradas para alocar a mão de obra dis-

O domínio do patriarcado opera também no cerco ao intercâmbio interno de terras.

ponível, excedente à capacidade de absorção da unidade de origem, configurando-se como preferência de escolha da força de trabalho nos limites do bairro e, portanto, do parentesco.

Mas o domínio do parentesco opera também no cerco ao intercâmbio interno de terras, através dos casamentos endogâmicos. Esta prática, conforme já assinalado, é costumeira na região; o que chama a atenção, no entanto, é um retorno exacerbado do costume no povoado em questão. A endogamia é caracterizada pela grande incidência de casamentos entre primos na atual geração de adultos jovens que constituem a principal força de trabalho. Nesta condição foram contados 25 casamentos em 1989 e havia outros em via de se realizarem. O intercâmbio interno de terras é operado na medida em que o jovem casal - que inaugura portanto uma unidade de produção - tem assegurado dentro do povoado duas parcelas garantidas pela herança futura. Um sistema deste tipo, acarretando naturalmente a fragmentação da terra, pressupõe soluções capazes de viabilizar a manutenção do modelo no sentido de conservar a área como camponesa. Estratégias como o minorato, morgadio ou mesmo discriminação exacerbada das mulheres (MOURA, 1978) para prevenir o excessivo fracionamento não foram pelo menos até o momento, acionadas pelos produtores de Benfica. Deve-se registrar no entanto que as transações que envolvem a herança são operadas tendo em vista a regra de residência virilocal. Mas o costume vigente, observado deste os primórdios do povoado, de não privilegiar a priori qualquer herdeiro tem sido viável a partir da possibilidade de controle sobre a terra, considerando-se que sua escassez no distrito é fruto de acontecimentos mais ou menos recentes, atingindo fundamentalmente os produtores mais jovens. Em decorrência de uma maior disponibilidade de terras em outras partes do distrito, representada pelas propriedades que juntamente com as terras de Benfica compunham o conjunto de herança do grupo, pela viabilidade de incorporação de novas parcelas, por compra ou intercâmbio interno propici-

ado pelas alianças matrimoniais na região, esses agricultores puderam atualizar suas regras relativas à parceria e garantir a reprodução minimizando os efeitos da fragmentação. Este conjunto de fatores, que não corresponde mais ao atual estado de coisas, permitiu aos indivíduos, com alguma flexibilidade, dirigirem seus destinos para dentro ou para fora do povoado, sem que isso significasse, necessariamente, para os que saíram a perda da condição camponesa.

Os moradores do alto de Benfica se representam como uma comunidade católica de parentes através das expressões: "aqui é tudo parente", "é tudo católico", "é tudo Ouverney". Marcam suas fronteiras: "aqui não tem um de fora". Num explícito discurso contra um novo *modus vivendi* que os cerca, tentam, acionando sua reserva de capitais tradicionais, enfrentar as vicissitudes decorrentes da tão desejada abertura para o mercado, protegendo o seu território através de um processo de fechamento que acaba por apartar de seu convívio antigos pares que compunham uma rede de sociabilidade que os ligava a outros povoados. A endogamia, ponto forte desse processo, é justificada pela lonjura do alto de Benfica, assim como a retração quanto à convivência de várias ordens. A "comunidade" esta portanto circunscrita a um espaço físico comum, dada a faixa territorial indivisa, pertencente ao grupo, dentro do qual está justaposto o espaço simbólico, ambos frutos das tramas sociais tecidas internamente.

Não é nem exagero, nem metáfora, pensar o espaço como uma construção física e social ao mesmo tempo e que contém seu corolário - o território simbólico. Neste contexto inserem-se os habitantes de Benfica. Eles não vendem suas terras nesse povoado, mas podem especular com outras fora dele, até como estratégia econômica, para manter intactas as primeiras, da mesma forma que os casos analisados por Woortmann ... não é, todavia, qualquer terra que é patrimônio, mas, aquela que poderíamos chamar, no Sítio ou na Colônia, de "terra ancestral". (WOORTMANN, 1995, p.312)

"Onde entra muito nego de fora, o sossego acaba, que nem esses turistas".

A configuração do espaço em Benfica depende, em larga medida, do domínio do parentesco que organiza as relações sociais mais gerais do grupo sobresaindo nas regras de parceria e nas trocas matrimoniais que exacerbam uma endogamia "de lugar". sobre esta última Woortmann cita Burguière e Moura:

Quando as casas ou as parcelas não podem mais se dividir materialmente, continua-se a partilhá-las formalmente, sem deslocar os ocupantes. O filho que herda um terço da casa, um quarto de tal parcela, não pode esperar entrar de posse de seus bens senão esposando uma "filha do lugar", herdeira de fragmentos imobiliários do mesmo tipo, que poderão ser trocados contra outras parcelas, para reconstituir uma casa ou uma terra. Donde a frequência de casamentos duplos (quando dois germanos de uma família, irmão e irmã, casam-se com dois germanos de outra), dos reencadeamentos de alianças e, mais genericamente, os casamentos endógamos, realizados, às vezes, no interior do círculo de parentes proibidos (Burguière, 1986:64).

Não é uma situação distinta daquela estudada por Moura (1978) em Minas Gerais: a partilha formal é acompanhada por um casamento tal que possibilite a troca de terras, o que, evidentemente, implica casamento "no lugar". ... A endogamia de lugar não é, porém, resultado do isolamento geográfico. Ela é um comportamento desejado. Nas regiões de partilha igualitária, é necessário casar perto e casar com parente, para compensar os efeitos da partilha. (WOORTMANN, 1995, pp.321-3)

As situações acima mencionadas aplicam-se perfeitamente ao estudo que realizamos em Benfica, onde pretextando o "isolamento geográfico" para justificar o comportamento de retração em relação ao exógeno, em vários níveis o fazem também para justificar casamentos que se realizam até entre três germanos de uma família com três germanos de outra.

Neste universo aflora, no decorrer da década de oitenta, a categoria comunidade, introduzida

Igreja Católica, cobrindo exatamente o território cujos limites são dados pelo parentesco - suporte anterior que possibilita a fecundidade daquela categoria, articulando organização social e discurso compatíveis com anseios e projetos já postos em marcha pelo próprio grupo. É assim que, em contraposição aos costumes que julgam ofensivos ao seu *modus vivendi*, geralmente referidos à população urbana que "invade" o espaço próximo, eles dizem:

"Onde entra muito nego de fora, o sossego acaba, que nem esses turistas..."

"Benfica é melhor porque é um cantinho mais sossegado. Aqui é só parente, é um pro outro."

"Igreja, futebol, tudo Ouverney."

"Eu sempre tenho falada na igreja: Gente! Vamos agüentar o nosso lugarzinho aqui fora dessas porcarias ..."

Há portanto uma disposição hierárquica de categorias sociais na qual a categoria parente ocupa o lugar principal. A incorporação às relações de mercado mais amplas, postas sob nova racionalidade econômica, não resultou, até o momento na supremacia de categorias societárias em detrimento das categorias comunitárias. O processo de transição caracterizado pelas transformações da década de sessenta está em curso e durante esse tempo o grupo arquiteta sob diversas nuances o seu espaço, criando e recriando formas - muitas delas, variações sobre o mesmo tema - na defesa do patrimônio territorial, afirmando o patrimônio cultural.

É legítimo pois afirmar a contemporaneidade de arranjos sociais desse tipo, descartando-se a noção de atraso ou sobrevivência de formas sociais condenadas, a priori, ao desaparecimento. Seria melhor falar de "contemporaneidade da diversidade" conforme a concepção de José de Souza Martins, formulada para a análise dos grupos sociais de fronteiras. Tomamo-lhe emprestada a tese desenvolvida para o tema da fronteira - "lugar da

As categorias de que se valem os grupos sociais para definirem sua identidade não são, portanto, categorias congeladas.

alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos". Esta é a postura teórico-metodológica que assumimos na tentativa de compreender a dinâmica dos grupos camponeses. No trabalho denominado O Tempo da Fronteira ele diz:

A distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão aos fatos e acontecimentos da fronteira. É um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na História.

E ainda:

A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a diferença apareça, na verdade, como atraso. As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corrompem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição e nela como um dos componentes do possível, o possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas. Seria muito ingênuo imaginar que elas constituem uma receita de tendências históricas.

Isso não quer dizer, muito ao contrário, que o capital não estenda sobre o território da frente de expansão uma rede de relações comerciais para nela integrar os produtos da indústria extrativa ou mesmo os produtos agrícolas. ... Como não impede, ainda, que bolsões de populações indígenas e camponesas sobrevivam no interior da frente pioneira, ou mesmo em regiões de ocupação antiga, como ocorre no Nordeste e no Sul do país, ainda que num certo sentido enclausuradas em terras de

menor interesse econômico ou em territórios demarcados. E que, a partir daí se integrem marginalmente (ou não) no mercado de produtos agrícolas (MARTINS, 1996, pp. 32, 45-46)

No povoado de Benfica, a categoria parente aparece ora referida ao seu conteúdo estrutural - já que o parentesco é domínio íntimo do campesinato, onde ... as relações vividas no processo de trabalho são marcadas pela pré-definição ideológica ou simbólica, isto é, pela estrutura de parentesco, pelos ditames da hierarquia, do respeito, da obediência, pela regulação de direitos e deveres, pela disciplina do afeto (SOARES, 1981, pp.208-9) - ora referida ao discurso dos informantes.

A família Ouverney aciona explicitamente a categoria parente para definir-se enquanto grupo particular e representar o "seu lugar". Nesse sentido é uma categoria nativa, o que não lhe retira, por certo, o valor heurístico. Ela expressa a alteridade em graus diversos: o nós em relação ao outro - os de fora do povoado; os que são mais nós do que outros, dentro mesmo do povoado, como os parceiros-parentes em linha reta.

Há portanto uma identificação entre nome e lugar que se expressa também na atual política de casamentos em direção à herança da terra, na intenção de assegurar no interior do grupo o patrimônio territorial, cuja transmissão assegura por conseguinte o patrimônio cultural.

A prática da endogamia é antiga tanto na região como no grupo, mas alcança uma enorme dimensão, ganhando reforço na atual geração de adultos jovens. Com o domínio do parentesco² operando de forma significativa para os muitos arranjos dependentes pois da sua ordem, a categoria parente ganha também igual dimensão e vai se ampliando e crescendo no diálogo interno e com o exógeno.

As categorias de que se valem os grupos sociais para definirem sua identidade não são portanto categorias congeladas mas, categorias em movimento nos diferentes contextos temporais e espaciais. A pesquisa realizada possibilitou-nos o contato com representações holísticas, com noções de indivisibilidade, de heranças e alianças e ao

mesmo tempo, dos seus antípodas - os de fora, os não parentes, os não católicos, os não herdeiros. Noções e categorias que por certo são recorrentes em grupos camponeses de uma maneira geral, fazem parte de um conjunto de elementos que podem ser arranjados de diferentes formas, resultando em diferentes bricolages.

À uma hierarquia de categorias corresponde uma hierarquia de valores. Como nos lembram Durkheim e Mauss, ... há afinidades sentimentais entre as coisas assim como entre os indivíduos, e é de acordo com estas afinidades que elas são classificadas ... as coisas são antes de tudo sagradas ou profanas, puras ou impuras, amigas ou inimigas, favoráveis ou desfavoráveis, isto significa que seus caracteres mais fundamentais limitam-se a exprimir a maneira pela qual afetam a sensibilidade social. As diferenças e as semelhanças que determinam a maneira pela qual se agrupam são mais afetivas do que intelectuais. (DURKHEIM e MAUSS, 1981, p. 454) É somente buscando compreender o sistema de classificação próprio do universo de pesquisa que se pode buscar a sua totalidade. Categorias e valores dizem respeito a afeições e sentimentos de indivíduos e coletividades. Nesse sentido, o território apresenta-se como fator de integração dos grupos sociais na medida em que tem para eles um significado afetivo.

A Região Serrana do estado Rio de Janeiro guarda, após mais de um século da implantação da colônia suíça de Nova Friburgo - a despeito de transformações de diversas ordens - em espaços mais ou menos definidos, bolsões de camponeses descendentes dos imigrantes que a fundaram. De acordo com o pressuposto de José de Souza Martins, entendemos essa permanência como expressão do possível histórico de uma sociedade diversificada. Aos grupos camponeses que se conservaram enquanto tal, em tão largo espaço de tempo, deve-se reconhecer ao lado de sua posição econômica as formas por eles encontradas para assegurar seus espaços de produção material e simbólica, partindo-se do pressuposto que esses espaços são espaços em movimento, em permanente construção. Cabe aqui lembrar Milton Santos:

Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. (SANTOS, 1992, p.2)

Bibliografia

- AUGÉ, Marc. Os Domínios do Parentesco, Lisboa, Edições 70, 1978.
- BLOEMER, Neusa Maria. Itinerâncias e Migrações, Tese de Doutorado, USP, 1996.
- CÂNDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito, São Paulo, Duas Cidades, 1971.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Ática, 1974.
- GNACCARINI, José Cesar. Latifúndio e Proletariado, São Paulo, Polis, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, José F. (Coord.) Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Hucitec, 1978.
- IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Terra Trabalho e Capital, Campinas, Unicamp, 1989.
- MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira, Tempo Social, Revista de Sociologia, São Paulo, USP, vol.8, nº1, maio/1996.
- MAUSS, Marcel. Ensaios de Sociologia, São Paulo, Perspectiva, 1981.
- MOURA, Margarida Maria. Os Herdeiros da Terra, São Paulo, Hucitec, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Camponato Brasileiro, Petrópolis, Vozes/Edusp, 1973.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método, São Paulo, Nobel, 1992.
- SCHIAVO, Sylvia França. Sendas da Transição, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1991.
- SOARES, Luiz Eduardo. Camponato Ideologia e Política, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres, São Paulo, Hucitec/Unb, 1995.
- WOORTMANN, Klaas e Ellen F. Fuga a Três Vozes, Anuário Antropológico/91, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

Notas

¹ Este trabalho tem como referência a pesquisa que realizamos para dissertação de mestrado SENDAS DA TRANSIÇÃO - PUC/SP, 1991 e contém ainda questões propostas no projeto de doutorado para o curso de Antropologia da USP - 1996.

² O parentesco, esse "campo" aparentemente bem delimitado e estritamente codificado, fala-nos de tudo menos de si mesmo: religião, moral, representação da pessoa, organização do trabalho, herança, hereditariedade. (AUGÉ, Marc. Os Domínios do Parentesco, Lisboa, Edições 70, 1978, p.83)

Contra- reforma agrária no Rio de Janeiro

Analisando o processo político brasileiro, Octávio Ianni o entende como uma "contra-revolução burguesa permanente". Da mesma forma, ao refletirmos sobre o encaminhamento da questão agrária pelo Estado, podemos afirmar que vem sendo implementada uma "contra-reforma agrária permanente". Ambas têm como causa comum a ausência de uma ruptura política no nosso desenvolvimento capitalista.

O caráter contra-reformista e permanente da política agrária está em que todas as vezes que os trabalhadores rurais demonstraram organização, consciência e força política para reduzir a exploração, aumentar a participação política e lutar pela terra, ocorreu um rearranjo no bloco de poder para que não fosse implementada uma reforma da estrutura agrária. O golpe de 64 e a Constituição de 1988 exemplificam estes rearranjos pois encerram dois períodos de intensa mobilização social no campo, que só re-emergiria após 1994.

Do regime monárquico, derrubado pelo Exército, à "Nova República" da "democracia tutelada" pelos militares, passando pelo "Estado-mediador" das oligarquias agrárias (Primeira Repú-



VICTOR NOVICKI

Pesquisador do Mestrado em Educação/UERJ, Mestre em Desenvolvimento Agrícola (CPDA/UFRJ) e Doutorando em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP).

O Estado manteve inalterada a estrutura de poder no campo.

blica) e pelo "Estado-empresário" (entre a década de 30 e meados dos anos 70), verificamos que a preponderância do Estado sobre a sociedade e o autoritarismo que lhe corresponde, apoiados no espectro do golpe militar, perpassam a nossa história.

Assim, o Estado, através de soluções de autoridade, de cima para baixo ("modernização autoritária"), apoiado em uma coalizão conservadora (elites agrárias e industriais, militares, burocracia estatal e a chamada "classe política"), manteve inalterada a estrutura de poder no campo (modernização capitalista sem reforma agrária), ditou os rumos do processo de industrialização (substituindo a burguesia como agente das transformações) e excluiu a maioria da população do "pacto" que caracteriza os países em que ocorreu desenvolvimento capitalista sem ruptura política.

Nesse processo, a transformação das demandas populares em políticas efetivas - como a Reforma Agrária - tem sido curto-circuitada pela repressão e manipulação do sistema de representação de interesses (coronelismo, corporativismo, clientelismo, cooptação, ditadura militar etc.), em um País cuja cultura política ainda não estabeleceu claramente a separação das esferas pública e privada - indistinção típica do "Estado patrimonial" (nepotismo, prebendalização de cargos públicos, troca de favores etc.).

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo resgatar a intervenção do Estado na questão agrária fluminense, apontando as barreiras políticas, administrativas e legais que têm impedido a transformação da luta pela terra em uma política efetiva de Reforma Agrária.

Durante o regime populista (1930/64), fundado no *compromisso* do bloco agrário-industrial (intocabilidade da estrutura agrária) e legitimado pela manipulação de setores populares urbanos, teve lugar o desenvolvimento do capitalismo no campo que, ao promover a mudança da base técnica (inovações tecnológicas), levou à crise do

colonato (perda do lote de subsistência), ao cancelamento dos contratos agrários, à expulsão de posseiros e ao êxodo rural. Esta é a raiz estrutural da questão agrária brasileira.

A intervenção do Estado no agrofluminense objetivou garantir o abastecimento alimentar da população urbana que crescia com o processo de industrialização e solucionar os conflitos fundiários entre "grileiros" e "lavradores-posseiros", intensificados com a valorização das terras causada pela urbanização e pelo saneamento da Baixada Fluminense, iniciado na década de 30. Com estas finalidades, o governo Vargas implantou sete Núcleos Coloniais, em áreas arrecadadas pela "Primeira Comissão Revisora de Títulos de Terra". A partir dos anos 50, quando a mobilização por terra alcança dimensão nacional, o governo Roberto Silveira (1959/62), através do "Plano Piloto de Ação Agrária", desapropriou por utilidade pública dezoito imóveis rurais. Com a criação da Superintendência de Política Agrária - SUPRA (1962), o governo Goulart declarou como de interesse social para fins de desapropriação dez áreas. Estas intervenções concentraram-se na Baixada Fluminense.

Após o golpe de 64, os governos estaduais ficaram impedidos de atuar em seus problemas fundiários e o encaminhamento da tensão social no campo passou a ser uma questão de segurança nacional, num processo crescente de "militarização da questão agrária" que, como veremos, persiste até hoje. Apesar de elaborar o Estatuto da Terra e eliminar progressivamente as barreiras legais para a implementação da Reforma Agrária, os militares priorizaram a "modernização" tecnológica da agricultura (crédito rural subsidiado, incentivos fiscais etc.), ou seja, a transformação dos latifúndios em empresas rurais e a integração da agricultura à indústria, visando a constituição de complexos agroindustriais (CAIs).

No que se refere à Reforma Agrária, ela foi "confundida" com cadastramento e tributação de terras - Imposto Territorial Rural (1964/69), colonização da Amazônia, de forma precária, com famílias atin-

No Rio de Janeiro, a intervenção do regime militar constituiu quatro projetos de regularização fundiária.

gidas pela "modernização" da agricultura, em sua maioria provenientes das regiões nordeste, sul e sudeste (1970/73), assentamento de grandes consórcios nacionais e estrangeiros, principalmente na Amazônia (1974/84) e desapropriações de terras, como último remédio para dirimir conflitos fundiários (1964/84). Em seu conjunto, a intervenção dos militares na questão agrária ficou conhecida como "modernização dolorosa ou conservadora", pois intensificou o êxodo rural, aumentou a concentração da renda e não alterou a estrutura agrária.

No Rio de Janeiro, a intervenção do regime militar, entre 1964/79, consistiu na constituição de quatro projetos de regularização fundiária, seis projetos de colonização e um projeto fundiário e na revogação de oito decretos de desapropriação emitidos pelos governos federal (5) e estadual (3) no pré-64, justificada pela vocação urbana/industrial dessas áreas.

O longo e bem sucedido processo de "transição pactada", iniciado em 1974, compreendeu as etapas de "liberalização" (1974/82) e, a que se esperava ser, de "democratização", após as eleições diretas para governadores (1982), mas que culminou numa "democracia tutelada" pelos militares. A partir da "abertura política" (1979), intensificou-se a luta pela terra no Rio de Janeiro, tanto através de antigos personagens (movimento sindical), como pelo surgimento de novos atores ("sem terra") e mediadores (Núcleo Agrícola Fluminense, Movimento dos Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, ONGs), recolocando e atualizando o debate em torno da questão fundiária e fazendo com que os governos federal e estadual retomassem o discurso sobre a Reforma Agrária. Entre 1979/82, ocorreram manifestações públicas em favor da Reforma Agrária e cinco ocupações de terras, sendo uma dessas áreas desapropriada pelo governo federal. O governador Chagas Freitas, nesta conjuntura, sancionou a lei estadual de discriminação de terras devolutas (1981). Todavia, nada foi feito em sua administração, marcada pela violência contra os trabalhadores rurais que lutavam por terra.

No governo Brizola (1983/87), foi criado o primeiro órgão de terra estadual: a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários. Para solucionar os conflitos fundiários, o Poder Executivo "extrapolou" a competência de um governo estadual ao declarar como de utilidade pública as áreas conflituadas para fins de desapropriação, pois, após 1969, somente o governo federal pode desapropriar "para fins de reforma agrária". Em 41 dos 107 conflitos fundiários urbanos, "mistos" e rurais, este foi o encaminhamento dado pelo governo, justificado pela criação de "centros urbanos" e "fazendas experimentais". No que se refere aos conflitos fundiários rurais, foi decretada a desapropriação de 10 áreas, sendo 7 de resistência ao despejo e 3 ocupadas pelos sem terra.¹

Como o colapso da ditadura militar ocorreu através de uma "transição por continuidade", durante a "Nova República" e a Assembleia Nacional Constituinte inexistiu uma estratégia adequada à construção institucional da democracia, o que permitiu a continuidade dos "notáveis" do antigo regime e, principalmente, de suas práticas e a manutenção das prerrogativas dos militares, que não aceitam o controle civil democrático (inexistência de Ministério da Defesa, ausência de controle pelo Legislativo, subordinação das polícias militares às Forças Armadas, responsabilidade principal pela lei e pela ordem interna e capacidade de determinar quando e como devem cumprir com suas obrigações etc.).

No contexto de uma "democracia tutelada" pelos militares, acrescido do fato de Sarney tudo negociar para prorrogar seu mandato (clientelismo), é possível entender os recuos entre a primeira proposta (maio/85) e a versão definitiva do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (outubro/85), redigido nas dependências do Conselho de Segurança Nacional por um advogado de latifundiários³. No âmbito do PNRA e do Plano Regional de Reforma Agrária/RJ (maio/86), foram desapropriados somente quatro imóveis rurais⁴.

Outro aspecto a ser considerado na análise que

Desde 1964, a União possui órgão específico e embasamento legal para implementar a Reforma Agrária

nos propomos: os governos Brizola e Sarney, por diferentes motivos, não possuíam "cultura administrativa" para encaminhar a luta pela terra dos anos 80. Esta *incultura*, intimamente vinculada à cultura política autoritária brasileira, manifesta-se ao nível da armação institucional do Estado e da burocracia, ou seja, diz respeito à existência e efetividade do órgão de terra, entendidas como um dos mecanismos de seletividade que, funcionando como um sistema de filtros, definem quais interesses e sob que forma serão objeto da política estatal.⁵

Desde 1964, a União possui órgão específico e embasamento legal para implementar a Reforma Agrária. Sua falta de "cultura administrativa" está relacionada a não-efetividade do aparato fundiário (*descaracterização conceitual da Reforma Agrária*: tributação, colonização etc.) e aos seus reflexos na burocracia: "negociatas" em torno das grandes extensões de terras concedidas principalmente na Amazônia (1974/84). Assim, após vinte anos (1964/84) especializando-se em como não realizar a Reforma Agrária, com um quadro técnico gestado numa conjuntura de repressão aos movimentos sociais do campo e em íntimo relacionamento com os interesses da contra-reforma, a burocracia federal não possuía experiência ("cultura administrativa"), nem lhe era atribuída legitimidade, para se relacionar com os movimentos de luta pela terra em uma conjuntura de transição.

Quanto ao governo estadual, a última intervenção na questão fundiária ocorreu no pré-64. A inexistência de órgão de terra durante duas décadas implicou em não desenvolver uma "cultura administrativa" que lhe permitisse: 1º) conhecer o histórico da luta pela terra, de forma a antecipar-se à eclosão dos conflitos e desenvolver um trabalho preventivo nas áreas sob tensão social, 2º) realizar o cadastramento dos potenciais beneficiários da política agrária, 3º) identificar as áreas ou imóveis passíveis de constituírem um estoque fundiário

para assentamento de trabalhadores rurais sem terra, 4º) utilizar adequadamente os instrumentos legais ao seu alcance visando a regularização fundiária e a arrecadação de terras através, principalmente, da "fase administrativa" da discriminação de terras devolutas, de baixo custo quando comparada às desapropriações e 5º) capacitar o pessoal do Estado, para se relacionar com os movimentos sociais de luta pela terra, desde a configuração do conflito até a consolidação socioeconômica dos assentamentos.

Concluindo e retomando os mecanismos de seletividade do Estado, temos o seguinte quadro em relação a estes governos (1983/90): 1) estrutura: o governo estadual ao criar órgão de terra, conferiu status e politizou a questão agrária no interior do Estado. Todavia, a falta de cultura administrativa gerou uma diferença entre o espaço de atuação objetivamente disponível e o grau de utilização efetiva do órgão de terra. Na esfera federal, a existência de aparatos fundiários, há mais de 30 anos, não tem significado uma reforma da estrutura agrária nacional; 2) repressão: enquanto a nível federal verificou-se uma "negligência benigna" por parte do poder público em relação à violência privada no campo contra os trabalhadores rurais (UDR), o governo estadual não pautou seu relacionamento com os movimentos sociais através dos "aparatos repressivos"; 3) ideologia: na relação com os movimentos sociais, estes governos buscaram atrair suas lideranças para a esfera do governo e assim esvaziar o poder de pressão dos movimentos ("ideologia autoritária") e 4) processo: descaracterização conceitual da Reforma Agrária, desapropriações e atendimento de demandas de forma pontual, limitações constitucionais, colonização, tributação etc., predefiniram o resultado possível, ou seja, conferiram maiores probabilidades para a não-realização da Reforma Agrária.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. O velho poder dos barões da terra. In: Koutzii, Flávio (Org.) Nova República: um balanço. Porto Alegre, LPM, pp. 204-226, 1986.
- AREZZO, Dryden. Política Agrária do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986 (mimeo).
- GRYNSZPAN, Mário. Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, PPGAS/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa - estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MARTINS, José S. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MOISÉS, José A. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: Moisés J. A. & Albuquerque, J. A. Guilhon (Org.). Dilemas da Consolidação da Democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp.119-177, 1989.
- NOVICKI, Victor. Estado e luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987). Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 1992.
- _____. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: Medeiros, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, EDUNESP, pp.69-86, 1994.
- _____. Recuperando o indivíduo no Movimento dos Sem Terra: o caso fluminense (1983-1987). **Revista Estudos - Sociedade e Agricultura**. RJ, CPDA/UFRRJ, n° 5, pp. 58-72, novembro/ 1995.
- _____. "Culturas administrativas" e política fundiária: Brizola e Montoro (1983-1987). In: **Agricultura e Meio Rural no Estado do Rio de Janeiro** (no prelo, 1997).
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: Medeiros, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, EDUNESP, pp.49-68, 1994.
- SILVA, José G. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- _____. **Caindo por terra**. São Paulo, Busca Vida, 1987.
- ZAUERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres - Tutela ou Controle Civil**; Estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha. São Paulo, Ática, 1994.

Notas:

¹ O perfil do "sem terra" fluminense deste período era predominantemente urbano e seus interesses coletivos esgotavam-se com a conquista da terra, manifestando-se contrários às propostas associativas de exploração agropecuária. Devido a estas características, desenvolvi uma análise de sua ação política a partir da perspectiva do "marxismo analítico" que, colocando-se como uma tentativa de reformulação da teoria marxista, especialmente no que se refere às questões de método, busca centrar a análise nas estratégias de ação individuais (Novicki, 1995).

³ Recuos: 1) descaracterização do objeto de desapropriação: desapropriação passou a ser uma exceção e não a regra (negociar primeiro), criou a inconsistente figura jurídica do "latifúndio produtivo" e as áreas com elevada concentração de arrendatários e parceiros foram excluídas da desapropriação, 2) descaracterização do sujeito da Reforma Agrária: tratamento paritário a trabalhadores e proprietários na escolha dos beneficiários e dos métodos dos novos assentamentos e 3) descaracterização do processo de Reforma Agrária: não estabeleceu as áreas prioritárias, o que impossibilitou uma intervenção massiva em certas regiões e, conseqüentemente, a otimização da máquina governamental para atender às necessidades do setor reformado (Abramovay, 1986).

⁴ A "militarização da questão agrária" ou a "tutela militar" sobre a questão agrária ainda persiste. Em 29.09.96, a Folha de São Paulo - "Ministro afasta superintendente do INCRA", informava que dois coronéis da reserva do Exército foram nomeados pelo governo FHC como superintendentes do INCRA em Marabá/PA e no Mato Grosso. Devido a desentendimentos com o ministro da Política Fundiária (Raul Jungmann), o superintendente de Marabá/PA foi exonerado e saiu "atirando": "o INCRA é um ninho de cobras", "é a maior imobiliária do país" etc. Estas "críticas" são semelhantes às do general-interventor do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em 1969 (Silva, 1971).

⁵ Mecanismos de seletividade: estrutura ("existência e efetividade de organizações burocráticas"), ideologia ("no sentido de promover a percepção e articulação seletiva de problemas e conflitos sociais"), processo ("procedimentos institucionalizados da formulação e implementação política") e repressão (Offe, 1984).

Os processos socioeconômicos agrários no estado do Rio de Janeiro¹

Apresentamos, neste artigo, um esforço de regionalização das tendências do desenvolvimento rural no Estado do Rio de Janeiro, durante o período de 1985 aos dias atuais, enfocando a questão da terra, emprego e a agricultura familiar fluminense¹, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1985, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 1992, 1993 e 1995 e consultas a lideranças sindicais, técnicos e pesquisadores que tratam da agricultura no Estado do Rio.

A modernização conservadora no Rio de Janeiro, resultou na fragmentação de suas unidades de produção, tanto por conta da urbanização e metropolização do eixo Rio-São Paulo, quanto ao baixo dinamismo de sua base produtiva. Entretanto, algumas de suas mesorregiões vem crescendo em condições competitivas, a partir da diversificação e reconversão de produtos e vocações regionais. Assim, nossa estratégia de padronização das tendências nos permite visualizar dinâmicas diferenciadas do desenvolvimento rural no Estado, contrapondo-nos à generalização da decadência da agricultura fluminense.



CLARÍCIO DOS SANTOS FILHO

Pesquisador do Mestrado em Educação/UERJ, Mestre em Desenvolvimento Agrícola (CPDA/UFRRJ) e Doutorando em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP).

O Estado do Rio de Janeiro tem em torno de 60% de mão-de-obra familiar.

I - DINÂMICA DA OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DAS MESORRREGIÕES E DO ESTADO

I.1 - Estrutura Agrária

A concentração de terra no Estado do Rio de Janeiro, medida pelo índice de Gini de 0,7, encobre fortes particularidades. Os dados do Censo Agropecuário de 1985 indicam que o Estado tem uma estrutura fundiária bastante atípica em comparação com a Região Sudeste, cujo tratamento tradicional pelas categorias minifúndio/latifúndio encobre múltiplas realidades: existe um forte grau de minifundização, onde cerca de 93 % dos estabelecimentos rurais ocupam áreas até 100 ha, porém constata-se uma substancial faixa intermediária de estabelecimentos entre 101 ha e menos de 1.000 ha, regularmente distribuída por todas as mesorregiões, que ocupa quase a metade da área total do Estado, o que, a rigor, o aproxima de uma combinação de média e pequena propriedades como predominantes, que aparecem de diferentes formas nas mesorregiões.

Num primeiro bloco, estão o Norte Fluminense e a Periferia do Grande Rio: a primeira concentra os grandes estabelecimentos do Estado, refletindo as explorações extensivas: cana-de-açúcar, pecuária extensiva e cereais, e a segunda tem a maior concentração interna de grandes propriedades, mas a média propriedade ocupa 51 % de sua área rural. Num segundo bloco, temos o Vale do Paraíba e o Centro Leste, onde prevalece uma combinação mais democrática, com predominância da média e da pequena propriedades: na primeira, o extrato intermediário ocupa 65% da área, já os estabelecimentos até 100 ha ocupam 21% de sua área. A segunda é praticamente distribuída entre o extrato intermediário e as pequenas propriedades. E, por último, a mesorregião Grande Rio de Janeiro é a única com total predominância da pequena propriedade, com cerca de 98% dos estabelecimentos na faixa de até 100 ha, sendo a região que concentra o maior número de assentamentos.

I.2 - Relações de trabalho²

O Estado do Rio de Janeiro tem em torno de 60% de mão-de-obra familiar, das 3,5 unidades de trabalho em média dos seus estabelecimentos. A região Norte Fluminense tem a maior concentração de mão de obra rural do Estado, porém com a mais baixa taxa de ocupação por estabelecimento, além de mais da metade dos parceiros, refletindo a exploração extensiva com canaviais e pecuária. Entretanto, os dados indicam que ela pode ser considerada como mesorregião de agricultura familiar, pois apresenta, em média, apenas 1,1 UT contratada por estabelecimento. O município de Campos possui uma concentração de pessoal ocupado acima da média da mesorregião e do Estado: 64 %. Este município concentra 30 % da mão de obra contratada da mesorregião, e 11 % de todo o Estado, e é aonde se concentra a agroindústria canavieira do Estado, o que o caracterizaria como de agricultura patronal, apesar de apresentar apenas 1,0 UT de mão de obra contratada, em média, por estabelecimento.

Enquanto o Vale do Paraíba é a única mesorregião de agricultura patronal e pode ser considerada de ocupação intensiva, pois tem 4,2 UT em média de ocupação por estabelecimento, as mesorregiões Centro-Leste, Periferia do Grande Rio e Grande Rio de Janeiro são predominantemente de agricultura familiar. Ressalte-se que a Periferia do Grande Rio apresenta ocupação intensiva e a categoria de assalariados está bem acima da média do Estado. O Grande Rio de Janeiro tem baixa ocupação e alta pluratividade, influenciado pela urbanização do município do Rio de Janeiro.

I.3 - Capitalização e Renda

Tanto do ponto de vista dos investimentos realizados em 1985, quanto dos bens preexistentes naquele ano, podemos inferir dos dados do Censo que a capitalização e renda da agricultura no Estado do Rio de Janeiro são muito baixas. Apenas o Vale do Paraíba desfruta de alta renda e capitali-

A Grande Rio de Janeiro é a mesorregião responsável pelo mais baixo padrão tecnológico.

zação, pois o seu valor médio de bens e da produção é o dobro da média do Estado e o valor dos investimentos supera, em muito, a média das mesorregiões. Esta posição é reforçada quando se observa que é a região com menores valores absolutos nos indicadores, o que sugere certa eficiência dos investimentos.

A mesorregião Norte-Fluminense tem um nível baixo de capitalização em relação às demais mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, apesar de ser receptora de 30% dos investimentos e acumular 36% dos bens. Apesar de concentrar 37,5 % do total dos estabelecimentos, o valor médio dos bens e investimentos não alcança a média do Estado e nem a média e mediana das mesorregiões. Baixa também é a sua renda, apesar de atingir o maior valor de produção do Estado do Rio, pois a média do valor de produção por estabelecimento está abaixo do conjunto do Estado e da média e mediana das demais mesorregiões. Em situação semelhante de baixa renda e capitalização, a mesorregião Grande Rio de Janeiro tem sua renda agrícola em níveis baixíssimos, não alcançando nenhum parâmetro especificado.

O Centro-Leste tem uma alta capitalização, mas seu nível de renda é médio, pois situa-se sobre a mediana da distribuição das médias entre as regiões, enquanto a capitalização da Periferia do Grande Rio pode ser considerada alta, à medida que o valor médio dos seus bens e investimentos supera bastante a média das mesorregiões.

1.4 - Padrão tecnológico

Das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, a Vale do Paraíba é a que ostenta o mais alto padrão tecnológico, sendo a única a alcançar média acima de 1 Kg de defensivo por estabelecimento. Também podemos considerar a Centro-Leste como de alta tecnificação, à medida que tem o maior percentual de aplicação de fertilizantes químicos, 41% do total, alcançando desempenho bem superior à média do Estado. Estas regiões são as

de propriedades médias e pequenas mais capitalizadas e, ao que tudo indica, as que utilizam mais os insumos modernos de produção.

Num nível médio de tecnificação, incluímos a mesorregião Norte-Fluminense e a Periferia do Grande Rio. Porém, isto reflete o nível tecnológico das culturas mais tradicionais de cereais e a pecuária extensiva, o que, provavelmente, inibe este quesito, apesar de ela ser a primeira na aplicação de defensivos de origem animal e vegetal e a segunda no uso de fertilizantes químicos, em números absolutos, em relação às demais mesorregiões. A Grande Rio de Janeiro é a mesorregião responsável pelo mais baixo padrão tecnológico utilizado na agricultura do Estado do Rio de Janeiro. Suas médias de fertilizantes químicos e defensivos animais e vegetais ficam em torno de 30% abaixo da média do Estado. Este desempenho reflete sua especialização na produção de hortifrutigranjeiros para abastecer a cidade do Rio de Janeiro e sua baixa capitalização.

II - DINÂMICA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO: MESORREGIÕES E ESTADO³

II.1 - Tipologia da produção mesorregional⁴

No Norte Fluminense, a exploração da cana-de-açúcar em Campos encontra-se em plena crise, gestada longamente sob o guarda-chuva dos incentivos estatais. A extinção do Proálcool, Instituto de Açúcar e do Álcool e toda rede de proteção institucional da exploração, colocou a descoberto sua falta de competitividade em relação aos demais Estados produtores, principalmente quando comparada com a de S. Paulo. Malgrado tal quadro, a EMATER-RJ tem feito esforços no sentido de um programa de diversificação do sistema canavieiro com a introdução de fruticultura irrigada, ainda muito incipiente. Mesmo prevalecendo os tipos tradicionais, a região se destaca na produção de banana e do caju, melancia, melão e abacaxi.

O ramo de atividade agrícola foi o que perdeu o maior contingente de população ocupada.

Na Região Noroeste, a olericultura vem apresentando crescimento de rendimento, principalmente o tomate, de que já é a primeira produtora. No entanto, ainda predomina a pecuária leiteira. Esta região e o Médio Paraíba produzem a metade do leite do Estado e, via de regra praticam criatório extensivo e manejo pouco tecnificado, bem como o milho, o arroz e o feijão, apesar das quedas de safra nos últimos anos. Por fim, a mesorregião Médio Paraíba é típica da pecuária de leite e corte e tem tido dificuldades de integração com o setor agroindustrial. A pecuária leiteira tradicional desfrutou de boa presença em todas as mesorregiões, mas foi abalada com a entrada agressiva das multinacionais no mercado, aviltando os preços do produtor. No setor agrícola do Médio Paraíba, há uma predominância de produtos tradicionais em declínio: café, milho e feijão.

Na região Metropolitana, desenvolveu-se tradicionalmente o "cinturão verde" de hortifrutigranjeiros para atendimento aos mercados locais. A expansão da especulação imobiliária para as periferias empurrou estas atividades para outras regiões, como foi o caso da laranja, em Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, que, até a década de 70, era o maior produtor do Estado. Mais recentemente, o crescimento da fruticultura e da olericultura deve-se a uma bem sucedida articulação com a rede de supermercados, bares, restaurantes e hotéis, garantindo qualidade e mercado para seus produtos. É o que acontece também com aves e suínos, desenvolvidos atualmente a partir da integração com o setor agroindustrial, que vem atingindo padrões internacionais, com relevância para as mesorregiões Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba.

III - Dinâmica da população rural e da PEA rural do Rio de Janeiro

Ao contrário dos demais Estados da Região Sudeste, o Rio de Janeiro apresentou uma tendência de aceleração do êxodo rural na década de

80, com crescimento de 91% do número de pessoas que abandonou o campo, conforme indica a **Tabela 01**, sendo que, para a década de 90, os dados sobre a participação da população rural na PEA da PNAD para o quinquênio seguinte confirmam esta tendência.

III.1 - A ocupação nas atividades agrícolas e a PEA rural

No Estado do Rio de Janeiro, o ramo de atividade agrícola foi o que perdeu o maior contingente de população ocupada entre 1992 e 1995, diminuindo em 14% da ocupação em relação ao início do período, ao contrário dos ramos de serviços, que variaram positivamente. Mas houve uma variação positiva muito forte da PEA rural, em torno de 66%, conforme a **Tabela 02**, o que indica um fluxo de mão de obra para o meio rural, mas sem ocupação em atividades agrícolas necessariamente, o que indica duas possibilidades: a primeira é a formação de uma massa de adultos efetivamente sem ocupação no meio rural ou, numa segunda hipótese, essas pessoas estão envolvidas em atividades rurais não-agrícolas.

III.2 - O assalariamento rural

Pela **Tabela 03**, podemos constatar que, no período de 1992 a 1993, houve uma queda semelhante, tanto da população ocupada (PEAA) quanto da população empregada (PEAAE) na atividade agrícola, algo em torno de 14%, o que sugere uma forte retração no nível de emprego agrícola, que pode ter atingido tanto o setor familiar quanto o patronal da agricultura. Houve também um crescimento do nível de formalização das relações de trabalho, haja vista o crescimento no número de empregados agrícolas com carteira assinada. Então, dado este quadro, ocorreu uma queda no nível de emprego maior no setor formal da área agrícola, principalmente considerando-se as quedas nas áreas colhidas dos setores mais absorvedores

O principal obstáculo da agricultura familiar diz respeito à organização e sistematização dos sistemas de produção.

de assalariados: na olericultura, fruticultura, cereais e os tradicionais café e cana-de-açúcar. A crise de desemprego na zona canavieira fica evidente com o fechamento de grandes usinas.

III.3 - Atividades rurais não agrícolas e ocupação em atividades agrícolas

Pelos dados da PNAD, temos que, entre 1992 e 1995, o número de pessoas com domicílio rural variou positivamente em 2,2% (Tabela 02). O saldo líquido positivo da PEA rural do Rio de Janeiro no período denota que houve um afluxo de pessoas para o meio rural, reforçado pela variação positiva na presença de pessoas economicamente ativas no meio rural do Estado do Rio, em torno de 66%. Mas a população agrícola ocupada, como já vimos, diminuiu em 14,05%, durante 1992 e 1995, apesar de que, entre os dois últimos anos, houve ligeiro acréscimo, enquanto a população ocupada rural, ou seja, aqueles que exercem atividades agrícolas, ou não-agrícolas mas com domicílio rural, diminuiu em apenas 2,2%. Verificando-se a diferença entre os números totais destas categorias, percebe-se que, no período, houve sempre um maior número de pessoas ocupadas em atividade rural e com domicílio em meio rural do que pessoas ocupadas em atividades agrícolas. A diferença indica um contingente expressivo de pessoas com domicílio no meio rural no Estado do Rio de Janeiro, mas que pratica atividades não-agrícolas.

IV - À guisa de conclusões

No Quadro 1, sintetizamos os indicadores de desempenho, que refletem, por um lado, a heterogeneidade estrutural do desenvolvimento rural das mesorregiões e, por outro lado, a possibilidade de identificação de padrões que permitem aproximar-nos dos obstáculos e potencialidades do desempenho das mesorregiões, efetuando uma regionalização dos processos socioeconômicos

agrários do Estado, conforme o Mapa 01.

1 - Padrão de agricultura familiar consolidada articulada com um desenvolvimento urbano e industrial potencializador - mesorregião Serrana e Centro-Sul:

São regiões com um diversificado sistema de produção, onde predominam os novos e dinâmicos, altamente absorvedor de mão-de-obra e com padrões de competitividade internacional a jusante, sustentados por taxas de retorno adequadas. Esta agricultura familiar é empresarial, integrada e articulada a um entorno também ocupador de mão-de-obra, principalmente o turismo e a alta sinergia em condições de infra-estrutura produtiva, sem bloqueios quanto ao uso dos recursos naturais.

O principal obstáculo para se consolidar em definitivo é a melhoria do nível de renda, de médio para alto, e a elevação do padrão tecnológico da mesorregião Centro-Sul, além do fortalecimento do apoio institucional, com a melhoria da infra-estrutura de eletrificação e armazenagem, essenciais para manter a competitividade dos sistemas novos dinâmicos.

2 - Padrão de agricultura familiar em transição articulado com um desenvolvimento promissor - Baixadas Litorâneas:

Este é um padrão de situação intermediária, combinando elementos que podem potencializar o desenvolvimento com outros que o obscurecem. De forma positiva, tem uma tendência à predominância de consolidação da agricultura familiar, sugerido pelas boas condições de reprodução. Porém, os sistemas de produção são tradicionais, ou seja, de baixa competitividade e baixa rentabilidade, e não por motivos de tecnologia. Isto reflete uma absorção deficiente dos requisitos de consumo dos mercados de ponta, o que é reforçado pela sua pauta bastante contaminada por produtos tradicionais.

O principal obstáculo da agricultura familiar diz

A alternativa de fortalecimento para a agricultura familiar são políticas públicas indutoras da melhoria de infra-estrutura produtiva.

respeito à organização e sistematização dos sistemas de produção, apontando para a predominância de produtos novos dinâmicos para consolidar suas condições de competitividade, sob risco de enfrentar a estagnação e decadência em função da inexorável minifundização, o esgotamento de recursos naturais e a conseqüente queda da produtividade.

3 - Padrão de agricultura patronal tradicional combinada a um desenvolvimento urbano e industrial intensivo: mesorregião Médio Paraíba

É um padrão de desenvolvimento que combina a afirmação da agricultura patronal com um entorno socioeconômico absorvedor de mão-de-obra, isto é, gerador de oportunidades de trabalho não-agrícola (rurais e urbanas). Entretanto, a sua competitividade é estruturalmente baixa, porque está atrelada à predominância de sistemas tradicionais ou novos deficientes. São regiões de agropecuária tradicionalista e encilhada, não explorando adequadamente as possibilidades de alta sinergia com seu entorno, por conta do seu intenso processo seletivo.

Evidentemente, por se tratar da predominância de agricultura patronal, cabe aos segmentos familiares posicionarem-se naqueles sistemas de recente implantação, ocupando espaços através de associações e cooperativas, explorando os produtos com maior potencial e menos demandante de capitais, como a caprinocultura leiteira.

4 - Padrão de agricultura familiar extensiva em trabalho combinado a entorno inibidor - mesorregião Norte e Noroeste Fluminense

São regiões de franco esvaziamento populacional, em função da crise dos sistemas tradicionais, que não foram capazes de endogeneizar as condições de reprodução ampliada e, conseqüentemente, da infra-estrutura produtiva das unidades de produção. Dessa forma, a agricultura familiar manteve-se periférica aos sistemas produtivos, o que foi agravado por um entorno incapaz de prover alternativas de emprego e renda não-rurais. Daí

a forte emigração para outras regiões, principalmente as metropolitanas do Rio e Vitória do Espírito Santo.

Como alternativa de fortalecimento para agricultura familiar, seriam necessárias políticas públicas indutoras da melhoria das condições de infra-estrutura produtiva, principalmente uma reforma da disponibilidade das terras. Incluem-se aí as ações para melhoria dos solos e a conversão do sistema de produção pecuário tradicional, através de melhoramento de rebanho leiteiro, a organização e fortalecimento de cooperativas de laticínios, fortalecimento de um pólo de sistemas novos dinâmicos, baseado na fruticultura e olericultura irrigada, com aproveitamento racional de recursos hídricos recuperáveis e a melhoria do entorno com o alargamento da estrada BR-101.

5 - Padrão de agricultura familiar pobre mas conversível, combinada com um desenvolvimento urbano industrial intensivo - mesorregião Metropolitana

A proximidade dos mercados metropolitanos de emprego e serviços impõe a estas regiões uma situação intermediária na estrutura de pobreza, que lhe é conferida pelas incipientes condições de infra-estrutura produtiva e de reprodução ampliada da agricultura periférica. A alta sinergia que poderia conferir-lhe competitividade torna-se um empecilho para melhorar suas condições, à medida que disputa com a metropolização as oportunidades de emprego e renda de seus agentes. Enfim, o alto grau de industrialização no qual está inserida serve de atrativo para o esvaziamento da ocupação e emprego agrícolas.

Sua situação será melhor potencializada com o reforço do emprego agrícola e não-agrícola no meio rural, através do fortalecimento de seu sistema de produtos novos dinâmicos, articulado com unidades processadoras modernas de agroindústria capazes de fortalecer a diversificação de empregos não rurais.

Quadro 01
Síntese dos indicadores e padrões predominantes de desenvolvimento rural de 1985 a 1996: Mesoregiões e Estado do Rio de Janeiro

mesoregião Estado	intensidade ocupação	tipo de agricultura	propriedade dominante	nível de capitalização	nível de renda	nível de tecnicidade	sistema produção dominante	tipo sistema predominante	sinergia c/ entorno	padrão predominante
Norte Fluminense	baixa	familiar periférica	grande e média	baixo	baixo	médio	cana-de-açúcar pecuária leiteira e de corte	tradicional	baixa	ag. fam. extensiva em trabalho e entorno inibidor
Noroeste Fluminense	baixa	familiar periférica	grande e média	baixo	baixo	médio	cereais, pecuária leiteira e de corte	tradicional	baixa	ag. fam. extensiva em trabalho e entorno inibidor
Serrana	média	familiar consolidada	média e pequena	alto	médio	alto	olericultura suinocult./avic. postura, corte	novos dinâmicos	alta	ag. fam. consolidada e articulada
Baixada Litorânea	média	familiar consolidada	média e pequena	alto	médio	alto	fruticultura olericultura	tradicional	média	ag. fam. em transição articulada
Centro Sul	alta	familiar em transição	média e grande	alto	médio	médio	avicultura corte suinocultura olericultura	novos dinâmicos	média	ag. fam. consolidada articulada
Baía de Ilha Grande	alta	familiar em transição	média e grande	alto	médio	médio	pescado	tradicional	baixa	ag. familiar estagnada
Médio Paraíba	alta	patronal	média e pequena	alto	alto	alto	pecuária leiteira avicultura postura, corte, cereais	tradicional	alta	ag. patronal tradicional
Metropolitana	baixa	familiar periférica	pequena	baixo	baixo	baixo	fruticultura, olericultura, suínos/ caprinos	novos dinâmicos	alta	ag. familiar pobre em conversão
Estado do Rio de Janeiro	baixa	familiar periférica	pequena	baixo	baixo	baixo	fruticultura, olericultura, prod. animal	tradicional novos dinâmicos	alta	pobreza conversível

Fonte: Censo Agropecuário 85 IBGE

Tabela 01: Evolução da população rural 1970/1980/1991: Estados/Sudeste/Brasil

Estados/Sudeste/Brasil	variação absoluta		crescimento %
	1970/1980 (A)	1980/1991 (B)	(B/A)
Minas Gerais	-1.030.696	-440.160	-52,29
Espírito Santo	-147.455	-53.932	-63,43
Rio de Janeiro	-165.325	-315.260	90,69
São Paulo	-651.375	-570.270	-12,46
Sudeste	-1.994.853	-1.382.781,00	-30,68
Brasil	-2.487.756	-2.731.812	9,81

Fonte: Censo Demográfico / IBGE (1970/1980/1991) Elaboração: ASPTA - RJ

população	Sudeste	ES	MG	RJ	SP
	variação %	variação %	variação %	variação %	variação %
população residente rural	3,55	0,74	2,22	2,19	7,20
PEA rural	49,50	33,58	42,73	66,29	63,34
população ocupada agrícola	-8,06	-0,17	1,53	-14,05	3,30
população ocupada rural	3,04	-0,23	2,51	-2,22	6,73

Fonte: PNAD/IBGE

Tabela 03: Comparação das taxas de crescimento entre população ocupada e empregada na atividade agrícola - Período 1992/1995 -, Sudeste e Estados da região

região/Estados	população ocupada %	população empregada %
ES	-0,17	-20,78
MG	1,53	-3,65
RJ	-14,05	-14,57
SP	-3,3	-9,93
Sudeste	-8,06	-8,43

Fonte: PNAD/IBGE

6 - Padrão de agricultura familiar estagnada - Baía da Ilha Grande

Na verdade, nesta mesoregião a própria atividade agrícola é marginal, na medida que é predominantemente submetida às atividades da indústria do turismo, além de sofrer sérias limitações eco-ambientais por situar-se em meio à Mata Atlântica. Segundo informações, a maioria dos proprietários são moradores urbanos ou veranistas que, no máximo, exploram sistemas de produção para consumo próprio familiar ou produtos sofisticados que exigem maior conhecimento técnico.

V - Bibliografia

MAGALHÃES, Reginaldo S. (1997) - "Rumos do Desenvolvimento Rural Brasileiro - Região Sul" - DESER, Curitiba-PR;

MALUF, Renato, WILKINSONS, John (coords.) (1997) - "A Secretaria de Estado de Agricultura e a Produção Agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro - desempenho recente e perspectivas" - Rio de Janeiro-RJ, Convênio SEAAP/UFRRJ - CPDA, mimeog.

SANTOS Fº, Clarício (1997) - "Rumos do Desenvolvimento Rural Brasileiro - Estado do Rio de Janeiro" - Rio de Janeiro - RJ, AS-PTA / Projeto de Formação Sindical CUT-CONTAG;

SCHROEDER, Andreia (1996) - "Agricultura e o meio rural fluminense nos últimos 20 anos: uma resenha bibliográfica" - Depto de Ciências Sociais / UFF;

VEIGA, José Eli (1996) - "Rumos do desenvolvimento rural brasileiro - segunda versão do roteiro de pesquisa" - Projeto de Formação Sindical CUT-CONTAG, S. Paulo;

(1997) - "Rumos do desenvolvimento rural brasileiro - subsídios para a preparação do seminário da equipe técnica de abril/97 - Projeto de Formação Sindical CUT-CONTAG, S. Paulo;

Notas

¹ Extraído do relatório de pesquisa no Estado do Rio de Janeiro efetuada no âmbito do estudo "Rumos do Desenvolvimento Rural Brasileiro", - CUT/CONTAG -v. Santo Fº (1997), Veiga (1996).

² Aproximando-nos da Metodologia do Convênio FAO/INCRA, classificamos a participação da agricultura familiar e patronal nas mesoregiões e Estado, tomando como parâmetro 02 unidades de trabalho por estabelecimento: acima de 02 UT contratadas, consideramos como agricultura patronal. Ressalte-se que consideramos como contratados, apenas os empregados permanentes e temporários, excluindo os parceiros para não subestimar ou superestimar as categorias patronal e familiar. Em seguida, procedemos uma tipologia da agricultura familiar com base na renda dos estabelecimentos, medida pelo valor da produção: consideramos agricultura familiar consolidada com a renda acima da média e mediana das mesoregiões, transição aquelas com rendas entre as médias e medianas, e periférica as de renda abaixo da média.

³ Com o objetivo de melhor perceber potencialidades dos sistemas produtivos, apresentamos as conversões das mesoregiões utilizadas no Censo Agropecuário do IBGE, nas mesoregiões de planejamento utilizadas pelo governo estadual: Metropolitana, Noroeste, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas, Médio Paraíba, Centro Sul e Baixada da Ilha Grande.

⁴ Usamos a tipologia elaborada Maluf e Wilkinson (op.cit.:21 e 22), que toma como parâmetro "a capacidade que os vários segmentos da agropecuária fluminense possuíram ao longo do tempo e possuem, para acompanhar as inflexões, tanto no plano tecnológico quanto organizacional, do setor agroalimentar brasileiro e internacional". Assim, são tradicionais os produtos cuja prática no Estado não conseguiu acompanhar as inflexões do setor agroalimentar; tradicionais "em reconversão" vem conseguindo acompanhar com relativo sucesso as citadas inflexões; novos "com deficiências" os produtos cuja prática no Estado adquiriu relevância a partir da década de oitenta, mas que não têm obtido na sua dinamização; novos "dinâmicos" os produtos cuja prática no Estado adquiriu relevância na década de oitenta, e que têm acompanhado as inflexões do setor agroalimentar; e de implantação recente ou com potencial de implantação: aqueles produtos cuja implantação no Estado é recente.

EDUERJ

anos de aprendizagem

IVO BARBIERI

SOMANDO pouco mais de três anos de atividade contínua, a Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDUERJ) já acumula um saldo de experiências que permitem encarar, com confiança, o horizonte dos próximos anos. Começamos bastante cautelosos tendo em vista que iniciativas anteriores, todas bem intencionadas, esbarravam na proverbial descontinuidade da administração pública em nosso país, mal de que endemicamente padecem, às vezes, também nossas universidades. O *Núcleo Editorial da UERJ*, por exemplo, criado por Odilo Costa, filho, quando Diretor do Departamento Cultural no reitorado do Dr. Caio Tácito, conseguiu publicar algumas preciosidades, que continuam como raridades bibliográficas ainda hoje. Depois desse começo promissor, passaram-se três administrações sem que se vislumbrasse qualquer indício de retomada efetiva daquele primeiro trabalho editorial. Somente no final da década de oitenta, com George Kornis na chefia do Departamento Cultural, a idéia foi reativada, através do trabalho de desenterrar e pôr em circulação encalhes do acervo herdado da iniciativa Odilo, bem como da retomada na UERJ da atividade editorial que, sem maiores intermitências, prosseguiu e foi ampliada na gestão seguinte sob a direção de André Lázaro. Ao abrir em 1994, na estrutura administrativa da UERJ, um espaço destinado às atividades editoriais, o Reitor Hésio Cordeiro sinalizava com a necessidade de sua institucionalização e também com o seu caráter de continuidade e permanência. Hoje, mal escoado um triênio, pode-se dizer que a EDUERJ está consolidada, como mais uma conquista da Universidade, concebida como lugar de trabalho intelectual produtivo e calibrado em nível de altas exigências.

Tivéssemos começado do nada, certamente não teríamos em tão pouco tempo alcançado esse estágio. Além da raiz fecundante, que identificamos na recuperação da pré-história esquecida, mencionada no parágrafo anterior, calçaram a estrada desses três anos o empenho de um punhado reduzidíssimo de funcionários que fazem do idealismo profissão, motivados pela saudável pressão de uma enorme demanda de textos originários de diversos departamentos onde se faz pesquisa e se geram saberes novos. Nesses três anos, a equipe veio se profissionalizando e os inéditos, depois de submetidos ao clássico processo de triagem e avaliação, foram sendo, aos poucos, editados. Selecionar originais, editar textos e divulgar livros, *know-how* que a UERJ, até bem pouco tempo, não conhecia, agora ela o detém em nível nada inferior ao de outras similares, e, o que é melhor, totalmente desenvolvido com prata da casa. E, em vista dos benefícios que se começam colher, pode ser considerado pequeno o investimento feito pela Universidade: instalações acanhadas, modesto equipamento, número restrito de funcioná-

Editar textos e divulgar livros, *know-how* que a UERJ, até bem pouco tempo, não conhecia, agora ela o detém em nível nada inferior ao de outras similares.

os. Socorros eventuais de órgãos internos, como Departamento Financeiro, Cepuerj e Nuseg, vieram escorar, em momentos mais críticos, nosso potencial de crescimento. Hoje os resultados são bem palpáveis, tanto em termos da capacidade de produção quanto em ter-

mos dos títulos produzidos. Basta dizer que a produção atual da EDUERJ é financeiramente movida pelos recursos que ela mesma gera. Sob o ponto de vista de recursos materiais, o objetivo é alcançar, dentro de mais alguns anos, plena autonomia. Quanto ao mérito de suas publicações, ele será sempre tributário do nível de exigências e da velocidade de respostas dos setores academicamente produtivos.

Comecei traçando um percurso de viabilidade e me referi a experiências porque, sem elas, toda discussão de propósitos é pouco mais do que pura especulação, *uma roda rodando no vazio*, diria o filósofo. Mas é óbvio que uma editora universitária só faz sentido se souber cumprir com determinados objetivos que a diferenciam de todas as que competem comercialmente no mercado. A singularidade da instituição universitária não deve reduplicar nem tentar substituir funções desempenhadas por outras entidades ou instâncias sociais. Vale o mesmo para uma editora universitária. Não querendo desviar-se desse princípio, a EDUERJ vem concretamente definindo o seu perfil através da composição de um catálogo cujos títulos dão viva amostragem dos setores mais inquietos dentro da UERJ. Nem todas as áreas disseram presente ainda. E se o predomínio até aqui tem cabido às humanidades e às ciências sociais, isso talvez se deva a preferências mais arraigadas em nossos hábitos de leitura e a existência de uma camada mais espessa de textos disponíveis nessas áreas.

Sabedores da relevância do conhecimento científico e do potencial fecundador das abordagens inter e transdisciplinares, estamos à cata de textos seminais nos domínios das exatas e da investigação teórica. Nossa alça de mira aponta para ensaios de peso que, sem

afrouxar a densidade tensa da discussão acadêmica, se abram ao diálogo multidisciplinar e interessem a um público não estritamente especializado. Ao mesmo tempo, pretendemos reforçar a estante de títulos para uso didático, urgência que se impõe com mais e mais premência, dada a carência que deles padecem muitos dos nossos cursos e a dificuldade de sua aquisição por parte da maioria de nossos estudantes. O conjunto dos livros publicados contempla com destaque a linha de teses acadêmicas elaboradas por professores em cursos de pós-graduação (demanda largamente majoritária de nosso balcão). Tal predomínio é contrabalançado por uma li-

nha de documentos que interessam à pesquisa e ao estudo de questões pertinentes ao Estado do Rio de Janeiro. Completando o quadro, começa a se configurar uma linha de traduções de textos de alto nível, que visam à intensificação do diálogo com obras clássicas e com o pensamento avançado.

Essa visão analítica do nosso catálogo reforça uma perspectiva de trabalho ao mesmo tempo que define um perfil. A perspectiva visualiza, basicamente, três linhas que, acopladas, objetivam concomitantemente divulgar trabalhos produzidos pela Universidade, satisfazer ao compromisso cultural da UERJ com o Estado do Rio de Janeiro e, ponto deci-

Penso que o papel de uma editora universitária não se esgota na mera divulgação do saber produzido.

sivo, instigar a reflexão e o discernimento crítico através do debate de questões atuais e permanentes. O perfil projeta a EDUERJ no projeto dinâmico da Universidade, buscando fortalecer a matriz produtiva do conhecimento.

Penso que o papel de uma editora universitária não se esgota na mera divulgação do saber produzido, mas deva contribuir no empreendimento conjunto com vista à produção e organização do saber. Há muitas modalidades de divulgação e difusão do saber, cada vez mais poderosas e onipresentes. O próprio da vida universitária é que aqui a demanda do saber permeia todas as articulações ativas da instituição e renova a cada dia o compromisso e a motivação daqueles que fazem do estudo e da pesquisa sua principal opção de vida. Esse frente-a-frente ou lado-a-lado de pessoas postas em situação de permanente aprendizagem, pouco importando se denominados estudantes ou professores — fazem da Universidade um lugar privilegiado de encontros e trocas de experiências significativas. Aqui o que vale é a

PUBLICAÇÕES DA EDUERJ
Segundo semestre/1994
Primeiro semestre/1997

Documentação
sobre o Rio de Janeiro: 2
Didáticos: 2
Ensaios: 5
Teses: 12
Diversos: 2
Apoios:
Série Polêmica: 2
Série Clepsídra: 2
Série IMMA: 2
Diversos: 6
No prelo: 4
Total: 39

possibilidade real de alguém estar sempre se modificando, movendo-se *na* e *mo*verendo a fronteira do conhecimento. A sala de aula, o laboratório, a biblioteca, na universidade, não admitem esclerose do saber nem mentalidades ou mentes esclerosadas. Uma editora universitária vale na medida em que contribui para acelerar a voltagem desse processo revitalizador. Por isso ela não se confunde com um canal de escoamento da produção interna. O que a confinaria a um papel secundário e passivo. A sua inserção ativa no mundo acadêmico funciona como fator de perturbação de acomodamentos e de equilíbrios estáticos. Cada texto que ela publica deve, de alguma maneira, mais inquietar do que que satisfazer a quem o produz e aqueles que o lêem. Daí a inevitabilidade de um exigente esquema de seleção de originais e de uma instância inatável de decisão quanto à oportunidade de publicação, impermeável a todo tipo de injunção externa. O Conselho Editorial se constitui nessa instância que, além de definir normas e estabelecer critérios, avalia, caso a caso, o mérito editorial dos textos apresentados. Formado por notoriedades destacadas no meio científi-

A inserção ativa da editora no mundo acadêmico funciona como fator de perturbação de acomodamentos e de equilíbrios estáticos.

co e cultural, atribui-se a esse colegiado a tarefa de detectar valores singulares em sintonia com os avanços do pensamento contemporâneo. Por isso ele se constitui na peça-chave durante o processo de escolha e avaliação das obras a pu-

blicar. O ritual se processa da seguinte maneira: inicialmente os inéditos são submetidos à leitura crítica de um especialista vinculado à área que compreende o texto. Esse leitor emite parecer técnico quanto ao valor e originalidade do texto, qualidade da linguagem e existência ou não de similares no mercado. Como passo seguinte, originais e parecer são encaminhados a um Conselheiro que elabora relatório pessoal a respeito. Levada a obra à consideração do Conselho, o plenário decide com base nos elementos reunidos e sistematizados pelo relator. O plenário trabalha com quatro hipóteses, que podem endossar ou não o parecer do relator: a) aprovar a publicação; b) recomendar mudanças no texto; c) solicitar parecer técnico suplementar; d) desaprovar a publicação. No caso de teses, pode surpreender a algum colega o fato de nem sempre a avaliação do Conselho coincidir com a de bancas examinadoras de trabalhos acadêmicos. Mas é assim mesmo. Trata-se de momentos distintos, com objetivos distintos. Dissertação ou tese apresentada e aprovada como parte de requisitos para obtenção de títulos acadêmicos, mesmo quando cumpre com ex-

celência o fim a que se destina, pode não reunir condições suficientes à sua publicação em livro. Recorte muito delimitado do *corpus* considerado, linguagem limitada a círculo restrito de iniciados, discussão metodológica fechada sobre si mesma etc., qualidades às vezes recomendáveis numa tese, tornam-se fonte de limitações que podem e de-

vem até recomendar o texto para a publicação em periódico especializado, embora não seja ainda o caso de aconselhar a sua edição em livro. Há também trabalhos que, além de levantamento e sistematização bibliográfica, não

acrescentam dados novos, idéias originais nem descem à pesquisa de campo ou a estudo de casos e, por isso, a sua publicação pode não ser recomendada. Desnecessário insistir no ponto de que o livro, mesmo quando não visa a um público maior, é sempre feito para um número de leitores, necessariamente maior que o círculo de amigos e conhecidos do autor. A Eduerj, por sua vez, não possui antenas capazes de detectar leitores disponíveis num futuro mais ou menos remoto, como fizeram com ironia e talento um Stendhal e um Machado de Assis. Objetivamente, trabalhamos com critérios de aferição internacionalmente consagrados. Na situação em que nos encontramos, não podemos fazer mais do que lamentar que gênios inéditos sejam ainda mal compreendidos por seus contemporâneos.

Após o trabalho de seleção, avaliação, editoração e impressão, o livro enfrenta a barreira da distribuição. Nessa etapa, apesar das dificuldades decorrentes não somente da condição de editora de títulos destinados ao circuito acadêmico, mas também da fragilidade do sistema de distribuição de livros no Brasil e da inexistência de uma sólida rede de livrarias e da raridade quase folclórica de bons livreiros, mesmo assim os nossos títulos chegam às principais cidades do centro-sul do país. Por outro lado, a participação em eventos como A Bienal do Livro, congressos e reuniões como os SBPC, ANPOCS, ANPHU, ABRALIC e outros tem viabilizado o contato direto da editora com professores, pesquisadores, estudantes e público em geral. Além dos naturais ossos do ofício, roemos ossos mais duros a que estamos sujeitos nas tarefas do dia-a-dia, como é a situação de carências vividas hoje pelo setor público e, especialmente, pela universidade brasileira. Tanto a interrupção como o atraso no

repasso dos recursos provenientes do Estado, quanto a obtusidade míope de determinadas instâncias burocráticas que, inclinadas à paralisia, parece esmerearem-se na arte de esfriar entusiasmos, e viram pedras enormes no nosso caminho. Mas, em vez de lamúrias e protestos, ambos inócuos, forçamos passagem fazendo avançar o nosso projeto. Mesmo o bloqueio de nossos parques e penosamente amealhados recursos, determinado várias vezes este ano por decisão kafkeana de algum juiz pouco esclarecido, tem conseguido nos imobilizar, já que a fornada de títulos que estamos lançando é a mais compacta

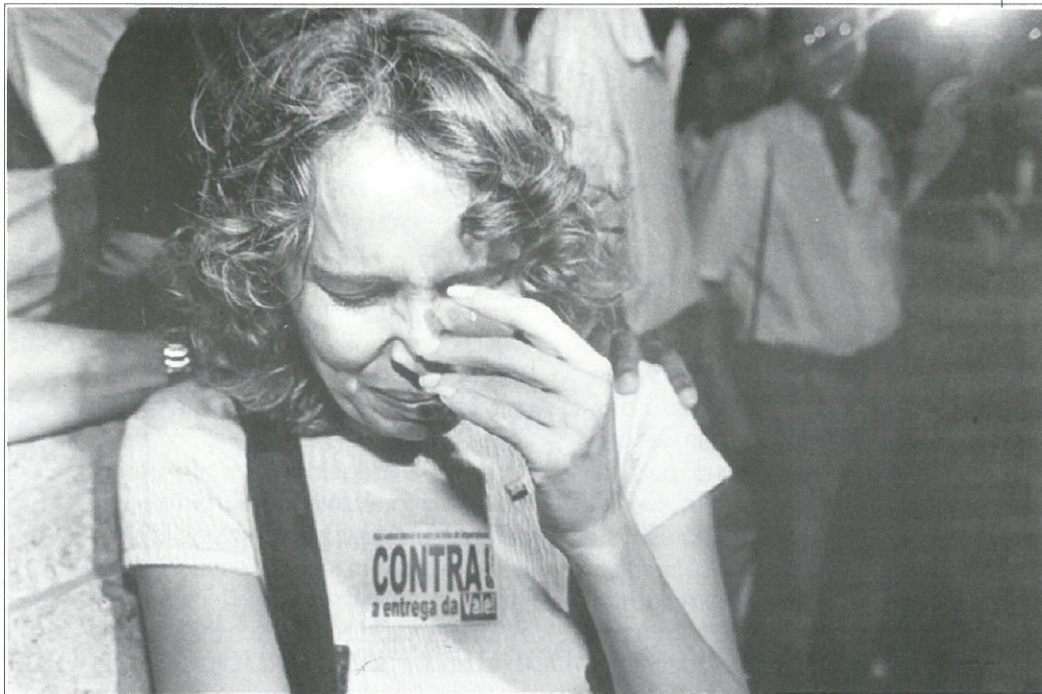
Em vez de lamúrias e protestos, forçamos passagem fazendo avançar o nosso projeto

de todo o nosso percurso. A EDUERJ ousa o futuro. No momento, estamos investindo nas obras físicas de novo espaço, cuja inauguração prevista para o próximo semestre apresentará instalações compatíveis com o volume de atividades já atingido e com a expansão que se impõe. Integram o projeto uma livraria-demonstração de obras universitárias e o redesenho do espaço que irá abrigar administração, editoração, revisão, arte final fazendo com que a produção do livro se estenda do preparo dos originais até o fotolito, tudo levado a cabo dentro da própria editora. Isso que vem sendo alavancado com os nossos próprios recursos e com o decidido apoio da prefeitura do *campus*, projetará a EDUERJ em outro patamar, fazendo-a ingressar na história de sua maioridade.

O Brasil foi lesado com a venda da Vale

ENTREVISTA
Luis Pinguelli Rosa e Celso Mello

Foto BERG SILVA



Rafael RODRIGUES
Renata WERNECK
Marcelo BESSER
SUPERVISÃO Lilian NABUCO

A

FALTA de esclarecimentos à opinião pública através da imprensa contribuiu para que o país fizesse um dos piores negócios de sua história

Um número considerável de figuras de projeção nacional manifestou-se contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce, denunciou a falta de consistência dos argumentos do governo e a subavaliação da maior exportadora de ferro do planeta, e uma das quatro maiores do mundo.

Durante o processo de privatização, o Governo Federal cometeu uma série de irregularidades. Entre elas, omitiu a justificativa da venda no edital de privatização, limitando-se a reproduzir o artigo 1º da lei 8.031, que regulamenta o Programa Nacional de Desestatização. Este artigo, em meio a muita doutrinação privatista, determina que a venda de estatais deverá "contribuir para a redução e melhoria do perfil da dívida pública". No entanto, apenas R\$ 200 milhões da dívida foram abatidos com o total apurado na privatização da CVRD. Seriam necessárias 86 Vales para pagar os 282 bilhões devidos pela União.

Esta e outras ilegalidades, apontadas na liminar que impediu o primeiro leilão da Vale, não foram satisfatoriamente divulgadas pela imprensa brasileira, como esclarecem o jurista Celso Bandeira de Mello e o diretor da Coppe/Ufrj, Luís Pinguelli Rosa, nossos entrevistados.

O dano causado à nação é irreparável. Durante o episódio, nossa mídia, que deveria estar atenta aos abusos e desvios do poder, comprovou sua falta de compromisso com o país, e demonstrou ser cúmplice do Governo Federal e de sua política econômica. Fato que ficou evidente na parcialidade dos editoriais, que desqualificavam todas as vozes que se levanta-

taram contra a venda da Companhia, na edição tendenciosa e na falta de investigação sobre algumas questões que poderiam ter mudado os rumos da privatização. O pior é saber que isto foi só o início, pois ainda serão vendidas a Eletrobrás, a Embratel, a Petrobrás...

Luís Pinguelli Rosa foi coordenador do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, convocado por deputados que se opunham à venda para analisar o relatório de avaliação da Vale feito pelo Governo. Ao fim do trabalho, o GAT orientou o Governo a somente desestatizar, agora, os direitos de mineração completamente pesquisados e conhecidos, e que serão utilizados em no máximo, por exemplo, 30 anos. Ou seja, deveriam ser incluídos na transação os direitos de mineração passíveis de uma criteriosa valoração. Esta medida, juntamente com a manutenção do controle da União sobre o sistema ouro, e apoio financeiro do BNDES, poderia permitir a curto prazo a descoberta de novas jazidas, que trariam novos lucros para o país. Isto porque foram consideradas frágeis as supostas garantias criadas pelo governo, baseadas na emissão de debêntures pela CVRD, para obter participação nos lucros dos recursos minerais que viessem a ser explorados. Esta comissão denunciou, ainda, que o governo admitiu como verdadeira uma avaliação tendenciosa das reservas de recursos minerais da Vale. Para Pinguelli, metade foi entregue de graça.

Celso de Mello é co-autor e relator da ação que obteve a liminar que adiou o leilão, e, embora poucos saibam, esta ação ainda está em trânsito na Justiça. Apesar de denúncias e processos judiciais como estes, as vozes da imprensa calaram logo após o leilão, e ficaram devendo esclarecimentos sobre os rumos da empresa.

Com a palavra, os entrevistados.

1. Na revista "América", de junho, os diretores da empresa que compõe o consórcio liderado pela CSN, que arrematou 41,7% do controle da CVRD por U\$ 3,3 bilhões, em sua primeira fase, se revelaram exultantes com "o grande negócio" que fizeram. E o Brasil, fez um bom negócio ou foi lesado?

Pinguelli - O Brasil não fez um bom negócio. Poderia haver formas mais inteligentes e mais efetivas de atrair capitais, associando a Vale, em algumas de suas operações, com empresas estrangeiras, como já vinha sendo feito. O exemplo da Cemig está aí, ela arrecadou mais de um bilhão de dólares apenas abrindo a empresa para um grupo americano que se associou, sem que o Estado de Minas Gerais perdesse o controle da empresa. O governo poderia ter feito o mesmo em relação a Vale. Mas preferiu seguir uma orientação de inspiração ortodoxa, atendendo a pressões internacionais a que o presidente não soube resistir.

Celso de Mello - O BNDES fez uma avaliação apenas dos bens conhecidos. Portanto foram vendidas, pelo preço do avaliado, riquezas que não foram sequer avaliadas, mas que se sabe que existem. Cinquenta por cento foi dado de graça. Então eu diria que o Brasil foi gravissimamente lesado. Ele fez um péssimo negócio.

2 - Qual o seu sentimento, como cidadão brasileiro, quando esgotaram-se todos os recursos jurídicos para evitar o leilão, e se consumou a venda?

Pinguelli - Eu estava tão envolvido no debate que só poderia ter um sentimento depressivo. Ao menos conseguimos denunciar um processo que envolvia a companhia Merrill Lynch* (avaliadora da Vale), associada à Anglo American (uma das candidatas à compra) na África do Sul. Fizemos nosso papel, mas não tivemos forças políticas aliadas suficientes para deter a firme determinação do governo de levar adiante o processo, custasse o que custasse. Além

disso, também esbarramos na debilidade da justiça brasileira quando se trata de grandes interesses econômicos ou da pressão do poder executivo federal.

* Nota do redator: A empresa Merrill Lynch é a mesma que deu prejuízo de 172 milhões de dólares à estatal chilena de cobre Codelco, e a mesma que, na privatização da empresa de petróleo argentino, YPF, reduziu as reservas declaradas do mineral de 2,2 bilhões de barris para 1,7 bilhão, até que fosse consumada a venda (Cadernos do Terceiro Mundo, nº 199).

Celso de Mello - O meu sentimento, como cidadão, foi de frustração e decepção.

3 - Quais as irregularidades cometidas pelo governo FHC que os senhores consideram mais graves, durante todo o processo de privatização?

Pinguelli - Mostramos que fisicamente as reservas e recursos minerais eram maiores, pelos dados científicos e técnicos disponíveis. Entretanto, o governo concordou com a redução de um volume físico muito grande, e acabamos dando de presente uma parte muito grande dessas reservas.

4 - Qual a análise que fazem do comportamento da mídia com relação às irregularidades cometidas durante o processo de privatização (ver quadro da p.101), comparando a forma, quase sempre sensacionalista, com que ela tem tratado os desvios e a corrupção do poder público?

Pinguelli - O problema da mídia não é apenas o sensacionalismo, isso é um defeito menos grave. O problema maior é a adesão em geral aos interesses dos grandes grupos econômicos e à ideologia do chamado neoliberalismo, fazendo um papel idêntico ao que ocorria no stalinismo da ex-União Soviética, onde havia um credo, religiosamente seguido, e os fatos eram distorcidos para se adaptarem às interpretações feitas de acordo com esse credo. O que a mídia faz no Brasil é distorcer fatos para se adaptar ao credo do neoliberalismo, dos

O problema da mídia não é apenas o sensacionalismo. O problema maior é a adesão em geral aos interesses dos grandes grupos econômicos.

grandes interesses que prosperam à sombra do processo. Isso é deplorável, e eu acho que pior ainda são os jornalistas que profissionalmente se degradam como intelectuais que deviam, acima de tudo, respeitar a verdade, divulgá-la e não distorcê-la.

Celso de Mello - Para ser bastante sincero, o juízo que eu faço da mídia é o pior possível. Considero que ela está simplesmente comprometida com seus próprios interesses, e não com os interesses de bem informar o público. Interesses econômicos. Existe e sempre existiu uma aliança no seio das camadas dominantes, e é claro que ela inclui a imprensa.

O fato da imprensa estar defendendo isso tudo pode ser um sinal do seu baixíssimo nível. Mas é sobretudo fruto de um gênero de interesses que são os mesmos das camadas dominantes, nas quais os donos da imprensa se enquadram perfeitamente. Por que Fernando Henrique é tão bem quisto? Porque ele é o porta-voz do pensamento conservador na esfera política.

Freqüentemente, o repórter é interessado e gostaria de fazer uma matéria maior e mais conseqüente. Quando chega na redação, a história muda. Ele é obrigado a modificar tudo. Sempre, inevitavelmente.

5 - Como os senhores avaliam as justificativas dadas pelo governo para a privatização, sintetizadas nas seguintes frases:

a . "A Vale é boa para seus funcionários mas não é boa para o Brasil".

Pinguelli - O governo procura sempre fazer esta distinção. O pior é que o governo assume agora que a Vale é boa para seus controladores. O que me interessa isso? Os funcionários da Vale são mais brasileiros, ou pelo menos correspondem a um número maior de brasileiros do que esses grupos controladores, mui-

tos dos quais são internacionais, e sempre defendidos pelo governo. É uma questão de entender o que são os brasileiros. Os funcionários da Vale não controlavam a companhia. Quem tinha esse controle era o governo brasileiro. Se o governo não sabia defender os interesses do Brasil, tanto pior para o Brasil, que elegeu mal seus governantes.

Os privilegiados não são os empregados das estatais. Estes podem ter privilégios que devem ser eliminados. Mas vamos começar eliminando o verdadeiro privilégio, o dos proprietários da grande burocracia, da tecnocracia que está no governo ou nas empresas privadas. Estes, aliás, pulam de um para o outro, servindo em geral aos interesses privados quando no governo.

Celso de Mello - O Estado cumpriu uma função de absorção de mão-de-obra que não se alocava por insuficiência de desenvolvimento do setor terciário. Só depois do desenvolvimento do setor foi possível rever a questão do funcionalismo, mas, no princípio, era preciso absorver este material humano. Entende-se que o nosso funcionalismo não nasce com um propósito de eficiência e sim de excedente de mão-de-obra. «Só a partir de Getúlio Vargas é que se faz um investimento de qualidade no funcionalismo público - escolas de formação, etc -, mas que acabaram não respondendo devido aos propósitos políticos.

b . "Jazidas e produção de minério não são estratégicas"

Pinguelli - O governo vê a estratégia apenas ligada à questão financeira. Uma vantagem comparativa do Brasil é ter recursos naturais e a Vale era uma empresa estratégica, porque a partir dos recursos naturais montou uma rede no mundo, era uma multinacional brasileira. Verdadeiramente era a única que tínhamos. Alguns minerais são estratégicos, outros menos, e ainda outros poderão vir a ser no futuro. Mas o

Para ser bastante sincero, o juízo que eu faço da mídia é o pior possível.

que era estratégico mesmo era a Vale. É esta a burrice dos economistas do governo. São realmente pessoas ignorantes em tecnologia. Estratégico para eles é aquilo que os grupos financeiros definem. Eles perderam a noção do Brasil.

Celso de Mello - O Brasil é a maior província mineral do mundo. As grandes potências dependem de recursos minerais externos. Os EUA dependem em cerca de 90%, a Europa também, e o Japão depende em 100%. Isso significa que a posição do Brasil em uma economia globalizada, para as negociações externas, era excelente, quando detinha o controle da Vale do Rio Doce.

Eu sou contra a privatização da Vale e da Petrobrás porque acho que são estratégicas. Riquezas de subsolo não podem passar para as mãos de estrangeiros. Eu prefiro vê-las insuficientemente administradas. Dizer que a Vale não é estratégica é um disparate em último grau. Quando o mundo inteiro tem necessidade de minerais e uma empresa detém esses minerais, é um absurdo dizer que ela não é estratégica. O que é básico para o desenvolvimento da civilização é estratégico, e os minerais o são.

c. "A lucratividade da Vale é medíocre, comparada às três maiores mineradoras do mundo". FHC não confunde governo com Estado quando sustenta que a Vale não rende nada para o governo?

Pinguelli - Esta confusão entre governo e Estado tem sido sistematicamente cometida. O Estado é permanente, o governo é transitório. A Vale fazia investimentos de caráter social em diversas regiões do país. Estimulou o desenvolvimento em áreas de engenharia e tecnologia, gerou empregos. Gerar empregos é estratégico, é mais importante do que gerar algum lucro, que é apropriado sem definição de sua destinação. Falta ao Brasil empresários que tenham uma visão de desenvolvimento do país, como tinham

Falta ao Brasil empresários que tenham uma visão de desenvolvimento do país, como tinham o Rockefeller ou Henri Ford

o Rockefeller ou Henri Ford, nos Estados Unidos. Aí, sim, o lucro é benéfico porque gera investimentos. Quando temos empresários especuladores ou grupos financeiros instalados mundialmente, o lucro simplesmente vai para a ciranda financeira internacional, e pouco importa o desenvolvimento do país. Eu sou a favor do lucro, sou a favor que a Vale dê lucro para reinvesti-lo, para desenvolver ao estilo das grandes corporações multinacionais dos japoneses, dos americanos e dos europeus. Isso que está acontecendo aqui no Brasil não tem nada a ver com esse tipo de lucro.

Celso de Mello - A Vale é uma empresa muito bem reputada internacionalmente, era uma exceção nos nossos modelos. A Vale dava lucro e dentro dos padrões internacionais era altamente eficiente.

6 - Vocês acreditam que existam razões não claramente reveladas que tenham motivado a obstinação do governo em vender a Vale a todo custo?

Pinguelli - A venda da Vale não foi exclusivamente uma decisão interna do país, foi tomada sob pressão de algum tipo de compromisso do governo FHC com grupos internacionais. Ou em troca de financiamento de campanha ou de apoio para a negociação da dívida externa. A história um dia revelará isso, será um assunto de brasilianistas que vão abrir os arquivos do Congresso Americano e contar, daqui a 15,

20 anos, qual foi a tramóia.

Celso de Mello - Esse episódio da Vale tem que ser visto dentro de um contexto mais amplo. Quando o governo FHC assumiu, falava-se muito em reformas. E as reformas a que se referiam eram fundamentalmente as reformas tributária e previdenciária. Quais foram as reformas que o Governo fez? Uma foi para acabar com o conceito de empresa brasileira de capital nacional e para permitir a exploração do subsolo brasileiro por estrangeiros; outra foi para flexibilizar o monopólio estatal do petróleo; outra foi para

SUMA SÍNTESE DOS ARGUMENTOS CONTIDOS NA AÇÃO POPULAR

1. A lei nº 8.031 exigiu expressamente no artigo 12, "para salvaguarda do conhecimento público" das condições de alienação do controle da empresa que diversos dados fossem a ele divulgados mediante, publicação no Diário Oficial da União e em pelo menos dois jornais de "notória circulação nacional".

1ª ILEGALIDADE

O BNDES os publicou no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro (tiragem de 50 mil exemplares) e na Gazeta Mercantil (105 mil). A Folha de SP, por exemplo, tem tiragem de 550 mil nos dias úteis e 1 milhão e 100 mil aos domingos. Em segundo e terceiro lugares em tiragem vem o Estado de São Paulo e O Globo, respectivamente. Em quarto vem o Jornal do Brasil, com 180 mil exemplares por edição, superando em 80% a tiragem daquele que tem a maior entre os dois eleitos para a publicação do edital. Acresce que ambos não são encontrados com facilidade em qualquer banca ou fora do Rio de Janeiro.

2ª ILEGALIDADE

Os jornais escolhidos são dirigidos a público específico, qualificado, tendo viés direcionado, pelo que não cumpre a função de atingir o público em geral, que, em sua maioria, sequer os conhece de nome.

3ª ILEGALIDADE

O artigo 12 da lei exige que conste do edital a "justificativa" da privatização. O edital não ofereceu justificativa alguma. Limitou-se a mencionar o artigo 1º da lei, o que, não justifica a venda.

4ª ILEGALIDADE

Não houve motivo econômico ou estratégico para a privatização da Vale. Não havia motivo econômico porque o preço mínimo, apuraria nesta 1ª fase cerca de 3 bilhões, e no total, terminado o processo de alienação, que tinha mais duas fases, admitia algo ao redor de 5 bilhões. A Vale não causa nenhum dispêndio a União, ela não custa nenhum único centavo a União hoje. Em 96 a Vale teve um lucro líquido de 608 milhões. Com uma perspectiva de elevação neste ano e no sucessivo já comprovada. Então, esses 5 bilhões são ridículos diante de montantes que a União mobiliza à vontade para outros fins. Mais de 20 bilhões para o Proer, mais de 24 bilhões só para a dívida interna que é superior a 130 bilhões, e a dívida externa é mais do que 240 bilhões, portanto não havia um motivo econômico.

Também não havia motivo estratégico, pois é extremamente arriscado, e a história dos países árabes nos mostra isso, comprometer com interesses externos riquezas que estão no subsolo. E é por isso que a

Constituição Brasileira, até a chegada de FHC, proibia que o subsolo brasileiro fosse explorado por estrangeiros.

5ª E MAIS ESPANTOSA ILEGALIDADE

O BNDES fez uma avaliação dos bens conhecidos, mas não foi feita a alienação dos demais. Portanto a Vale foi vendida pelo preço do avaliado, riquezas que não foram sequer avaliadas, mas que se sabe que existem. O que se fez foi a avaliação das ações, mas não entrou na contabilização aquilo que é o resultado de pesquisas, que se sabe que existem, mas não se traduzem em nada em termos econômicos. 50% foi dado de graça

6ª ILEGALIDADE

O edital previu alteração do preço mínimo. Tal informação não pode constar de edital algum, pois pode favorecer informação privilegiada, ainda que não ocorra.

7ª ILEGALIDADE

O edital prevê ações com poderes especiais para a União ("golden share"). No entanto existem limites para poderes especiais previstos na lei de S.A. O que exceder, como excedidos estão, é nulo, por descumprir a lei, já que o edital não tem poder legislativo. Logo os compradores das outras ações podem reduzir a pó estes poderes, anulando-os judicialmente.

ASSINAM ESTA AÇÃO:

Celso Antônio Bandeira de Mello

Prof. Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da PUC/SP.

Goffredo da Silva Telles Junior

Prof. Emérito da Faculdade de Direito da USP.

Dalmo de Abreu Dallari

Prof. Titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da USP

Fábio Konder Comparato

Prof. Titular de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP

Eros Roberto Grau

Prof. Titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da USP.

Sérgio Sérvulo da Cunha

Advogado.

Weida Zancaner

Professora de Fundamentos de Direito Público de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da PUC/SP.

Américo Lourenço Masset Lacombe

Juiz aposentado do tribunal Regional Federal da 3ª Região e ex-presidente daquele Tribunal.

flexibilizar as telecomunicações; outra foi para permitir que a navegação de cabotagem e interior pudesse ser feita por navios de bandeira estrangeira. Portanto, as quatro reformas foram para atender aos interesses internacionais e as quatro passaram sem grande alarde, no dia 15 de agosto do 1º ano de governo de FHC. Aí encontramos uma pista do que houve por trás da venda da Vale. Este governo, a meu ver, veio para servir a interesses internacionais, ele já cumpriu o papel dele e eu não acredito mais em nenhuma reforma, a não ser epidérmica. O que interessava ao capital estrangeiro já foi feito. A Vale foi simplesmente a aplicação prática de uma dessas quatro reformas. Ele está simplesmente atendendo a interesses internacionais, talvez seja pagamento de campanha.

7 - O governo afirmou que a privatização foi discutida e aprovada pelo Congresso, que foram consultados os meios científicos competentes, com larga difusão dos dados, e com tempo adequado para o debate. Vocês concordam com esta declaração do governo, considerada a grandeza da Vale e sua importância para o país?

Pinguelli - Não. Nós conseguimos forçar a porta do BNDES com a Comissão Externa da Câmara e a assessoramos na Universidade. O povo e os cientistas brasileiros estavam alheios a isso tudo. Nós fizemos o papel de divulgar e, por isso, acabamos até processados pelo BNDES. Portanto, essa afirmativa é uma mentira. Quanto ao Congresso - pobre Congresso brasileiro! - é composto de castrados, de eunucos, de pessoas que infelizmente, em grande parte, não dignificam o que deveria ser um parlamentar, um representante do povo eleito democraticamente.

8 - Como os senhores avaliam o papel do Judiciário que, diante da guerra travada pelo batalhão de advogados da União, cassou todas as liminares que tentaram impedir o leilão? O Governo afirmava, amparado na mídia, que o Judiciário tinha interesses políticos em suas intervenções quando concedeu liminares contra a privatização. Os senhores concordam com esta afirmação?

Pinguelli - Não. O que eu concordo é que as instâncias da justiça, à medida que sobem, tornam-se mais prisioneiras das pressões do governo pelo carreirismo dos juizes, e até, talvez, por alguns interesses inconfessáveis que

nós não sabemos quais são. O que fica claro é que eles nunca julgam contra estes interesses. Isto é triste e também denigre o Poder Judiciário e os juizes que não justificam a independência que têm no exercício de uma missão tão nobre quanto é a de magistrado.

Celso de Mello - Eu não faço a menor idéia em que o governo se baseou para dizer que o judiciário tinha intenções políticas nas suas intervenções, nas liminares. Foi em função deste tipo de gratuidade que se falou em "desespero de causa". Acho que eles se assustaram muito, porque houve cinco confirmações da liminar. Foi impressionante. Portanto, não poderia dizer que o Judiciário agiu mal, de jeito nenhum. O comportamento da Justiça Federal de São Paulo, por exemplo, foi impecável.

Eu ainda não estou seguro de que essa guerra foi perdida. A ação ainda não foi julgada. Pode decorrer o tempo que for, enquanto ela não tiver sido julgada, é possível anular a venda. Certamente, o governo terá que pagar uma indenização brutal para os compradores. Por outro lado, acho muito difícil não anular. Eu não saberia o que fazer se fosse o juiz, mesmo se quisesse estar do lado do governo. Por isso é que foi surpreendente o ato do ministro suspendendo a liminar que impediu o primeiro leilão.

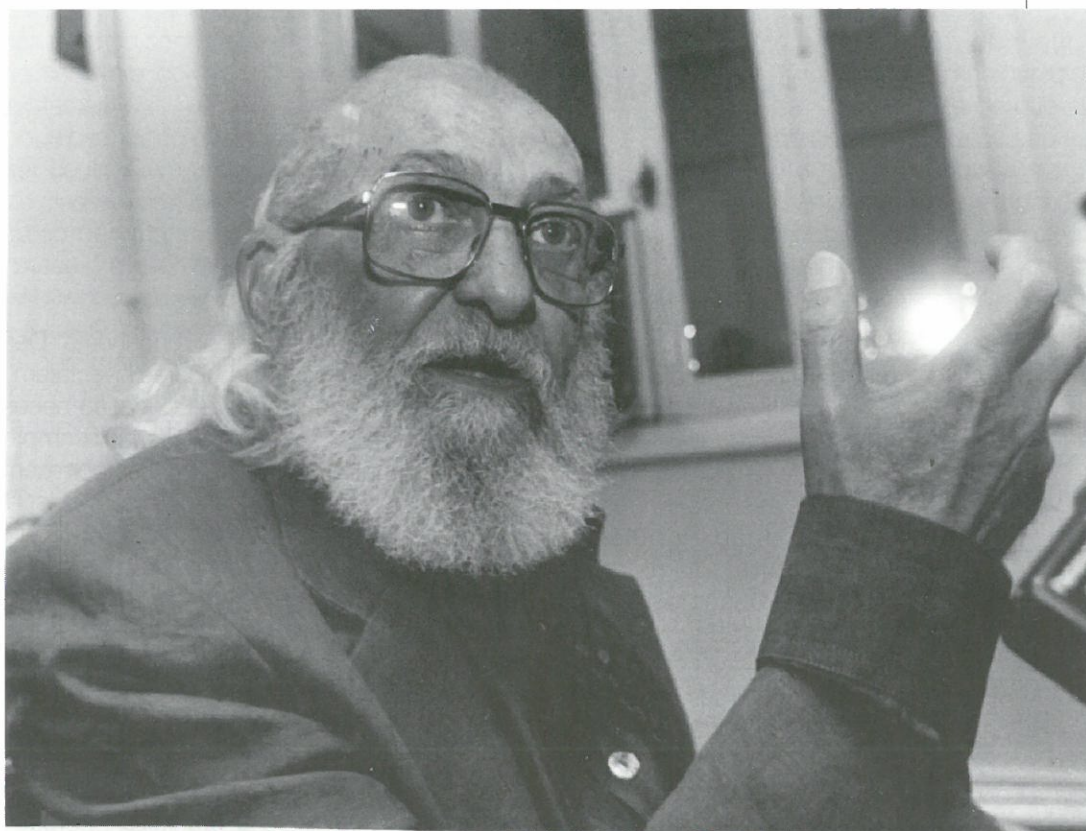
9 - Com o fim de algumas restrições legais, os investimentos na empresa subiram, de US\$ 10 milhões em 95, para US\$ 100 milhões em 96. No entanto, o governo afirmou que "as leis que regem as estatais são rígidas demais e impedem que a empresa tenha todo o dinamismo exigido pelo mercado". Que leis são estas que não podem ser modificadas e que não impedem que a Vale atraia parcerias e investimentos nacionais e estrangeiros?

Pinguelli - A lei 8666, por exemplo. Trata-se da única coisa correta que está escrita em todas essas afirmações do governo. De fato, as estatais não têm flexibilidade de ação, por culpa do próprio governo, que patrocina essas leis extremamente burras, aliás apoiadas por setores da oposição que pretendem assim moralizar o serviço público, mas acabam não moralizando nada e engessando a ação dessas empresas. Aí, junta-se a burrice da esquerda com a desonestidade da direita.

Educação popular, neoliberalismo e liberdade, segundo Paulo Freire.

ENTREVISTA

Foto BERG SILVA



Entrevista concedida, em 06/10/95, a
Plínio Marcelo Decaro SILVEIRA
Graduando da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / UERJ.

A entrevista com o professor Paulo Freire foi realizada no dia 06 de novembro de 1995, no Hotel Novo Mundo, Aterro do Flamengo, por ocasião da entrega da medalha Pedro Ernesto, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao mesmo. Ela fez parte de um trabalho de Filosofia da Educação, cujo tema era Educação Popular. O grupo de trabalho foi composto pelos alunos: Andréa Almeida, Betania de Souza, Luís Ferreira, Marize Moreno, Plínio Silveira e Viviane Rocha.

PAULO FREIRE concedeu a presente entrevista durante sua estada no Rio, quando recebeu a medalha de Mérito da Assembléia Legislativa. O assunto principal era Educação Popular e Paulo Freire foi mais além, tratando também de assuntos como o neoliberalismo e a liberdade.

Plínio: Nos estudos que estamos desenvolvendo para o trabalho de "Educação Popular", nós podemos notar que, desde a Idade Média, a Educação tem sido dualista. A seletividade social gerou, de certa forma, a Escola, porque precisava instruir e formar. Ainda hoje essa realidade persiste no Brasil. Como o senhor vê a questão de uma escola instruindo e uma escola formando, nos dias atuais?

Paulo: Olha, eu acho o seguinte: em primeiro lugar, em época nenhuma a Educação foi

uma prática neutra. Em época nenhuma! Desde que os homens e as mulheres inventaram o processo de educar, que a Educação necessariamente já não era neutra. E é fácil compreender este fato, se a gente pensar, por exemplo, na natureza diretiva da educação. Quer dizer, toda a prática educativa transcende a si mesma. Não há prática educativa que não tenha sujeitos, não há prática educativa que não tenha objetos, conteúdos que mediatizem o sujeito que ensina e o que aprende, não há prática educativa que não tenha métodos, que não gere processos, que não peça técnicas materiais, elementos auxiliares no processo de ensinar e de aprender. Não há prática educativa que não entranhe uma certa "boniteza". Porque a prática educativa é, em si, artística e estética. Por isso eu sou tão radical nisso, que não aceito a frase célebre, que é título de um livro famoso dos anos 50 - "A Educação através da Arte". Para mim a Educação já é em si mesma uma experiência estética, como é também, em si, e como precisa ser, em si, uma experiência étic-

ca. Mas tudo isso ainda não basta, porque toda a prática educativa envolve necessariamente sonhos, objetivos, utopias. Quer dizer, toda prática educativa ultrapassa aquilo que poderia parecer o seu limite, e se dirige até o que a gente chama tecnicamente de "diretividade da prática educativa". Ora, o sonho do educador é exatamente o que proíbe que esse educador seja neutro. Você já imaginou que tipo de professor seria eu se viesse dar uma aula sobre, por exemplo, Caminhos da Educação, Aspirações Pedagógicas, e não brigasse - não de murro, nem de palavreado - mas se eu não brigasse com a própria prática para convencer os alunos sobre o que eu acho que é válido? E se eu, ao ser professor, não me preocupasse com a validade ética, estética, política do meu sonho? Eu deveria ser outra coisa! Então, é exatamente isso o que não me pode permitir, como educador, ser neutro. Com a sociedade de classes, ou com a inauguração de uma sociedade de classes, evidentemente que isso ficou mais visível ainda. A Educação de classes é aquela que marca exatamente a ideologia dominante com relação a acomodação dos educandos a essas ideologias. Nesse sentido é que eu quero discutir com você. Você me perguntou sobre uma escola que instruiria, e uma outra que educaria. Eu não concordo com isso, em função da separação que é feita. Para mim, não há instrução que não implique uma certa formação, uma certa educação; e não há educação que não implique numa certa "instrucionalidade". Agora, o que pode haver é uma preponderância de determinados interesses, e aí é o que você vai ver, a ideologia por trás, comandando as preferências do educador e do sistema.

Plínio: Então, na sua opinião, Instrução e Educação são complementos?

Paulo: São. Porque, na verdade, toda instru-

ção implica numa certa educação. No fundo são dois momentos, duas faces de uma mesma moeda. Portanto, essa análise tem a ver com a sua observação. Uma escola de favelas, por exemplo, seria uma escola puramente instrutiva. E uma escola de Copacabana seria uma escola formativa. Eu acho que não! E, no caso brasileiro, ambas estão sendo pouco formativas e pouco instrutivas. Para mim, a classe dominante, os meninos da classe dominante estão aprendendo a dominar dentro de casa, na relação hierárquica de pai para filho, de pai para empregado. Não há escola melhor para uma criança da classe dominante do que assistir e observar a relação da mãe dela com a cozinheira da casa dela, e é aí que ele sai "pedagogo", professor, formado e diplomado em dominar.

Com isso, eu não quero dizer que a escola de que ele precisa como classe não esteja aí para receber o *status*. Ele vai precisar de conhecimentos científicos, que ele inclusive tem facilidade de obter por suas condições de classe, e não por sua inteligência. Então, vou fazer um pequeno discurso, que, mesmo que aparentemente saia do núcleo central da sua pergunta, vou tentar responder globalmente.

Em primeiro lugar, sempre que estejamos pensando em educação para meninos, para jovens, uma educação para a classe dominadora ou para a classe dominada, acho que a gente deve ter perguntas prévias. Por exemplo: Como a sociedade, cujo modelo de educação a gente questiona, está vivendo a experiência da globalização da economia, que implica uma série de outras globalizações? Que temas fundamentais as revoluções tecnológicas colocam para nós, neste fim de século e de milênio?

Hoje, diante de tudo isso que a gente vive, eu continuo a falar em educação progressista e educação reacionária. Porque eu não aceito a ideologia neoliberal que vem comandando o mundo, que vem se espalhando pelo mundo

Não há escola melhor para uma criança da classe dominante do que assistir e observar a relação da mãe com a cozinheira

com essa força enorme. Eu viajo muito e sinto isso. Converso com companheiros, intelectuais de outros países. É uma invasão avassaladora. Eu não concordo, não aceito a ideologia que está imbutida no discurso neoliberal, profundamente fatalista, segundo a qual não há mais nada o que fazer. Você fala, por exemplo: "Nós temos 33 milhões de brasileiros morrendo de fome!". Então, o sujeito bate uma mão na outra e diz: "O que fazer? Não há nada o que fazer. A realidade é essa". Não, a realidade não é esta, *está sendo* esta! Teríamos que mudá-la. Eu não vim ao mundo para bater a mão na outra e dizer que a realidade é essa mesma. Eu sou um homem cuja natureza exige de mim a luta permanente pela transformação do mundo, e não a minha adaptação a ele. Ora, a ideologia neoliberal está gerando a dimensão do fatalismo, mas um fatalismo para os "atolados", para os desgraçados, para os "demitidos da vida". Porque o fatalismo não existe para a classe dominante. Você veja o seguinte: quando ocorre a crise do México, ameaça-se a Argentina, o Brasil também balança. O próprio Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros chefes de Estado a dizer que era preciso que o Primeiro Mundo disciplinasse

esses 3 trilhões de dólares que "vagabundeiam" diariamente pelo mundo à procura de investidor. Aí ninguém disse: "A realidade é assim mesmo!". Mas quando as coisas *batem* nas classes populares, o fatalismo vem. Agora, além do fatalismo, temos uma outra coisa, com a qual você deve estar se defrontando no Rio de Janeiro, com seus companheiros, professores, e que acontece no mundo todo, não só aqui, que é o que a gente vem chamando de "dimensão pragmática da ideologia neoliberal". O neopragmatismo em Educação, que implica, primeiro, na ênfase da neutralidade da Educação. Você veja o seguinte: o discurso neoliberal diz: "Não há mais classes sociais, a história se acabou com a vitória definitiva do capitalismo. A ética a ser

imposta, ou vivida, daqui pra frente, é a ética do que ganhou, que é a ética do sistema capitalista". Se não há mais classes sociais, se os conflitos não são mais de classes, eles são individuais, conflitos entre Marias, não mais entre classes sociais. Se tudo está mais ou menos igual, qual a tarefa fundamental da educação? É aí que a gente chega à neutralidade da educação, enfatizada pelo neoliberalismo. O que cabe a você

fazer como educador, segundo esta perspectiva, seja na educação popular, seja inclusive na educação da classe dominante, é apenas preparar o educando científica e tecnologicamente.

Plínio: Para vivenciar e se preparar para novos desafios.

Paulo: Para vivenciar, para confrontar os desafios que a civilização tecnológica aponta que são os desafios que exigem uma capacidade muito presente de responder a desafios diferentes em espaço de tempo pequeno.

Plínio: Uma questão de prática? De estímulo-resposta?

Paulo: Isso! Uma questão de estímulo-resposta. É a isso que eles chamam de "pragmatismo". Quer dizer, essa história de estar discutindo sonhos,

utopia, "é uma coisa que passou, e que causou muito sofrimento a nós todos. Você veja o Chile como sofreu por causa de utopias. O Brasil, com suas tradições socialistas, que no fundo estavam erradas." É isso o que eles dizem! "Como estava era um desastre e hoje superamos tudo isso. Então, hoje a educação está aí exatamente para formar bons técnicos e bons cientistas, para responder ao desafio da era tecnológica." Com isso, eles instalam uma nova dicotomia. A dicotomia, e isso é interessante, a dicotomia entre o técnico, o cientista e o cidadão. Por isso é que o conceito de cidadania para essa gente não pode implicar na presença da voz popular. O conceito de cidadania é apenas o da eficácia tecnológica e científica. Então você será tão mais

O conceito de cidadania, para essa gente, não pode implicar na presença da voz popular.

cidadão quanto melhor obreiro você for. Para mim, não. Você será tão mais eficaz como cidadão quanto mais você lutar pelo direito de ser, pelo direito de ser gente!

Plínio: Um posicionamento político.

Paulo: Político! Absolutamente político. Quer dizer, você tem que lidar com a direção da cidade e com a transformação da cidade. Você não pode separar o cidadão do operário, e o operário é bom cidadão na medida em que ele também cumpre os seus deveres, e se capacita tecnicamente para isso. O pesquisador da Universidade, se deixa para os políticos a decisão do que ele busca na sua pesquisa, passa a ser um cientista irresponsável, sem ética fundamental. Então, quando alguém pergunta hoje: "Paulo, o que é que mais te preocupa na educação, popular ou não?" Eu respondo que é justamente aclarar, cada vez mais, a necessidade de radicalidade com que eu falei, há 30 anos atrás, do sonho e da utopia. Quer dizer, eu te digo agora, com pouca humildade, que eu nunca me achei tão atual quanto hoje!

Plínio: A idéia de formar cidadãos que possam lutar pelo seu "espaço", lutar por uma cidadania verdadeira, por um ambiente dividido, não só o físico, mas o social, o moral... Realmente as suas idéias são bastante atuais! Como o senhor observou bem, há uma preocupação generalizada acerca do neoliberalismo.

Paulo: Exato. É que isso é uma "onda universal", e é interessante que todos os analistas do neoliberalismo, do ponto de vista da sua implantação histórica e da sua presença atual, têm alguns pontos de confluência. Por exemplo, qualquer experiência neoliberal implica no enriquecimento maior da classe dominante, que eles di-

zem que não existe mais no mundo, e na miséria das classes dominadas, que eles, por resistência, negam também existir. E você veja só: a tendência de continuidade da política neoliberal no governo FHC, para mim, é uma coisa espantosa, visto que eu conheci o Fernando no exílio, ele menos exilado do que eu, mas exilado também! Ele, um jovem, na época considerado um dos melhores marxistas brasileiros. Com isso, eu não quero dizer que ele não tenha o direito de mudar. Tem! Tem todo o direito de mudar, todos nós temos o direito de mudar. Mas nós todos temos o dever de não esconder o porquê e em função de quê mudamos. O sr. Fernando Cardoso fica zangadíssimo quando se diz que seu governo é neoliberal, mas é! Ele agora vem falando de neo-social, "neo-não-sei-o-quê". Com a gente com que ele fez acordo não pode pretender uma pedagogia como essa que eu estou falando aqui. Então, uma das conseqüências, um dos traços com que todos esses analistas concordam é isso: a pobreza aumenta. Portanto, eu me pergunto: O que deve ser feito? Bem, em primeiro lugar, eu estou preocupadíssimo em condenar. Eu não posso aceitar eticamente que eu durma em paz sabendo que tem um cara morrendo de fome na esquina da minha rua, sem me perguntar o que está errado. O

Brasil tem 33 milhões de pessoas morrendo de fome! Quer dizer, essa coisa não pode ter bom senso. Antes mesmo da ciência, o bom senso condena um negócio desses. Isso é um absurdo! Nos meus encontros no mundo todo, onde discuto e debato isso, é interessante ver como, de um modo geral, a juventude que me ouve me aplaude em qualquer lugar do mundo quando faço estas críticas. Nesses dias, deve estar chegando às livrarias um livro, pequeno, que acabo de escrever, chamado "A sombra desta mangueira", que não é poético, e que tem uma caricatura minha junto a uma mangueira. Fiz uma homenagem a um pouco do meu passado, mas nesse livro analiso as implicações pedagógicas do neoliberalismo na Educação.

O sr. Fernando Cardoso fica zangadíssimo quando se diz que seu governo é neoliberal, mas é!

Ética na imprensa

***“Não há lugar sem linguagem.
A linguagem está em todo lado.
Atravessa todo o real; não há real sem a linguagem.”***¹

(ROLAND BARTHES)

É

PELO VERBAL, como nos ensina Bakhtin, que se torna possível a instauração de uma relação dialógica entre os homens - única forma concebível de mediação entre eles e o real. A palavra desenha os recortes do dialógico, e define os contornos da enunciação. A afirmação de

Bakhtin : *“o destino da palavra é o destino da sociedade que a fala”*² nos acentua a importância da palavra que falamos e da que ouvimos. Estamos nos referindo não só à interlocução face-a-face, mas também à palavra lida, vista, ouvida, veiculada enfim, de maneiras diversas, na sociedade contemporânea, onde a mídia produz um certo tipo de subjetividade individual e coletiva, tendo assim presença dominante na construção da realidade.

Há que se refletir que, justamente numa época de enfraquecimento institucional da família, são os meios de informação que constroem um espelho

constitutivo do sujeito - consumidor. As leis do mercado, entre tantas determinações, nos impõem um caminho de sujeitos a consumidores e de consumidores a objetos. Definem a nós como “peças de mercado”, como se fôssemos despossuídos de linguagem, isso que nos possibilita sermos animais que deixam perenizado o produto de seu trabalho e a prática política do seu discurso. Na verdade somos pessoas, que às vezes compram.

No contexto latino-americano, onde há simultaneamente a degradação da família e a falência dos serviços públicos inviabilizando as condições de vida, fica mais patente a responsabilidade social dos meios de comunicação. No entanto um fenômeno que se observa é o excess-

Lia FARIA e Rosa BAHIENSE

LIA FARIA É Doutora em Educação UFRJ, Mestre em Educação IESAE-Fundação Getúlio Vargas, professora da UERJ, Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Fundação Pública Municipal de Educação do Município de Niterói (RJ).

ROSA BAHIENSE É Mestre em Educação UERJ, socióloga, psicóloga, psicopedagoga, Assessora de Estudos e Administração de Dados da Presidência da Fundação Pública Municipal de Educação do Município de Niterói (RJ).

so de violência utilizado pela imprensa. E nos perguntamos: quantas cenas de violência explícita são necessárias para construir um ponto a mais na audiência, agora eletronicamente medida, de uma emissora de TV? A nossa preocupação de educadoras no Brasil de hoje é, naturalmente, o efeito disso no imaginário social de nossa população, e em especial, na formação de nossas crianças e adolescentes.

Dados como a existência no Brasil de monopólios dos meios de comunicação³, a conseqüente dificuldade de democratização, de pluralidade neste importante setor, o uso pernicioso da violência, em suas diversas formas, nos colocam no centro da questão da ética.

Voltamos sempre aos gregos, principalmente em épocas de crise, para ampliar nossa compreensão. Os filósofos gregos subordinavam a ética às idéias de felicidade; o que estava então em jogo era o desejo do homem de realizar o soberano bem, isto é, a vida feliz. Em Aristóteles (*Ética a Nicômano*), na própria definição de ética estão as noções de ciência política, de bem, de belo, de justo e de humano. E a virtude tem por origem o exercício prático, a ação, que afinal é o que dá sentido político à moral. A ética está subordinada à política, ciência prática arquitetônica que tem por fim o Bem propriamente humano. Para um grego antigo a ética, a justiça sob suas múltiplas formas, a política e a definição do ser humano estão ligadas.

Hoje a felicidade não é pensada mais nos termos da moral antiga, mas em termos de eficácia técnica, de consumo. A idéia de felicidade foi perdida e substituída pelas noções de obrigação, dever, obediência; o modelo ideal de virtude que poderia ser seguido optativamente deu lugar às normas éticas e aos preceitos a que se deve obedecer. O bem se diferencia da felicidade, distinção que os gregos não faziam.

Na trama da ruptura da ética com a política, que caracteriza o processo de formação da modernidade, foi perdido o entrelaçamento profundo entre aquelas duas esferas da práxis. Daquela íntima relação, própria da pólis grega, diante da crítica radical que a modernidade operou nos conceitos fundamentais da ética clássica, sobrou pouco espaço para uma reconstrução dos laços que a uniam à política. Ficamos nós, perante esse desencontro e a cisão esquizofrênica do mundo moderno, com a questão: seria de essência a antítese entre civilização e felicidade ou na verdade não devemos, como é nossa opinião, deixar de fora de nossa reflexão política o tema da felicidade?

Na realidade pós-moderna prevalece a ética individualista do prazer, e no espelho, o sujeito da produção enxerga o sujeito do consumo. Jurandir Freire

Costa, em seu famoso artigo "Narcisismo em tempos sombrios"⁴, argumenta que à sociedade brasileira atual cabe a designação de "cultura do narcisismo" (usando a expressão de Christopher Lasch).

Salientemos que o *narcisismo* é uma instância absolutamente necessária, estruturante à psique. A síntese ego-narcísica é essencial à sobrevivência do sujeito, que pode se representar como unidade e evitar assim que sentimentos, pensamentos, sensações e experiências se percam num caos de impressões sem história e sem sentido. Tal síntese é o primeiro anteparo imaginário ao estado inicial da experiência humana de desamparo. A novidade cultural do *ethos* contemporâneo é a institucionalização social deste narcisismo que se torna assim patológico. É a cultura onde a experiência de impotência/desamparo é levada a um ponto tal que torna conflitante e extremamente difícil a prática da solidariedade social.

Pensar nos efeitos de uma imprensa voltada para as demandas do capital numa sociedade como a nossa nos assusta, no mínimo. Ainda mais quando consideramos a presença massiva da cultura imagética.

No Brasil, 74% das casas possuem a telinha mágica de ver o mundo. O fenômeno da televisão, especificamente a TV GLOBO, cujo sinal cobre 99% do território nacional e que vem nos últimos 30 anos formando um novo imaginário social brasileiro, realmente impressiona.

Do cotidiano de cada criança brasileira quantas horas de TV fazem parte de seu dia? Os pais dessas crianças - se fossem chamados a opinar - escolheriam o mesmo código de referência de valores que a programação "normal" exhibe? "*Os códigos de conduta social explicitados nas novelas, por exemplo, são aceitos em nosso dia-a-dia, seja em que camada social for? Talvez não, mas nos corrompem.*" (Revista Veja)

Sodré nos alerta para o fato de que o espaço doméstico é fundamental ao funcionamento macrotelevisivo, por ser um lugar estratégico, um "terminal" de recepção e redistribuição de informações.

Importante frisar que a TV não é um simples meio de informação, veiculando conteúdos específicos como os demais. Ela, como acentua Muniz Sodré, "*não pode ser pensada como um mero esquema técnico de transmissão de imagens, mas como a porta de um sistema complexo, articulado com todas as instâncias sociais de uma economia de mercado.*"⁵

A TV é uma estrutura especial, produto da tecnologia eletrônica e da organização tecnoburocrática, que introduz na relação dos indivíduos entre si e o real um novo poder da visão - de si mesmo

e do outro.⁶ Estamos pois falando da função política do olhar na modernidade.

Podemos fazer analogia do sistema televisivo contemporâneo com a máquina de poder imaginada por Jeremy Bentham, afirmação do poder político do olhar: o panóptico. O indivíduo moderno pode ser panópticamente controlado, isto é, à distância, sem a imediatez concreta da força física, porque ele próprio se controla graças à interiorização de normas e valores.

Para Foucault, panoptismo é um dos traços característicos da sociedade capitalista, uma forma que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo - vigilância, controle e correção - parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade.

Foucault salienta, em suas análises, que a prisão não está sozinha na posição central que ocupa, mas ligada a toda uma série de outros 'dispositivos carcerários', "... *aparentemente bem diversos - pois se destinam a aliviar, a curar, a socorrer - mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização*".⁷

No quadro que Foucault desenhava como a microfísica do poder, ele detecta o gesto que organiza o espaço do discurso, o gesto pequeno e reproduzido por toda a parte, delimitando um lugar visível para oferecer seus ocupantes à observação. Essa análise panóptica de Foucault é contraposta por Michel de Certeau que aponta que há, também, na sociedade, práticas de resistência, sempre presentes, também inúmeras, minúsculas e silenciosas, e com igual influência na organização de espaços e linguagens. "... *sob a escritura fabricadora e universal da tecnologia sub-sistem lugares opacos e teimosos*".⁸

Certeau coloca de maneira original, e invertida, a visão das práticas culturais contemporâneas. Em vez da alardeada passividade dos consumidores, ele enfatiza a criatividade dos usuários, dos dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). "*O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada*".⁹

Essas práticas, cotidianas, comuns, sobre as quais Certeau teoriza, são engenhosas, astuciosas, dispersas, sutis, táticas. A invenção do cotidiano, segundo o autor, é uma produção dos consumidores usando os produtos impostos (como imagens de televisão, espaço urbano, produtos comprados no supermercado, relatos, legendas dos jornais, etc.). Produção não assinada, não legível, mas simbolizada, que é, no dizer de Certeau, uma fabricação, uma invenção, uma poética (do grego *poiein*: 'criar, inventar, gerar'), mas com a propriedade de ser oculta.

Os produtos recebidos para o consumo, supostamente passivo, sofrem na verdade a ação da criação anônima, fruto das práticas de desvio no uso desses produtos. No espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam esses 'consumidores', surgem frases imprevisíveis, trilhas quase ilegíveis. Elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.

Trilhas quase ilegíveis, dissemos, numa cultura (contemporânea) onde o olhar prevalece, onde o foco é a leitura (da imagem ou do texto). A leitura parece ser o ponto máximo da passividade que caracterizaria o consumidor, constituído em *voyeur* numa "sociedade do espetáculo". No entanto, a atividade leitora apresenta todos os traços de uma produção silenciosa. O leitor "... *insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação*

no texto do outro: aí vai caçar, é transportado, se faz plural como os ruídos do corpo. Astúcia, metáfora, combinatória, esta produção é igualmente uma "invenção" de memória ... o espectador lê a paisagem de sua infância na reportagem de atualidades. A fina película do escrito se torna um removedor de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor ... o texto fica, assim, habitável, à maneira de um apartamento alugado ... A ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras, ao passo que torna os seus proprietários cegos para essa criatividade..."¹⁰

"... a leitura seria o lugar onde a estrutura se descontrola."

(ROLAND BARTHES)

Para Foucault, panoptismo é um dos traços característicos da sociedade capitalista, uma forma que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual.

Alfredo Bosi nos aponta que o verbal se instaura como metalinguagem de todas as linguagens, "a realidade da imagem está no ícone", no entanto "a verdade da imagem está no símbolo verbal".

Nesta virada de milênio, entre os arautos que anunciam o fim da História, das Ideologias e das Utopias, diante da 'cultura da imagem', e seu poder de homogeneização favorecendo a uniformização do imaginário social, a reconfirmação da palavra acolhe e anima nossos pedaços, nossos sonhos, nossa humanidade.

Ítalo Calvino afirma: "...todas as 'realidades' e as 'fantasias' só podem tomar forma através da escrita, na qual exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal...".

Nesses nossos tempos pós-modernos falar de felicidade, tentando recolocar a ética sob a ótica grega, pode soar estranho. Tempos nossos de déficits de ética, de cidadania, de condições de vida. Ao sabor da poesia de João Cabral, fica mesmo muito difícil defender a vida apenas com palavras, ainda mais quando ela é essa que se vê: severina.

Não ignoramos que o sistema de informação de massa é hoje um lugar privilegiado de produção do real, é um modo de organizar o espaço social contemporâneo. E a sociedade capitalista dispõe de uma trama de poder que mais do que ameaça: seduz. A ideologia estetiza a mentira. A mídia aciona comandos eletrônicos macios e faz circular como um conjunto de insinuações a retórica do logro. Existe assim uma tensão básica entre a mídia e ética.

O imenso grau de comprometimento da imprensa com os grupos dominantes em países periféricos, como o nosso, preocupa bastante. Devemos destacar o recente episódio no Brasil do impeachment do presidente da República, onde a atuação da imprensa foi decisiva, nos indicando do quanto ela pode

ser politicamente capaz. No entanto, em relação a tantas outras questões importantes, como a violência, a atitude da imprensa tem sido lamentável.

A imprensa brasileira, especialmente a TV, usa a violência, forma exacerbada de poder, como controle social. Intimidar parece ser a intenção. Induzir à constatação que é melhor ficar em casa e concordar com a idéia da necessidade de um poder maior, central, exterior. Talvez essa esteja sendo sua contribuição à educação para a fragmentação, para o aniquilamento, para a morte.

Lembremos da proposta de Calvino: a "pedagogia da imaginação", uma práxis que signifique controlar a visão interior sem sufocá-la e sem deixar que caia em confuso e passageiro fantasiar, próprio deste momento de iconoclastia por excesso. Uma práxis que permita cristalizar a imagem e ressimbolizá-la. Uma prática que possa evitar que nossa mente continue a se apresentar, para nós, como o depósito de lixo que a TV sobre ela despeja cotidianamente. Que possamos dizer: "chove dentro da alta fantasia", como no verso de Dante, citado por Calvino para ilustrar sua constatação de que a fantasia, o sonho, a imaginação é um lugar dentro do qual chove.

Pode parecer estranho, mas teimosamente insistimos; somos dissonantes, afinal somos mulheres e educadoras. Apostamos na esperança de se aproximar as idéias da ética e da política. E de se fazer da felicidade a meta mais essencial das políticas públicas deste nosso país, que precisa urgente se construir como Nação.

Como dizia Vinícius de Moraes: mais do que nunca é preciso cantar. É preciso generosidade contra usura. Paixão contra seu duplo enlouquecido: o poder. Quem sabe assim, achemos caminhos no terceiro milênio às nossas ética e estética; fabricando metáforas, símbolos, significantes, e dançando - em torno e - nas frestas - reinventando a cada dia nossa humanidade.

Pode parecer estranho, mas teimosamente insistimos; somos dissonantes, afinal somos mulheres.

BIBLIOGRAFIA:

- BAHIENSE, R. Da ação poética do educador face ao olhar de Górgona e ao controle panóptico : a resistência do professor a propostas pedagógicas novas. Dissertação de Mestrado. Rio : UERJ, 1997.
- BARTHES, R. O Grão da Voz. Lisboa: Edições 70, 1982, p.159.
- _____, R. O Rumor da Língua . São Paulo: Brasiliense, 1988
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 194.
- BOSI, A . O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 36.
- CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1996
- COELHO, T. O imaginário da morte. In Rede Imaginária: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.115.
- COSTA, J. F. Violência e Psicanálise. Rio: Graal, 1986.
- ÉTICA. Org. Novaes, A. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FARIA, L. Mídia e Educação - o fenômeno TV Globo no Brasil. Praga: Anais do Congresso da União Internacional de Professores Socialistas, 1993.
- FRAGA ROCCO, M. T. Linguagem Autoritária. São Paulo: Brasiliense, 1988
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir : nascimento da prisão. Rio: Vozes, 1988.
- REDE IMAGINÁRIA: TELEVISÃO E DEMOCRACIA. Org. Novaes, A. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REVISTA VEJA - Nº 664, São Paulo: Editora Abril, 1981.
- SEMINÁRIO MÍDIA E VIOLÊNCIA URBANA. Rio de Janeiro: FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- SODRÉ, M. Televisão e Psicanálise. São Paulo: Editora Ática, 1987.

NOTAS:

¹ Barthes, R. O Grão da Voz, p.159.

² Bakhtin, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem, p. 194.

³ Há que se observar que até mesmo na indústria editorial da Europa e dos Estados Unidos acontece o mesmo fenômeno : a produção está concentrada em uns poucos conglomerados transnacionais.

⁴ In Percursos na História da Psicanálise. Org. Birman, J. Rio: Taurus, 1988.

⁵ In Sodré, M. Violência e Psicanálise, p. 9.

⁶ "A essência de seu poder reside em seu estatuto de significação cultural por um espírito empresarial ou tecnoburocrático. Nesse sistema, quem ouve não responde realmente(pode apenas reagir por feedback) a quem fala: ou se é emissor ou então receptor. Na disjunção exclusiva (ou/ou) está o poder." In Sodré, M. , p.11.

⁷ Foucault, M. Vigiar e punir, p.269.

⁸ Certeau, M. A invenção do cotidiano, p. 309.

⁹ op. cit., p. 38.

¹⁰ op. cit., p. 49.

ADVAR

asduerj

ASSOCIAÇÃO DE
DOCENTES DA UERJ

10

OUTUBRO DE 1997

ASDUERJ
18 ANOS
1979
DE LUTA PELA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA, GRATUITA
E DE QUALIDADE ?



Terra